



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
Programa de Pós-graduação em Geografia

RAFFAEL SALOES DE SOUZA

DOS LIMITES DA CRISE DO CAPITAL À PRODUÇÃO CRÍTICA DO ESPAÇO: a
condição do trabalho na reprodução urbana de Itapetinga-BA

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2022

RAFFAEL SALOES DE SOUZA

DOS LIMITES DA CRISE DO CAPITAL À PRODUÇÃO CRÍTICA DO ESPAÇO: a
condição do trabalho na reprodução urbana de Itapetinga-BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo-UESB, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico.
Linha de Pesquisa: 1
Orientador: Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2022



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos CC By do Creative Commons

S719d

Souza, Raffael Saloes de.

Dos limites da crise do capital à produção crítica do espaço: a condição do trabalho na reprodução urbana de Itapetinga - Ba. / Raffael Saloes de Souza, 2022.

113f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Sócrates Oliveira Menezes.

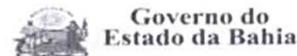
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2022.

Inclui referência F. 109 – 113.

1. Produção do espaço. 2. Crise do capital. 3. Mobilidade do trabalho. 4. Urbanização crítica. I. Menezes, Sócrates Oliveira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 307.76

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA.



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

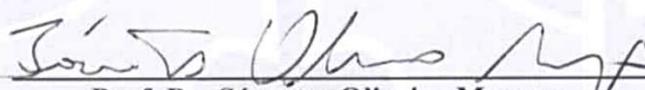
**DOS LIMITES DA CRISE DO CAPITAL À PRODUÇÃO CRÍTICA DO ESPAÇO: a
condição do trabalho na reprodução urbana de Itapetinga-BA**

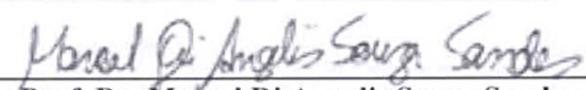
RAFFAEL SALOES DE SOUZA

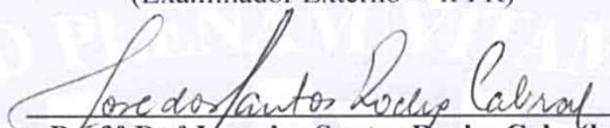
Defesa de Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia da UESB
(PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção
do título de MESTRE.

Aprovada em: **24 de janeiro de 2023.**

Banca Examinadora


Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes
(Orientador - UESB)


Prof. Dr. Marcel Di Angelis Souza Sandes
(Examinador Externo - IFPR)


Prof.ª Dr.ª Ione dos Santos Rocha Cabral
(Examinadora Externa - IFBA)

DEDICATÓRIA

À minha mainha de 89 anos, pelo amor concedido em todo momento, e por se orgulhar das conquistas junto a mim.

À toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, quem eu confiei a entrega deste trabalho diante das dificuldades e fraquezas.

A minha família, “mães”, pai, irmãos, primos e tios, pelo constante incentivo na realização do mestrado. Ao meu irmão, Matheus, pelos aconselhamentos.

Ao Júnior, por estar ao meu lado e ser parceiro nessa jornada.

A minha diretora, Lúcia Morais, por compreender as minhas necessidades me dando apoio e fortalecendo.

Aos amigos e colegas que acompanharam a caminhada.

Ao professor e orientador, Sócrates Menezes, pela parceria nessa pesquisa, sendo sempre franco e incentivador, me ajudando a superar obstáculos de escrita e método.

Aos professores do PPGeo, que mesmo diante de um cenário desafiador imposto por uma pandemia, realizaram o papel de mestres em suscitar o debate de ideias e o desenvolvimento acadêmico em nós, alunos.

Enfim, a todos aqueles que estiveram ao meu lado e apoiaram a minha ideia, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

SOUZA, Raffael Saloes de. **DOS LIMITES DA CRISE DO CAPITAL À PRODUÇÃO CRÍTICA DO ESPAÇO**: a condição do trabalho na reprodução urbana de Itapetinga-BA. 2022. 113 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.

A dinâmica industrial na cidade de Itapetinga-BA, associada a crise estrutural do capital tem trazido reflexos diretos no mundo do trabalho e na produção do espaço urbano. Essa pesquisa parte do entendimento de que a crise desencadeia mecanismos de reprodução do capital e esses mecanismos implicam numa urbanização crítica. O objetivo principal desta pesquisa é analisar o processo de urbanização crítica com base na dinâmica industrial. Quais são os reflexos da crise estrutural e sua projeção no espaço de reprodução da classe trabalhadora? Como a reestruturação produtiva tem impactado na força de trabalho e no crescimento de uma urbanização crítica em Itapetinga-BA? Qual é o papel da indústria na periferização da cidade de Itapetinga-BA, seguindo a lógica do capital em reprodução crítica? Buscou-se uma análise dialética capaz de desvendar as contradições entre o desenvolvimento industrial e o aumento da pobreza da classe trabalhadora. A instalação do complexo calçadista na cidade de Itapetinga-BA apresenta-se como um reflexo da crise estrutural do capital, que busca soluções para recuperar os níveis de acumulação e reprodução. A continuidade da atividade industrial na cidade perpassa por momentos de reestruturação na qual há um enxugamento do processo produtivo do chão da fábrica, atingindo principalmente a classe trabalhadora, através da redução da mão-de-obra e mudanças na reprodução da força de trabalho na periferia. A cidade de Itapetinga-BA se expandiu através da reprodução social com um aumento da precarização do trabalho e a anuência do Estado na manutenção dos interesses do capital. O desemprego e a dependência da grande indústria fomentam um estado crítico permanente pelo qual a condição da urbanização crítica é a que se apresenta no horizonte de possibilidades histórica.

Palavras-chave: produção do espaço, crise do capital, mobilidade do trabalho, urbanização crítica.

ABSTRACT

SOUZA, Raffael Saloes de. **DOS LIMITES DA CRISE DO CAPITAL À PRODUÇÃO CRÍTICA DO ESPAÇO**: a condição do trabalho na reprodução urbana de Itapetinga-BA. 2022. 113 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.

The industrial dynamics of Itapetinga-Ba city, associated with the structural capital crisis, had direct effects on the world of work and the production of urban space. This research comes from the understanding that the crisis mechanisms are capital reproduction mechanisms, and these mechanisms will reflect critical urbanization. The objective of this research is to analyze the process of urbanization based on industrial dynamics. What are the consequences of the structural crisis and the projection in the reproduction space of the working class? How has the productive restructuring impacted the workforce and the growth of critical urbanization in Itapetinga-BA? What is the industry's importance in the peripheralization of Itapetinga-BA city, following the logic of capital in an uncritical reproduction? The dialectical analysis could unravel the contradictions between industrial development and the increase in working-class poverty was sought. The installation of the footwear complex in the city of Itapetinga-BA presents itself as a reflection of the structural crisis of the capital, which seeks solutions to recover the levels of accumulation and reproduction. In the continuity of industrial activity in the city, it goes through moments of restructuring where there is a downsizing of the production process on the factory floor, affecting mainly the working class through the reduction of labor and changes in the reproduction of the workforce on the periphery. The Itapetinga-BA city expanded through social reproduction in the outskirts and an increase in the precariousness of the work with the State's consent to maintaining the interests of capital. Unemployment and dependence on large-scale industry foster a permanent critical state where the critical urbanization condition can appear on the horizon of historical possibilities.

Keywords: space production, capital crisis, mobility labor, critical urbanization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População urbana e rural e taxa de urbanização no município de Itapetinga-BA, de 1940 a 2010.....	42
Tabela 2 - População, área e taxa de urbanização dos municípios do território de identidade Médio Sudoeste da Bahia – 2010.	43
Tabela 3 - Estrutura fundiária do município de Itapetinga-BA, em 2017.	44
Tabela 4 - Diferentes traços entre as duas reestruturações capitalistas	66
Tabela 5 - Mercado de Trabalho Formal em Itapetinga-BA, 2017.....	95

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem aérea da cidade de Itapetinga-BA (2022)	35
Figura 2 - Mapa de localização do território Médio Sudoeste da Bahia (2022)	39
Figura 3 - Painel com fotos antigas de Itapetinga-BA.	41
Figura 4 - Instalações da Leite Glória do Nordeste S.A. em Itapetinga-BA, em 1969.	46
Figura 5 - Distribuição das unidades produtivas da Azaleia no território médio Sudoeste da Bahia (2003).....	49
Figura 6 - Área urbana de Itapetinga-BA, com destaque para o distrito industrial (2022).	50
Figura 7 - Imagem aérea do distrito industrial de Itapetinga-BA (2021).	50
Figura 8 - Imagem de satélite do distrito industrial de Itapetinga-BA, com delimitação da área ocupada pela Vulcabras/Azaleia (2022).	51
Figura 9 - Repercussão do fechamento das fábricas da Vulcabras/Azaleia na microrregião de Itapetinga-BA, 2011 a 2012.	56
Figura 10 – Diferentes formas de uso e ocupação do solo dos bairros Morumbi e Nova Itapetinga, em Itapetinga-BA (2022).	84
Figura 11 - Contrastes urbanos no uso do solo urbano de Itapetinga-BA (2022).....	85
Figura 12 - Vista aérea parcial da cidade de Itapetinga-BA, 2022.	85
Figura 13 - Espaço urbano de Itapetinga-BA, Evolução Urbana.....	88
Figura 14 - Bairros e loteamentos de Itapetinga-BA originados no período de 2000 a 2022.....	89
Figura 15 - Localização dos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, em Itapetinga-BA.....	91
Figura 16 - Evolução urbana dos bairros Quintas do Sul, Vila Érica e Hilda Gama nos anos de 2008 e 2022, Itapetinga-BA.	92
Figura 17 - Letreiro na entrada da cidade de Itapetinga-BA (2022).	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População por Domicílio Itapetinga – BA, 1940 a 2030	87
Gráfico 2 - População dos maiores bairros inseridos na periferia urbana de Itapetinga-BA (2022)	90
Gráfico 3 - Salário médio mensal em Itapetinga – BA, 2007 a 2020.....	96
Gráfico 4 - PIB a preços correntes de Itapetinga-BA, 2010 a 2020 / (Unidade: R\$ x1000).....	98
Gráfico 5 - População ocupada em Itapetinga – BA, 2006 a 2020	101
Gráfico 6 - Saldo de emprego celetista segundo setor de atividade econômica em Itapetinga – BA, 2002 a 2022	103

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ESPAÇO URBANO, URBANIZAÇÃO E MOBILIDADE DO TRABALHO	16
2.2 Indústria e Urbanização	25
2.3 Mobilidade do trabalho e a natureza urbana de Itapetinga-BA	35
2.4 Gênese da produção industrial em Itapetinga: da pecuária, da indústria periférica à industrialização centralizadora	44
3 CRISE DO CAPITAL E URBANIZAÇÃO CRÍTICA	53
3.1 A crise estrutural do capital	56
3.2 Urbanização Crítica	69
4. O MUNDO (DES)REALIZADO DO TRABALHO: A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM ITAPETINGA-BA	81
4.1 Cidade Real, Mundo do Trabalho	86
4.2 A Condição Crítica da Re-Produção do Trabalho	93
4.3 Reestruturação produtiva e o aumento do desemprego em Itapetinga-BA	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo vive, dentro do seu processo sociometabólico, uma fase transitória. A natureza cíclica das crises, que constituíam em larga medida a alavanca propulsora do seu desenvolvimento, se converte em uma crise única, contínua, uma crise do capital. Conforme propõe Mészáros (2011), desde a década de 1970, a crise se tornou estrutural e é marcada por contradições fundamentais que ativaram seus limites de manobras, conduzindo à decomposição do sistema acumulativo.

Essa pesquisa parte do entendimento de que a crise estrutural do capital desencadeia mecanismos de reprodução que irão redefinir a lógica da produção do espaço. Dentre estes mecanismos, destaca-se a reestruturação produtiva que tem impactado no mundo do trabalho cada vez mais precarizado e na produção do espaço por meio de uma urbanização crítica (DAMIANI, 2000).

O processo de urbanização aqui analisado, na especificidade de Itapetinga-BA, têm sua gênese na mobilidade do trabalho que “liberou” e concentrou a força de trabalho na cidade por meio de históricos movimentos expropriatórios ocorridos no campo. Como bem discute Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho é determinada pelas condições de reprodução do capital, visto que, para o trabalhador, o que importa é a reprodução de suas condições de vida. Assim, o deslocamento e a reprodução da massa trabalhadora não ocorrem de maneira espontânea. É determinada para que seja constituída na forma de excedente que, desvalorizada, deve servir à mobilização do capital pelo espaço, enquanto ela mesma deve se reproduzir em seus espaços específicos: notoriamente na periferia das cidades.

O termo periferia é empregado em todo o trabalho, não na limitação de caracterizar áreas afastadas das regiões centrais. O conceito aborda o problema da desigualdade socioespacial. Algumas das características mais comuns das periferias são o desemprego, a pobreza, o acesso limitado aos serviços básicos e a baixa qualidade dos serviços oferecidos e sobretudo é o local de reprodução da classe trabalhadora, sendo também produto dessa reprodução.

O objetivo principal da pesquisa é analisar o processo de urbanização crítica com base na dinâmica industrial e seus impactos no mundo do trabalho e na produção do espaço urbano de Itapetinga-BA diante do contexto de crise estrutural do capital.

Para tanto, busca-se discutir a mobilidade do trabalho como agente transformador do espaço urbano; o papel da indústria no contexto de crise estrutural e suas consequências espaciais e a compreensão do processo de produção do espaço urbano como um local de reprodução crítica da classe trabalhadora.

Assim, parte-se dos questionamentos: Quais os reflexos da crise estrutural e seu rebatimento na produção do espaço urbano? Como a reestruturação produtiva tem impactado na reprodução força de trabalho e na emergência de uma urbanização crítica em Itapetinga-BA? Qual o papel da indústria na intensificação do desenvolvimento desigual da cidade de Itapetinga-BA, observado a partir de sua periferia?

A cidade de Itapetinga-BA é a referência geográfica da presente análise pois apresenta uma especificidade, dentro de sua particularidade, em relação a produção do espaço nos tempos de crise estrutural. Ainda como “capital da pecuária”, como era conhecida e ainda hoje lembrada, apresenta deste da década de 1970 uma taxa de urbanização elevada, destoante de sua região e do Estado como um todo, com 70% de sua população vivendo na cidade. Embora os dados populacionais que demonstram uma população urbana de mais de 80% já na década 1980 e mais de 97% no último censo de 2010 (IBGE, 2022) não sejam suficientemente reveladores, ela evidencia formas bastante intensas de expropriações, notadamente no campo, sobre como a classe trabalhadora se formou como sujeito social urbano. Tal evidência estimula a presente investigação no sentido de entender a relação entre essa forma específica com que campo e cidade se relacionam historicamente por meio da mobilidade do trabalho até sua importância nos recentes processos produtivos reorientados para a indústria (calçadista) e para os serviços (mercado varejista). Questiona-se: até que ponto não estaria em tal composição urbana, especificamente na natureza dessa classe trabalhadora, a condição que permite a permutabilidade dessas diferentes esferas econômicas se sucederem na determinação da reprodução social?

A diversidade histórica produtiva apresentada por Itapetinga-BA também justifica sua referência geográfica para a presente pesquisa. A produção do espaço urbano de Itapetinga-BA sempre esteve fortemente associada a diferenciados

processos de acumulação do capital, desde a tradicional pecuária extensiva, a uma emergente indústria urbana a ela associada (laticínios e frigoríficos), até a industrialização tipicamente fundada no modelo flexível (complexo calçadista). Portanto, oferece uma rica experiência histórica por ser a base da explicação da situação da classe trabalhadora e da urbanização crítica, contribuindo assim com a reflexão aqui proposta.

Especificamente sobre os processos mais recentes, a instalação do complexo calçadista na cidade de Itapetinga-BA em 1998, liderada pela Azaleia do Nordeste S/A, alterou a dinâmica produtiva, não apenas da cidade, mas de sua região e do estado da Bahia. Importantes trabalhos acadêmicos se debruçaram sobre esse processo, como os de Nery (2003) e Souza (2021) sobre a especificidade da inserção do polo calçadista em Itapetinga, além da pesquisa de Oliveira (2003) sobre o desenvolvimento urbano historicamente constituído até recente inserção das modernas fábricas na cidade. No entanto, o diferencial na presente pesquisa foi tentar demonstrar que: (1) diferente dos outros ciclos produtivos onde se observa determinada estabilidade temporal pelo padrão produtivo constituído por meio da efetivação de uma “coerência territorial estruturada” (HARVEY, 2005)¹, a chegada das referidas fábricas, longe de ser novo modo econômico de “desenvolvimento”, expressa muito mais um movimento determinado pela a crise estrutural que passou a racionalizar a mobilidade dos capitais pelo espaço até encontrar na classe trabalhadora ali constituída a estabilidade provisória para extração de lucros. São por isso unidades produtivas em mobilidade, não perene, que impõe sua lógica sem efetivamente se estruturar territorialmente de forma coerente com o espaço. Expressam, por isso, a crise do capital, não qualquer desenvolvimento capitalista. (2) Em detrimento, a força desses capitais em reprodução crítica são consideráveis de tal forma que impactam na estrutura do espaço urbano, intensificando o desenvolvimento desigual como forma de garantir, pela subsunção da força de trabalho que se amplia

¹ Referenciado em Aydalot, argumenta Harvey sobre a coerência territorial estruturada como sendo: “formas e as tecnologias de produção (padrão de utilização de recursos pelas conexões inter-indústrias, formas de organização, tamanho de empresas) as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo (o padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como da burguesia) os padrões de demanda e oferta de mão de obra (hierarquias das habilidades de mão de obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos) e as infraestruturas físicas e sociais” que se desenvolvem em determinados espaços por um tempo relativamente estável definindo a “região” conforme as características específicas do capital impregnado (2005, p.146)

e se reproduz precariamente na periferia urbana, melhores condições de sua exploração.

Atualmente, a continuidade da atividade industrial na cidade perpassa pela contínua reestruturação onde há um enxugamento do processo produtivo do chão da fábrica, atingindo principalmente a classe trabalhadora, através da redução da mão-de-obra ocupada e a precarização nas condições de reprodução da força de trabalho em seu espaço vivido.

A dissertação está dividida em quatro seções. A seção 1 é destinada a esta introdução apresentando os objetivos e problemas a serem abordados.

A seção 2, *Espaço urbano, urbanização e mobilidade do trabalho*, busca discutir sobre os conceitos básicos e introdutórios para o estudo das cidades e atreladas ao desenvolvimento do capital: espaço urbano, indústria, urbanização e mobilidade do trabalho. É a concepção lefebvriana do espaço urbano que será balizadora e referência nessa pesquisa: a transição do espaço urbano, de subordinado à indústria, lugar da produção e reprodução dos meios de produção, para, na modernidade, *ser o espaço da reprodução das relações sociais de produção*.

A seção ainda apresenta uma discussão empírica, fundamentada em Gaudemar (1977), sobre a mobilidade da força de trabalho em Itapetinga-BA e a sua gênese diante do processo industrial até a atualidade.

Na seção 3, *Crise do capital e urbanização crítica*, realiza-se uma discussão fundamentada em Mészáros (2011), Antunes (1999) e Damiani (2000) sobre a crise e o contexto de crise como determinação dos novos processos de urbanização crítica. A crise é o contexto histórico discutido. A criação do polo calçadista em Itapetinga é determinada pela crise estrutural do capital. É a crise que explica, desde a instalação do polo calçadista e a chegada da Azaleia na cidade, sendo ela mesma parte integradora da reestruturação produtiva do capital no presente contexto.

Na seção 4, *O mundo (des)realizado do trabalho: a situação da classe trabalhadora em Itapetinga-BA*, é realizada a análise de dados estatísticos e empíricos na discussão da produção do espaço urbano tendo como referência o mundo do trabalho, bem como o impacto da reestruturação industrial na vida dos sujeitos a ele pertencentes. É apresentada a urbanização crítica pela qual Itapetinga-BA tem passado, com ênfase na periferização da cidade.

2 ESPAÇO URBANO, URBANIZAÇÃO E MOBILIDADE DO TRABALHO

A lógica urbana caracteriza a sociedade moderna. As cidades, por suas múltiplas facetas e expressões, desempenham na contemporaneidade um papel preponderante na produção e organização territorial de quase todos os países do mundo.

Apesar das múltiplas abordagens e das visões mais ou menos otimistas ou francamente pessimistas em relação à cidade, o espaço urbano, é e será uma produção espacial e, como tal, resultado da criação humana, por isso socialmente constituído devendo admitir, portanto, todas as contradições historicamente inerentes (DAMIANI, 1999).

No debate geográfico, a questão urbana é central para se entender as formas como o espaço é produzido, introduzindo o campo científico ao conhecimento e compreensão da dinâmica urbana, para que seja possível localizar e definir os elementos estruturais, de diversas naturezas, que fazem e/ou fundamentam o espaço social.

Embora a presente pesquisa não deva se limitar à subárea da geografia urbana, esta deve ser aqui compreendida como o estudo do desenvolvimento das cidades em espaços dinâmicos e complexos, conforme o processo de modernização avança até os tempos de mundialização do capital. Portanto, analisa o espaço urbano, seu desenvolvimento e processualidade específica, suas relações de trabalho e desenvolvimento próprias bem como com demais outros espaços e, até mesmo sua relação com o campo (relação campo-cidade).

Desde a Revolução Industrial, o espaço urbano se tornou foco privilegiado de atenção para as preocupações de governos e estudiosos da sociedade, favorecendo em muitos casos a abordagem da geografia urbana. Da industrialização, do crescimento explosivo e do enorme poder de atração que as cidades representavam para vastos contingentes da população rural deslocada de seus espaços de vida, o espaço urbano transformou-se em *locus* da reprodução capitalista. Suas péssimas condições originalmente modernas e desenvolvidas ao longo do século XX, sem infraestrutura, equipamentos ou serviços básicos para um número cada vez maior de habitantes, chamou atenção para os estudos também em geografia.

Podemos partir da perspectiva de que uma estrutura de espaço urbano é um resultado do desenvolvimento das forças produtivas humanas imersa na historicidade específica do desenvolvimento capitalista.

A definição do espaço urbano e determinação de seus limites – ou, às vezes, da existência de uma suposta e um contínuo urbano por toda uma sociedade assim qualificada – têm sido questões amplamente debatidas por pesquisadores e por agências oficiais de estatística. Na verdade, o problema apresenta dois aspectos muito diferentes. Por um lado, há a questão da definição teórica do urbano em contraste com o rural, e a enumeração das características essenciais da cidade. Por outro, há tentativas de definição específica utilizada em cada país para determinar o que é urbano para fins estatísticos, e para estabelecer o limite a partir do qual se pode começar a falar de cidade como entidade distinta dos núcleos rurais ou semi-rurais.

Do ponto de vista teórico, as definições que foram dadas ao espaço urbano são de dois tipos: existem autores contemporâneos que se baseiam em uma ou duas características consideradas essenciais e existem as definições ecléticas, que tentam dar uma ideia da complexidade do urbano sintetizando às várias características previamente definidas (DAMIANI, 1999). Os condicionantes mais considerados para caracterizar o espaço urbano têm sido, fundamentalmente, o tamanho e densidade, a aparência do núcleo, a atividade não agrícola e o modo de vida, além de certas características sociais, como a heterogeneidade, cultura urbana e o grau de interação social.

O dado populacional, tem sido muitas vezes considerado como uma característica fundamental, embora, em geral, em nível teórico, tenha sido utilizada em conjunto com outras características. O mais frequente é considerar a densidade de habitantes e/ou edifícios. Esses critérios foram utilizados quase que exclusivamente, tanto por sociólogos-políticos quanto por geógrafos, nas fases iniciais do desenvolvimento dos estudos sobre o espaço urbano (SOJA, 1993).

Um exemplo desse tipo de definição é a proposta pelo sociólogo francês R. Maunier em 1910, quando definiu a cidade como uma sociedade complexa, cuja base geográfica é particularmente restrita em relação ao seu volume e cujo elemento territorial é relativamente fraco em quantidade, em relação ao seu tamanho, e à de seus elementos humanos (SOJA, 1993). Os problemas iniciam quando se quer definir a densidade partindo como pressuposto de ser algo diferente do rural.

Existem áreas agrícolas densamente povoadas, como é o caso de alguns pomares mediterrâneos ou algumas regiões deltaicas da China, onde a densidade chega a mais de 1.000 habitantes por quilômetro quadrado. Em todo o caso, subsiste o problema das áreas suburbanas, que podem apresentar densidades inferiores a este valor e às quais, no entanto, muitos autores não hesitam em atribuir características urbanas (SOJA, 1993).

Foram, no entanto, os autores da escola de Chicago que justamente afirmaram a originalidade do contexto sociocultural urbano, criador de novas formas de comportamento, de um modo de vida urbano, de uma cultura urbana. A conhecida obra de Louis Wirth (1938), "O urbanismo como modo de vida", nada mais faz do que formular com clareza o que, mais ou menos explicitamente, constituiu a hipótese inicial das investigações dos sociólogos da escola de Chicago. Wirth tenta distinguir, de uma perspectiva sociológica, o que constitui o modo de vida urbano como um fato diferencial. Esse modo de vida urbano, ou cultura urbana, deve ser entendido como um sistema específico de normas ou valores, ou – no que diz respeito aos atores – de comportamentos, atitudes e opiniões, segundo a definição de Castells (2000).

O espaço urbano se caracteriza, para Wirth (1938), com três atributos: o tamanho e o crescimento das aglomerações urbanas, o que leva, por exemplo, à segregação, ao desconhecimento mútuo e à substituição dos laços de solidariedade existentes nas sociedades rurais devido à competição entre grupos sociais; a densidade, uma vez que a vida e o trabalho em comum de indivíduos que não possuem vínculos sentimentais e afetivos fomentam um espírito de competição, engrandecimento e exploração mútua, para o qual tende-se a recorrer a controles formais para contrabalançar a irresponsabilidade e a desordem potencial; enfim, a diversificação e heterogeneidade que significa possibilidades de interação, mobilidade e ascensão social, possibilidades de modificação do status pessoal (CASTELLS, 2000).

As críticas fundamentais que têm sido feitas à tese de Wirth (1938) se referem, por um lado, à simplicidade e a falseabilidade das razões utilizadas para explicar as características do espaço urbano; de outro, à confusão que existe entre a cultura urbana assim definida e as consequências da industrialização nas sociedades modernas. De fato, dá-se um valor geral ao que nada mais é do que o resultado de um processo de desenvolvimento da sociedade moderna-industrial. A escassa validade desses traços da cultura urbana assim definida para caracterizar as cidades

das sociedades pré-industriais ou dos países não industrializados é clara e evidente, tal como é observada por Damiani (1999).

Outras críticas foram feitas do lado de pesquisas específicas realizadas principalmente por geógrafos em algumas grandes cidades, tanto em países desenvolvidos quanto em países subdesenvolvidos. A passagem de uma sociedade rural para predominantemente urbana pode ocorrer, por exemplo, sem que os vínculos familiares ou hábitos rurais desapareçam, e às vezes até reforçam estes vínculos, devido ao isolamento em que os grupos se encontram no contexto urbano.

Castells (2000) entende que o espaço urbano é definido como uma instalação humana relativamente grande, densa e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos. Isso é suficiente para produzir uma cultura urbana, segundo o autor. Mas, como afirma o próprio, a organização social e o sistema cultural dependem de algo mais do que o número e a heterogeneidade dos indivíduos; deve-se levar em conta também a estrutura tecno-social, a base organizacional da sociedade, a estrutura de trabalho e todas as políticas que estão associadas com o desenvolvimento deste.

Corrêa (2013) define a produção do espaço urbano como consequência da ação de agentes sociais concretos e históricos e de suas conflituosas relações com eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. O autor ainda fornece sua tipologia dos agentes sociais do espaço urbano, ele os define como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos. O espaço seria então, produzido de acordo com a ação destes agentes.

Dessa forma, o Estado capitalista assume funções múltiplas na produção do espaço. O Estado está diretamente ligado às esferas sociais, políticas e econômicas. Cabe a ele estabelecer a racionalidade normativa de produção e uso do espaço, além de taxar todas as atividades econômicas, produzir condições de produção para novos agentes, controlar o mercado e se tornar indutor/garantidor da propriedade privada. O Estado desempenha múltiplos e complexos papéis na produção do espaço, sua abrangente atuação é determinante para a toda definição do urbano e do intraurbano (CORRÊA, 2013).

Em Santos (2006), o entendimento de espaço urbano está relacionado à sua própria concepção de espaço em geral. Santos (2006) define o espaço como um conjunto de fixos e fluxos, objetos e ações se relacionando de forma sistêmica. Os

elementos fixos são aqueles que permitem modificações em cada lugar ao qual se encontram. Fluxos são os elementos que atravessam ou modificam cada fixo. Eles são resultados indiretos ou diretos de ações. Fluxos modificam os fixos ao mesmo tempo em que são modificados por estes e por eles mesmos. O espaço é então um contínuo diálogo entre fluxos e fixos. Outra forma de compreender o espaço, foi também assim esclarecido por Santos (2008, p. 39): “[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Assim, a configuração territorial é tomada pela ação do homem que vai a modificando, construindo estradas, pontes, etc. A configuração territorial vai se convertendo em uma produção histórica, e a natureza natural se converte em natureza humanizada. A medida que a humanidade evolui a natureza se distingue cada vez mais em um conjunto de objetos técnicos artificiais, completamente mecanizados. O espaço é o processo dinâmico dentro do qual os objetos e as ações se articulam e se sobrepõem (SANTOS, 2006).

Além disto, o autor entende que o espaço organizado pelo homem é “[...] como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia” (SANTOS, 1978, p. 145). Tão logo, o autor entende que o espaço urbano deve ser compreendido como resultado e condição dos processos sociais. Esta visão é próxima a Côrrea, apresentado anteriormente nesta análise.

Segundo Santos (2006), a transformação de objetos e coisas se dá em função de eventos, locais ou globais. Eventos locais tem por sua extensão, repercussão global, isso se dá de forma mais acentuada com a globalização. A globalização fomenta os contatos e transfere a ordem dos eventos, sua escala aparece transformada por ela. O que Santos (2006) busca esclarecer é que os eventos, em virtude da globalização capitalista, se homogeneizaram, a assim ocorre também com a técnica. Nesta realidade contemporânea, o homem urbano é um servo do tempo. Mudanças aceleradas na dinâmica urbana, fruto da comunicação incessante e globalizada, obrigam o ser humano a viver uma vida sem tempo para descanso. Nesse cenário, o homem é reduzido a um subproduto do tempo e do espaço, ele é avaliado pelo quanto pode render em determinada quantidade de tempo. A crítica de Santos (2006) fornece um retrato de uma urbanização que transforma as relações sociais dos

valores comunitários, como a solidariedade e a alteridade. O urbano agora é individual, competitivo, sem tempo para o descanso.

Na leitura geográfica dos autores apresentados até então, o espaço urbano é apresentado a partir de suas qualificações internas e caracterizações. Ele é tratado como um tipo de espaço, diferente de outros espaços, e que precisa ser tipografado com base nos elementos que o constituem.

A concepção que prevalece nesta pesquisa, destacada nos autores a seguir, é a do espaço urbano como fruto de um processo de desenvolvimento capitalista dentro da qual a dimensão do trabalho abstrato precisa ganhar uma corporeidade espacial para se expressar materialmente.

Lefebvre (2004, p. 112) define o urbano como “[...] um ponto de encontro, um lugar de reunião, a simultaneidade”. Para ele o urbano não constituiria um sistema, por haver independência relativa entre as formas e conteúdos.

A referência lefebvriana na definição do espaço relacionando com a interdependência entre formas e conteúdos aparentemente se aproxima do entendimento desenvolvido, posteriormente, por Milton Santos. No entanto, cabe destacar que em Lefebvre (2004), menos importam as categorias do que o movimento contraditório entre elas. Para Lefebvre (2004), a dialética contraditória entre forma e conteúdo é o que confere ao espaço urbano sua dinâmica viva e específica.

Lefebvre tem como forte característica a atenção dada as contradições e sua materialidade. O urbano é um espaço de contradições a serem superadas, e substituídas por novas contradições. A superação da contradição leva a processos emancipatórios.

Para Lefebvre (2008), a cidade hoje diverge da cidade do século XIX. Antes a cidade era o lugar da produção e reprodução dos meios de produção, isto é, a cidade estava subordinada a indústria. O espaço urbano tinha como finalidade a reprodução da classe trabalhadora e como espaço de consumo de parte da produção. Na sociedade moderna, a cidade é o espaço da reprodução das relações sociais de produção, e está inserida no processo como mercadoria. O capital encontrou na cidade um modo de reprodução da acumulação por meio da reprodução das relações sociais. A cotidianidade, o lazer, turismo, serviços, as novas necessidades de consumo, são exemplos do modo como as relações sociais reproduzem as relações de produção e fortalecem a acumulação. No modo capitalista, a reprodução da vida

significa a reprodução da força de trabalho, por onde ela é produzida incessantemente como uma necessidade do sistema acumulativo.

A concepção de Lefebvre (2008), portanto, está relacionada a própria dinâmica da acumulação do capital que exerceu, ao longo do século XX, papel central no processo de produção do espaço social. A diferença conceitual de Lefebvre (2008) em relação aos demais autores até aqui apresentados está, portanto, no entendimento do urbano como produto-condição do processo de acumulação pela articulação contraditória entre produção e reprodução das relações capitalistas. Portanto, a indissociabilidade historicamente adquirida entre espaço e capital se centraliza e o urbano aparece não como um conceito carregado de elementos ou características definidoras e próprias das cidades, mas propriamente ao movimento dinâmico e contraditório com que o capital (via relações capitalistas de produção) concretizou sua lógica de dominação no *mundo dos homens*. O espaço social (e o espaço urbano em específico) não pode ser concebido, na historicidade específica imprimida pelo capital, sem a lógica da mercadoria.

O espaço urbano é para Lefebvre (2008), parte do sistema de forças produtivas e fonte de alienação a medida em que:

Essa vinculação à produção, do espaço em geral e do espaço urbano em particular, abrange somente a reprodução dos meios de produção, dos quais faz parte a força de trabalho. Ora, essa hipótese convém ao capitalismo do século XIX, ao capitalismo concorrencial, cujo problema principal era reproduzir materialmente seus meios de produção (máquinas e força de trabalho) e permitir o consumo dos produtos, ou seja, a compra no mercado. Sistema contratual (o contrato de trabalho), sistema jurídico (o código civil e o código penal) quase bastavam para assegurar, com a venda da força de trabalho, essa reprodução dos meios de produção. É claro que nessas condições o espaço era, então, simplesmente funcional e instrumental. A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção: ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 46-47).

Na esteira de Lefebvre (2008), Damiani (2000) subscreve a existência da participação da urbanização crítica e produção do espaço. A autora assume que o

espaço urbano está envolvido, como mercadoria, no fluxo do capital e, logo, trata-se de um intrincado processo que envolve a produção do trabalho abstrato.

Assim sendo, é possível entender que, na concepção da autora, o espaço urbano se forma desde a sua permanente política de remodelação sob a égide da acumulação de capital, o que conduz à reiteração das distâncias sociais e espaciais entre os centros valorizados e as vastas periferias² urbanas características do capitalismo brasileiro, ao passo que desenvolve mais e mais o trabalho abstrato.

Esta lógica da autora, que assume o espaço urbano como um espaço socialmente produzido através do capitalismo, em que se reproduzem relações dominantes de produção por meio de um espaço social concretizado, criado, ocupado e fragmentado conforme as necessidades da produção e do capitalismo – o que evidencia o trabalho abstrato – também é observado na visão de Carlos (2016), que estabelece a premissa:

Podemos situar a questão urbana hoje, na articulação entre urbanização da sociedade e reprodução do capital num espaço mundializado que culmina com a reprodução do próprio espaço urbano como condição (e produto) de realização da acumulação. Isto é, o capitalismo reproduz, constantemente, a própria cidade enquanto mercadoria, momento em que a criação de novos setores econômicos integrados ao capitalismo mundial, fazem da cidade fonte de seus negócios (CARLOS, 2016, p. 3)

É importante observar que em Damiani (2000), na mesma perspectiva de capitalizar o espaço urbano e a formação social – e como consequência, desenvolver a forma do trabalho abstrato – também é uma notação de Carlos (2016), em que a autora expõe que sob a hegemonia do capital financeiro, o espaço urbano é produzido e consumido através do setor de serviços, como é o caso do turismo e do mercado imobiliário.

Como consequência, a autora entende:

² Em todo o trabalho, o termo periferia não se trata de um termo meramente geométrico, ou de distância do centro. As periferias são um produto histórico da divisão social e econômica da sociedade. Lefebvre (2006) argumenta que a periferia urbana é constituída por "zonas de revolta", onde o abismo que separa o centro da cidade - o centro de poder - do resto da população se torna cada vez mais profundo. Ele enfoca o papel das classes trabalhadoras e marginalizadas na produção da periferia, bem como a luta contra a desigualdade e a exploração econômica nestas áreas. O filósofo defendia que a periferia urbana constitui um "espaço de resistência", onde as pessoas se unem para proteger sua identidade e cultura e, ao mesmo tempo, tentam resistir às forças de exploração econômica e política. Para ele, a periferia urbana é um espaço de luta, onde a população se manifesta e manifesta sua indignação contra as desigualdades.

A produção do espaço como mercadoria efetua-se, em dois níveis: através da produção da habitação (uma mercadoria intercambiável no mercado imobiliário, sem o qual a função da moradia não se realiza) e através da produção da própria cidade pelo trabalho social presente e acumulado ao longo da história. Para o capital, a materialidade do espaço é o suporte do valor de troca, a forma como, pela extensão do processo de urbanização, cria-se o espaço como produto imobiliário e como rede de infraestrutura, articulando o público e o privado numa morfologia diferenciada socialmente (pela ação dos capitais públicos e privados, ora em conflito, ora em suas alianças). Significa dizer que a reprodução do espaço aparece como uma possibilidade de realização da acumulação através do movimento do capital (CARLOS, 2016, p. 4).

Verifica-se, então, uma situação conflituosa entre a reprodução urbana como valor de uso ou como valor de troca, visto que os interesses e necessidades se diferem entre os grupos que se apropriam do espaço com base nesses valores. O espaço como valor de troca é o apropriado para a acumulação por meio do mercado imobiliário, e que tem seu valor cada vez mais no campo da abstração a fim de atender as imposições da reprodução do capital. O urbano é tido então como mercadoria. Enquanto, para os sujeitos, o urbano é posto como obra civilizatória e espaço de realização da vida (CARLOS, 2016). São estas características críticas, que envolvem tanto espaço-tempo quanto e, principalmente, capitalismo qualificado que são defendidas ao longo dessa dissertação.

Portanto, fica claro que as dimensões, definições e conceitos de espaço urbano insurgem em diversas competências científicas, abordadas desde à Geografia Crítica propriamente dita, passando pela sociologia e outras ciências espaciais – cada uma com o seu próprio enfoque e princípio. Aqui, adotou-se os entendimentos sociopolíticos estruturais evidenciados por Carlos (2007, 2012, 2015), Damiani (2009, 2016) e Lefebvre (2004, 2006, 2008), a partir da produção do espaço urbano em face do trabalho abstrato próprio do desenvolvimento capitalista e sua mercantilização deste. Assim será entendida relação contraditória entre trabalho (trabalhadores expropriados e espoliados), meios de produção (atividades econômicas) e espaço (urbano) problematizada na particularidade de Itapetinga-BA

2.2 Indústria e Urbanização

“A ideologia capitalista impregna a ciência e a tecnologia e produz o saber parcelado e especializado, reproduzindo, na esfera da ciência, as técnicas de dominação” (CARLOS, 1988, p. 34).

A relação entre espaço urbano e industrialização, do qual a presente pesquisa se objetiva, é central para o entendimento do mundo moderno. Tal relação de desenvolvimento dos meios de produção levou a revolução industrial e o consequente controle da produção do capital. Por outro lado, o trabalhador foi expropriado, se distanciando cada vez mais do controle da produção à medida que o desenvolvimento da produtividade avançava na indústria.

Esse período é marcado pela maneira como o capital promoveu formas de se reproduzir com maior intensidade pela separação entre capital e trabalho. A dinâmica da acumulação capitalista, propriamente expansiva e dominante, e suas consequentes contribuições para a expansão da produção, têm desdobramentos na vida do homem, e, conseqüentemente, na forma de produção do espaço.

A industrialização se tornou sinônimo para o desenvolvimento econômico. A produção é controlada por aqueles que detêm o capital. Classes dominantes controlam as cidades, que por meio delas controlam outras cidades, regiões, etc., até a relação entre países que não dispõem dos recursos para desenvolver uma produção industrial insubordinável aos países desenvolvidos.

Com o capitalismo, a cidade adquire uma capacidade de produção completamente diferente dos períodos anteriores. A industrialização permite uma expansão no modo de produção, e esse modo de produção, o proletário é o protagonista que migra do trabalho do campo para o trabalho da fábrica. A riqueza econômica das cidades como centro da vida social e da produção proporciona a expansão da urbanização. Sobre isso a Spósito argumenta:

Ainda que a indústria seja a forma através da qual a sociedade apropria-se da natureza e transforma-a, a industrialização é um processo mais amplo, que marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas. Dado o caráter urbano da produção industrial (produção essa totalmente diferenciada das atividades produtivas que se desenvolvem de forma extensiva no campo, como a agricultura e a pecuária) as cidades se tornaram sua base territorial,

já que nelas se concentram capital e força de trabalho (SPOSITO, 2002, p. 42).

Para a autora, entender a urbanização partindo do desenvolvimento industrial, é entender o próprio capitalismo. Nessa perspectiva, a urbanização é um processo interligado ao trabalho abstrato³. A possibilidade de emprego gerada pelo processo de industrialização foi o que catapultou a urbanização do espaço. Neste sentido, reafirma-se como tripé fundante na presente análise o tripé espaço (urbano), capital (indústria) e trabalho (trabalhadores) como sua determinação central. O processo de urbanização passa necessariamente pela oferta de trabalho proveniente das estruturas geradas pelo capitalismo.

Spósito (2002) trata da urbanização na era capitalista moderna. Ela relaciona o trabalho, o modo de produção capitalista, associado a essa urbanização:

O movimento capitalista precisava expandir a capacidade produtiva e desencadeou um processo de ampliação estimulando as manufaturas, que paulatinamente, com o fim das leis que protegiam as corporações, tomaram a cidade e transformaram o caráter da produção artesanal urbana. Enfim, a manufatura urbana foi reforçar a capacidade produtiva que a cidade havia adquirido a partir da produção artesanal organizada (SPÓSITO, 2002, p.38).

De acordo com Spósito (2002) a expressão *indústria* significa o conjunto de atividades humanas que tem como objetivo a transformação da natureza em produtos ou mercadorias. É nesse sentido que a cidade se transforma em um espaço de produção. A autora diferencia o conceito de indústria do de industrialização. O primeiro se refere a essa manipulação da matéria prima e conseqüente transformação em mercadoria. Já a industrialização é marcada por um movimento mais amplo, é a afirmação da indústria como principal atividade econômica.

Esse processo de industrialização, como paradigma de vida, tem início na ascensão da burguesia mercantil como classe dominante. A acumulação primitiva, como processo originário do capital moderno, fortaleceu a burguesia e lhe deu força

³ De acordo com Marx (2013), o trabalho abstrato é o principal meio pelo qual o capitalismo opera, criando uma relação entre o trabalhador e o valor de seu trabalho. Na análise marxista, o trabalho abstrato é trabalho desprovido de significado e desconectado da natureza humana, com o trabalhador sendo visto apenas como um meio para a criação de riqueza para o empregador. A ideia de trabalho abstrato de Marx é que, como resultado da exploração de mão de obra na economia, os trabalhadores trabalhariam para maximizar a produção e, portanto, para maximizar os lucros. Esta separação entre a produção e a satisfação dos desejos do trabalhador é uma característica central do capitalismo para Marx.

para pleitear mudanças frente à realeza e enfraquecer a aristocracia feudal. A crescente força da burguesia tratou de dar fim ao antigo sistema feudal, e, aos poucos, realizar transformações nos modos de produção (SPÓSITO, 2002).

Essas transformações seriam o que mais tarde se transformaria no capitalismo contemporâneo. Mas, antes que pudesse se chegar até sua forma efetivamente moderna, o capitalismo passou por diversas transformações. O fim do feudalismo e a emergência do comércio nas cidades propiciou a formação de uma burguesia comercial e da riqueza acumulada por eles, atraíram também servos em busca de “liberdade”. A produção já visava a acumulação por meio do comércio (SPÓSITO, 2002).

Nesse período houve uma acentuação na distinção entre campo e cidade. Com o aumento da urbanização, incentivada pelo crescimento do comércio, a cidade cada vez mais se transformava em um universo distinto do campo. Além disso, com o crescimento das cidades, a produção agrícola foi cada vez mais desenvolvida, tendo em vista, a produção de alimentos para a sustentação das cidades (SPÓSITO, 2002).

A destituição do trabalhador dos meios de produção provoca uma decomposição da produção em diferentes processos, efetuados por diferentes sujeitos. Isso permite o envolvimento do trabalhador na produção de maneira especializada apenas em etapas do processo. Inicia-se um distanciamento e ruptura do controle direto do produtor e os resultados da produção das mercadorias (SPÓSITO, 2002). Emerge como força socialmente determinante deste processo o trabalho abstrato (assalariado).

A partir daí a modernização e o desenvolvimento de novas máquinas tornou a produção mais rápida e efetiva. Não só isso, o trabalho foi levado a locais exclusivos e afastados do centro comercial das cidades, as fábricas.

A cidade se torna assim um centro, um centro onde se acumulam riquezas, onde a técnica é desenvolvida, onde a vida social e política propriamente capitalista acontece. A riqueza que a cidade acumula, com seu comércio, lhe permite a exploração do campo na aquisição da matéria-prima que precisa. Já se nota nesta fase o poder que o capital detém. Mais do que isso, a terra do senhor feudal passa a ser propriedade do comerciante rico, do banqueiro (LEFEBVRE, 2006).

Lefebvre (2006) esclarece que a divisão contraditória e hierárquica entre campo e cidade é a expressão espacial da divisão, também contraditória e hierárquica, do trabalho propriamente capitalista. O espaço urbano moderno é produto desse

processo. Na cidade antiga, o trabalho realizado era o trabalho intelectual. É ali onde se organizava a vida, os recursos eram distribuídos, atividades políticas, desenvolvimento do conhecimento, todas essas atividades estão na esfera do urbano. O campo, responsável pela produção de alimentos, é onde o trabalho manual acontece.

Lefebvre (2006) destaca a cidade como espaço de interações entre os seres humanos que nela vivem. Ela é histórica, quer dizer, tem uma história, um passado. Esse passado a caracteriza e faz parte de sua essência. As transformações que sofre, que a modificam, também fazem parte de suas características. A cidade como lugar de reunião, lugar de encontro. Além disso, a cidade é dinâmica, portanto, ela não deve ser considerada somente como um ambiente para negócios; ela é muito mais do que isso, ela é cotidianidade.

Dessa forma, até para o capitalista, a cidade é objeto de apreciação. Ela não é mero receptáculo do lucro. Ela traduz e deixa transparecer as necessidades da vida urbana. É apreciada por sua beleza, e causa tristeza por suas carências. O lugar de cultura que aí se manifesta é particular a ela. Mas, Lefebvre (2006) não trata a cidade e o urbano como conceitos indistintos. O urbano é antes “realidade social composta de relações a serem concebidas” enquanto a cidade é lugar dado, “realidade presente, arquitetônico” (LEFEBVRE, 2006).

O capital se fortalece e incentiva a urbanização não só devido a um avanço da técnica e da ascensão da burguesia, mas porque a relação entre as cidades se fortalece. A divisão da produção e seu conseqüente comércio fortaleceu o modelo de negócio e proporcionou o crescimento e a expansão da indústria. Mas, se nas relações pessoais domina aquele que detenha maior acúmulo de capital, nos espaços urbanos também impera o predomínio de uns sobre os outros, também na forma de divisão social e hierárquica do trabalho. A capital do Estado acumula essa função e regulamenta tais relações (LEFEBVRE, 2006).

Lefebvre (2006) ainda argumenta que a cidade se constitui em local onde se concentram os meios de produção. As ferramentas necessárias para a produção se encontram centralizadas nas cidades, assim como a matéria-prima e a força de trabalho. Essa centralização dos meios de produção permite a expansão da produção de mercadorias.

O crescimento das cidades projeta uma urbanização descontrolada. O centro urbano começa a dar lugar para a instauração de escritórios que visam administrar os

meios de produção, além de oferecer serviços a esses mesmos meios. Dessa forma, as moradias saem do centro e começam a se dirigir às periferias e subúrbios da cidade. O centro se torna local quase exclusivo do negócio, da mercadoria. Em mesma medida, regiões depreciadas e violentadas, são refúgios de classes proletárias. O outrora dono da sapataria, e agora funcionário da fábrica, tem de viver em condições muito piores (LEFEBVRE, 2006).

Atualmente, tornando-se centro de decisão, ou antes agrupando os centros de decisão, a cidade moderna intensifica, organizando-a, a exploração de toda a sociedade (não só de classe operária mas também de outras classes sociais não dominantes). Isto é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção) (LEFEBVRE, 2006, p.63).

Pequenas cidades se formam ao redor da grande cidade ou metrópole, subordinadas e estrategicamente localizadas para funcionarem como peças para a reprodução do capital. Agora, o grande centro é referência para os maiores negócios, nele estão instaladas as maiores instituições bancárias, a bolsa de valores, a administração pública, as maiores corporações. O pequeno comerciante foi deslocado para a cidade circundante, ele já não faz mais parte do anel interno, no máximo ocupa um lugar no nível secundário. O “tecido urbano” vai assim sendo constituído por uma mescla de sujeitos que adaptados ou não, ali foram parar. Desde o jovem impressionado pela grandiosidade até o idoso que lamenta a perda da terra, a cidade se torna o centro de diversos mundos em um único mundo (LEFEBVRE, 2006).

O que a industrialização trouxe à urbanização foi essa mescla e expansão das características sociais peculiares de cada sujeito em particular universalizado pelo tempo do capital. Dito de outro modo, a industrialização fez da urbanização espaço de migração, o que, conseqüentemente, desencadeou uma pluralidade cultural no espaço urbano. Lefebvre (2006) é crítico ao destacar que o capitalismo retira da cidade o que esta tem de belo. Da mesma forma, uma cidade preocupada com a produção e o lucro, dispensa pouca atenção para o lazer e a arte. A industrialização trouxe à urbanização, a feiura. O feio se tornou corriqueiro em uma cidade que não se importa mais com a arte, a arte se torna entretenimento e o entretenimento é só mais um negócio burguês. Diferentemente da aristocracia, para a burguesia a arquitetura

tem valor de troca maior do que valor de uso. E a isso, há na cidade industrializada uma decadência estética marcante.

Junto à decadência estética que a industrialização trouxe à cidade, o adensamento habitacional a deixou sem vida. Sem espaço no espaço urbano, a natureza se torna raridade em meio à selva de pedra. A urbanização foi aos poucos retirando todo relacionamento do homem com a natureza. A relação de trabalho que ali se estabelece está muito distante do trabalho vivo descrito por Marx (2013). O trabalho se constitui, principalmente, na ação humana sobre a “coisa”, ou natureza. Essa ação sobre a natureza ou sobre o objeto promove uma transformação, ao que se pode definir como valor de uso. Essa relação é vista por Marx (2013) como viva. É nela em que o homem se relaciona com a natureza de forma produtiva, mas essa produção não é pautada na busca pelo valor de mercadoria, na qual a perspectiva do trabalho se insere. O que Marx (2013) demonstrou foi à duplicidade de caráter que a mercadoria possui, por um lado o valor de uso, noutro o valor de troca. A relação do homem com o trabalho, sob a égide da industrialização, só pode ser vista sob a perspectiva do trabalho morto na definição marxiana.

No caso particular do Brasil, segundo Santos (1993), um país de origem agrária, que detêm uma essência de produção agrícola, começou seu processo de urbanização no estado da Bahia, mais especificamente em Salvador. Um país formado por homens do campo que aos poucos foi vendo no crescimento comercial da cidade de Salvador o início de um processo de urbanização. À medida que esse processo se desenvolve, o próprio desenho europeu da cidade vai se modificando. Mas a urbanização brasileira vai começar a se desenvolver com maior intensidade a partir do século XVIII, quando o proprietário de terras, o fazendeiro, passa a residir e administrar suas terras na cidade (SANTOS, 1993).

Esse processo, porém, levaria ainda dois séculos para chegar ao ponto em que se verifica na modernidade. O que Santos (1993) observa, é que nesse início, a urbanização era muito mais a fundação de cidades, as quais não tinham praticamente ligação entre si, com o objetivo de administrar a exploração comercial da agricultura e da mineração. No final do século XIX apenas 10% da população brasileira era urbana (SANTOS, 1993). A expansão da urbanização para o interior do país foi em muito, motivada pela prestação de serviços que a cidade, ou vila, oferecia. Com a energia elétrica, o telefone e a água permitindo a instalação do comércio, dos bancos e da

oferta de matéria prima para a produção agrícola. Assim, as necessidades do camponês eram supridas no ambiente urbano da cidade (SANTOS, 1993).

A mudança começa a acontecer com o início da produção de café no estado de São Paulo, a construção de ferrovias e as melhorias no sistema portuário e nos meios de comunicação. Esse novo dinamismo fez emergir o potencial de expansão urbana do estado paulista. Santos (1993) destaca que é aí que se instala o modo capitalista de produção. A relação assalariada de trabalho e o consumo minimamente massificado começam a ser efetivados por meio do desenvolvimento pelo qual a cidade de São Paulo passava. Não obstante, São Paulo começa a se diferenciar do restante do país. Isso porque, ao contrário dos países europeus, as cidades brasileiras se mantiveram afastadas, sem uma ligação entre si. Essa diferenciação coloca São Paulo como berço da industrialização no país, e seu desenvolvimento se mantém assim durante um tempo (SANTOS, 1993).

O processo de industrialização do país começa a ser efetivado a partir da década de 1940, com o redimensionamento da política econômica por parte do Estado. Com a industrialização, o processo de urbanização começa a se efetivar por todas as regiões. Isso se torna evidente ao se verificar as estatísticas de população urbana pré e pós-processo de industrialização. Se na pré-industrialização a população urbana era de pouco mais de 26%, pós-industrialização, na década de 1980, esse número saltou para quase 70% (SANTOS, 1993).

Para Santos (1993), a técnica é fundamental para o processo de urbanização que se dá por todo o país nesse período. Segundo Milton Santos, a técnica é uma atividade humana de ordem prática que busca criar meios para a solução de problemas. Ele acreditava que o desenvolvimento de determinada técnica dependia de aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos, e que ela era profunda e diretamente influenciada pela organização social. Ela permite que a informação, que as comunicações se amplifiquem, e que o conhecimento se expanda. É inegável também, que o desenvolvimento do maquinário apropriado, que a evolução da tecnologia, ofertasse condições de produção nunca vista. O desenvolvimento dos meios de produção e das relações de trabalho substituiu a natureza, criou espaço para um novo tipo de relação do homem e seu objeto universal de trabalho, a natureza. Essa relação não pode mais se fazer do mesmo modo com o qual ocorria, e a partir de então passou a ocupar novo território.

A expansão da produção propiciada pela industrialização fez constituir uma sociedade de consumo de massa e uma grande explosão populacional. “Atuando ideologicamente sobre a sociedade, a propaganda cria necessidades de consumo cada vez mais uniformes, e anula paulatinamente as diferenças culturais” (SPÓSITO, 2002, p. 55).

A hierarquia entre as cidades e a ascensão das metrópoles também são objetos de estudo de Santos (1993) e Spósito (2002). As regiões metropolitanas geralmente levam o nome daquele que lhe é central e originário. Há ainda nessa relação, uma hierarquia entre a cidade central e suas vizinhas agregadas (SPOSITO, 2002). O capital é concentrado na cidade central da metrópole, e essa, por sua vez, é quem detém a palavra principal nas questões econômicas do desenvolvimento da metrópole. A urbanização da metrópole segue a regra do capital, aquele que possui a maior quantia de capital tem maior controle e poder sobre aqueles que não têm. A metrópole dispõe do que nenhuma outra cidade dispõe, tempo e qualidade de informação. Tudo chega antes e mais completo a ela. Na maior parte das vezes é a metrópole quem vai repassar a informação (SANTOS, 1993).

Dentro da expansão urbana das cidades, muitos são os problemas que ocorrem. A apropriação do espaço é um destes problemas. O adensamento populacional, nesse sentido, foi uma “solução” encontrada para tal. Outro problema do início da urbanização foi a distância. As longas distâncias entre as moradias e o trabalho, fruto do uso do solo urbano como uma mercadoria, eram um problema que necessitava de solução (SPÓSITO, 2002). E a solução chegou com as linhas de metrô e os automóveis. Mas, hoje, o problema já se renova. O congestionamento é tão grande, que chegar ao trabalho pode levar horas. A cidade em seu crescimento desenfreado foi se transformando em caos. O centro, como dito, se tornou lugar exclusivo para negócios. A população trabalhadora foi levada a se mudar para bairros periféricos, que não regulamentados e nem planejados, foram sendo construídos à revelia. A confusão em algumas cidades brasileiras é evidente. São Paulo é um exemplo onde em meio a prédios e condomínios de luxo, encontram-se grandes periferias, constituindo uma segregação espacial. Santos (1993) destaca:

Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização cria, no território como um todo, em particular nas cidades, os equipamentos, mas também as normas indispensáveis à operação racional vitoriosa das grandes firmas, em detrimento das empresas

menores e da população como um todo. Daí, em pouco tempo, resultados concomitantes: a extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas, não é contraditória com a enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, enquanto surgem novas classes médias. Estas são indispensáveis à operação do sistema, na cidade e no campo, onde se instalam como nervo e instrumento da circulação e como alavanca de uma produção e de um consumo hegemônicos, isto é, comandados pelas corporações (SANTOS, 1993, p.104).

Nesse sentido, a modernização é o principal motor da mudança. Santos (1993) demonstra como essas transformações alcançam até a produção agrícola. Diante das necessidades de mudança, o produtor que não puder acompanhar, ficará vulnerável podendo até perder seu negócio para bancos ou outros produtores. É a regra do capital. Para, além disso, a acumulação do capital teve novo impulso com a modernização. No Brasil, essa acumulação por parte de empresas e grandes grupos econômicos lhes forneceu poder sobre as relações sociais. Não somente nas relações de consumo e produção, mas na influência direta sobre o Estado. Alterações na infraestrutura urbana foram motivadas diretamente por grupos econômicos e grandes empresas. Torna-se comum, que empresas realizem exigências para a instalação de unidades de produção na cidade. A cidade, que se torna dependente da relação de produção que as grandes empresas oferecem, não tem alternativa se não oferecer as adequações que lhe são solicitadas. Assim, a indústria foi moldando o cenário urbano das cidades. O que se constitui numa urbanização corporativa (SANTOS, 1993).

Isso promove a discussão de outro ponto que se desenvolve com a industrialização. A força política das grandes empresas. À medida que acumula capital e ganha território, uma empresa se torna influente em meios políticos. As influências políticas de grandes grupos são sentidas pela sociedade nas mudanças que esta incorre sobre a urbanização das cidades (SANTOS, 1993).

Cano (2014) aponta os problemas que decorrem da industrialização de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ele esclarece que um país desenvolvido é assim considerado quando os níveis de renda *per capita* são elevados e, além disso, há uma significativa diminuição da participação da produção agrícola no produto interno bruto daquele país. Essa diminuição é o claro sinal de altos níveis de industrialização alcançados pelo país em questão. Contudo, essa diminuição da participação da agricultura não se refere a sua produção. Na verdade, a produção agrícola tem que aumentar. O que provoca a diminuição é a ampliação e modernização, não só da indústria, mas também da técnica agrícola. Com a ampliação industrial, o país em

questão passa a gerar grande quantidade de lucro proveniente de sua produção industrial.

Nessa relação, os países subdesenvolvidos (e os agora chamados de “em desenvolvimento”), que assim se mantiveram devido a vários fatores, iniciaram o processo de industrialização mais tardiamente que os países “desenvolvidos”. Mantendo uma economia de base agrícola, aqueles países viram a crescente expansão econômica gerada pelo processo de industrialização destes. Com o avanço econômico em países desenvolvidos e a expansão da globalização, grandes empresas multinacionais sediadas em países desenvolvidos começam a mover suas linhas de produção para países em desenvolvimento. Os motivos são os incentivos recebidos por governos e, principalmente, o valor da força de trabalho (CANO, 2014).

A dependência de países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, como é o caso do Brasil, ao capital estrangeiro, deixa-os em situação vulnerável. Contudo, ainda que se observe o crescimento industrial, inclusive desenvolvendo sua própria tecnologia e não mais dependendo dos países desenvolvidos, pouco se observa a melhora das condições de vida e grande parte de suas populações se mantém na miséria.

Além disso, Sampaio (2013) destaca a necessidade de especialização que se exige a partir do momento em que as indústrias passam a realizar a modernização da técnica. Ainda que o trabalhador invista em qualificação profissional, seu emprego depende da demanda do capital. Cria-se um discurso da qualificação que, conseqüentemente, movimentou os sistemas educacionais de países subdesenvolvidos. O Brasil é um dos países que realizou mudanças na forma como a educação era realizada, promovendo ampliações na formação técnica, o país teve como intenção suprir as demandas que a industrialização exigia.

Mas, essa formação educacional do brasileiro pouco teve a ver com saberes críticos. O brasileiro não estava sendo formado para compreender a realidade histórico-cultural, tampouco refletir sobre o meio social. A formação tinha como propósito apenas a especialização do trabalhador para servir aos anseios da indústria. Este tipo de formação ajudou a marginalizar a classe trabalhadora, suprimindo movimentos que dificultassem a condução da cidade pelos donos do capital, de acordo com seus interesses e desejos.

2.3 Mobilidade do trabalho e a natureza urbana de Itapetinga-BA

Segundo o IBGE, o município de Itapetinga – BA possui uma das maiores taxas de urbanização do estado. Dados do último censo demográfico de 2010 apontam para 97,1% dos 68.142 habitantes, residindo na área urbana, colocando Itapetinga-BA como o 6º município com maior taxa de urbanização do estado. Para um município que ficou conhecido durante muito tempo como a “capital da pecuária” com o lema “terra firme e gado forte”, portanto, com forte tradição agrária, essa taxa elevada de urbanização de um pequeno município do interior da Bahia, indica uma problemática que deve abordar pelo menos três dimensões: a natureza da estrutura fundiária agrária, a natureza do processo de urbanização e as formas atuais de reprodução desse espaço urbano que passou recentemente por um processo de reestruturação produtiva em seu importante setor industrial. Os índices já apontam que estes rótulos ficaram no passado, mas mostram também que a produção do espaço urbano se deu em meio a sucessão de ciclos produtivos, desde a atividade pecuária à industrialização em especial (figura 1).

Figura 1 - Imagem aérea da cidade de Itapetinga-BA (2022)



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.
Foto: Esdras Ferraz.

Alguns fatores podem ser apontados como condicionantes para a alta urbanização do município, como a concentração fundiária, a crise da pecuária, a

industrialização, entre outros. Porém, o que se é apresentado, é que houve uma mobilidade da força de trabalho que outrora estava presente massivamente no campo, em direção a cidade. Esta movimentação, outrora chamada de “êxodo rural”, será tratada aqui como mobilidade do trabalho.

É importante que se busque entender as causas da mobilidade populacional e de que maneira isso impacta em todo um sistema. Gaudemar (1977) chama a atenção que o desenvolvimento do capitalismo foi possível graças a mobilidade da força de trabalho.

Força de trabalho é uma mercadoria com valor de uso capaz de produzir outras mercadorias e criar valores de troca. “Capaz de transformar dinheiro em capital” (GAUDEMAR, 1977, p.188). É a força de trabalho o real agente de produção.

Como mercadoria, a força de trabalho também apresenta como característica um valor de troca, definido por Marx como o equivalente trabalho obtido em troca de mercadoria. É medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção.

O termo “mobilidade” já pressupõe a ideia de movimento. Mas, diferente do que se pode pensar, não se trata de um movimento livre. A liberdade nesse caso tem um limite. Esse limite seriam as exigências do capital. O movimento populacional se dá a fim de atender as necessidades de acumulação que em tempos de crise mobiliza o capital para áreas onde possa extrair maiores lucros.

Tornando-se a mobilidade explicitamente um instrumento de adaptação da mão-de-obra, as deslocamentos espaciais não são aqui os únicos em causa mas, juntamente com eles, todos os modos de passagem da mão-de-obra disponível para as esferas de valorização do capital e todos os modos de intensificação e produtivização desta mão-de-obra (GAUDEMAR, 1977, p. 21).

A liberdade do trabalhador é figurativa. Sendo possuidor exclusivamente da sua força de trabalho, não lhe resta outra alternativa a não ser vendê-la para sobreviver. A presença de mercados de compra e venda de força de trabalho, será o motor dos movimentos de mobilidade na sociedade capitalista.

O capital busca os melhores lugares para sua eficaz valorização. Gaudemar (1977) coloca que a força de trabalho não se mobiliza a deslocamentos em busca de melhores salários simplesmente. Descarta-se nesse pensamento a ideia de que o movimento migratório para a cidade estaria relacionado ao “fascínio urbano” com suas

luzes e movimentos. Ainda que elementos da infraestrutura e equipamentos urbanos sejam importantes para garantir uma qualidade de vida minimamente básica, a remuneração pode ser considerada um fator importante em nível individual, pois o trabalhador estaria imerso em um processo estrutural que condiciona essa movimentação. Porém, saindo do campo subjetivo individual do sujeito que “escolhe” migrar, temos um processo estrutural do sistema acumulativo que força as pessoas à mobilidade.

A força de trabalho é também mercadoria. “É, portanto, uso de uma mercadoria ou ainda troca de uma mercadoria (força de trabalho) por outras mercadorias (produtos)” (GAUDEMAR, 1977, p. 198). O trabalhador, que a detém, busca oferecê-la em troca de uma melhor remuneração. Com uma procura bem superior à oferta, estrategicamente forjada pelo capital, os donos dos meios de produção passam a acumular riquezas por meio da espoliação dessa força de trabalho extraindo uma mais-valia cada vez maior. O aumento da competitividade e produtividade advinda de avanços tecnológicos, o preço das mercadorias produzidas tende a cair, sendo o rendimento e os direitos do trabalhador os meios encontrados para extrair e acumular capital, principalmente nos contextos de crise.

Como consequência desse movimento, Antunes destaca que:

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital (ANTUNES, 1999, p. 36)

As políticas neoliberais e os processos de reestruturação produtiva têm trazido consequências na vida do trabalhador: perda de direitos, desemprego crônico, jornadas exaustivas, baixas remunerações, ausência de qualificação têm sido abastecido, cada vez mais, por um tipo de espaço especificamente voltado para a produção e reprodução do trabalho abstrato: a periferia urbana, crescente e cada vez mais determinante.

A força de trabalho, antes dispersa no campo, afetada pela mobilidade impulsionada pelo capital, acumula-se nas áreas urbanas onde pode ser utilizada em cooperação na atividade industrial. De tão numerosas, constituem o que Marx (2013)

chama de exército industrial de reserva. O excedente da população trabalhadora que se forma nas cidades é “[...] condição de existência do modo de produção capitalista”, “pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta” (MARX, 2013, p. 637)

A acumulação do capital depende do trabalho despendido na produção de mercadorias e na relação entre o valor de uso e valor de troca da produção, atuando tanto na oferta quanto na procura por trabalho. Pode-se dizer que os tentáculos do capital se fazem presentes nas duas frentes.

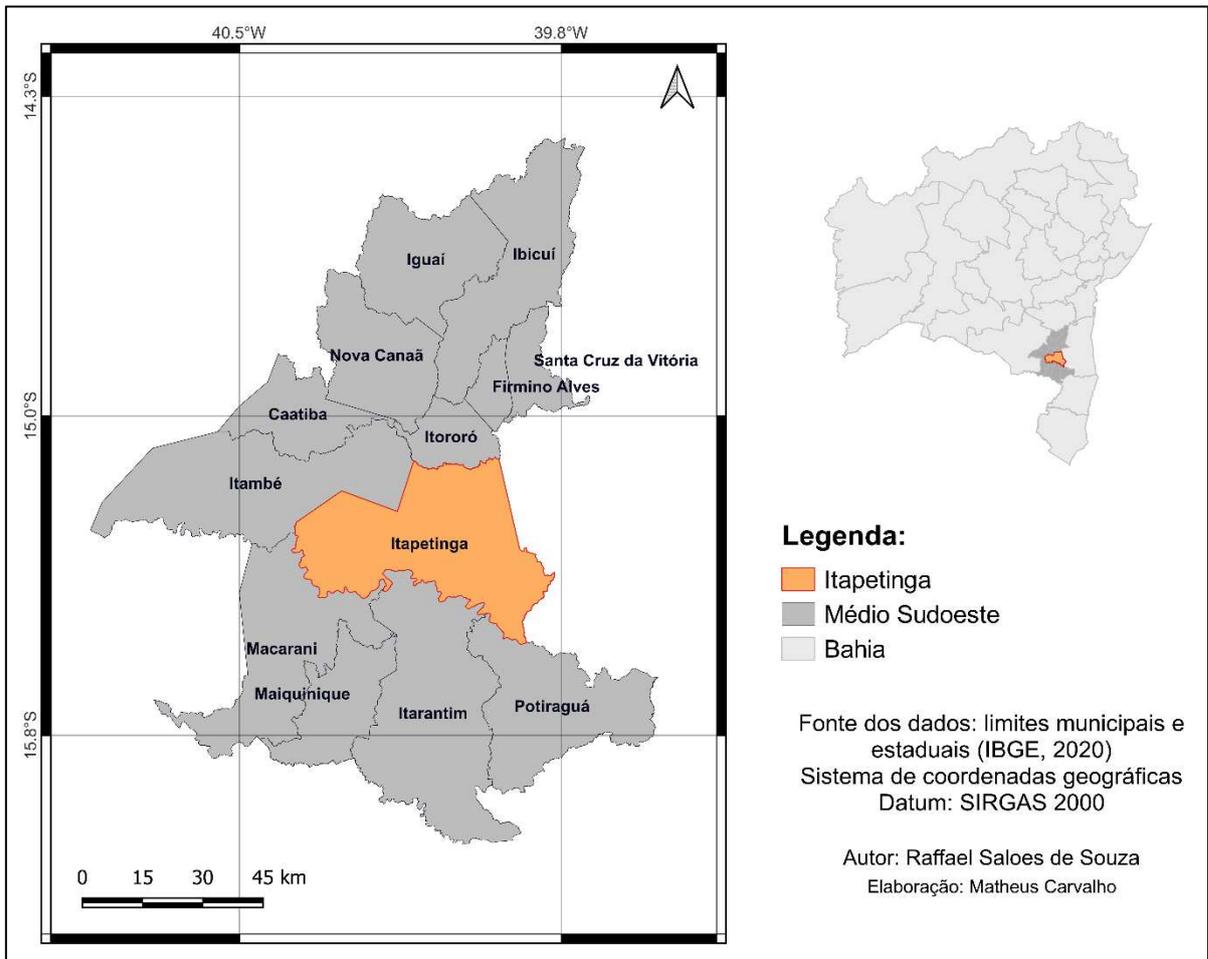
O capital não só provoca a procura de trabalho de que tem necessidade, mas produz também a oferta, pela criação ininterrupta de operários supranumerários. Assim, satisfaz as suas necessidades imediatas e futuras, num vasto movimento de especulação sobre a força de trabalho (GAUDEMAR, 1977, p. 277).

No caso de Itapetinga, a população da cidade aumentou a medida que o capital induzia o processo de mobilidade do trabalho, forçando o trabalhador do campo e de outras cidades em busca da oportunidade de venderem sua força de trabalho. Esse movimento gerou também uma competição entre os trabalhadores em busca de sobrevivência. Afinal, no modo capitalista de produção, a tendência para uma melhor acumulação é que a demanda por emprego seja superior a oferta.

Portanto, a *mobilidade do trabalho*, é aqui utilizada como categoria para entender o processo de urbanização da cidade de Itapetinga e a forma de sobrevivência que ela tem proporcionado à sua população trabalhadora.

A constituição da estrutura urbana de Itapetinga esteve ligada as fases de acumulação e reprodução do capital. Durante a maior parte do século XX, a atividade pecuária foi o grande motor propulsor da economia itapetinguense, bem como os outros municípios que fazem parte do território Médio Sudoeste da Bahia (figura 2), alternando-se em momentos de crise e superacumulação, como bem característico do sistema capitalista.

Figura 2 - Mapa de localização do território Médio Sudoeste da Bahia (2022)



Fonte: Souza, 2022.

O início da ocupação da região foi marcado pela expansão da pecuária de corte. Segundo Oliveira (2003), entre os anos de 1912 e 1952, assiste-se à consolidação da pecuária de corte como principal produto econômico itapetinguense. Esse momento foi essencial para a acumulação primitiva de capitais, pois representou um período de forte expansão da região produtiva, o cercamento de extensas áreas destinadas a criação de gado, manejados em sua totalidade no método extensivo e uma exploração descontrolada da mão de obra, resultado da insuficiência de dispositivos jurídicos que regulassem o trabalho rural.

Ainda segundo Oliveira (2003), entre os anos de 1953 e 1959, assistiu-se o apogeu da pecuária de corte e, conseqüentemente, uma maior exploração do uso da madeira local, utilizada para os cercamentos, construção de móveis, construção das habitações mais populares, especialmente dos trabalhadores rurais e para sua utilização como combustível natural.

Foi durante essa fase que Itapetinga ganhou enorme protagonismo econômico e político em comparação as cidades que estavam em seu entorno, chegando mesmo a superar economicamente Itambé, a quem esteve por bastante tempo submetida juridicamente como distrito, passando a ser “polo” da microrregião agropastoril, hoje território Médio Sudoeste.

Durante esses anos, deu-se início às exposições agropecuárias, destinadas a atrair investidores de diversas localidades e promover o escoamento da produção itapetinguesa. Havia desde então no imaginário popular a ideia de que a cidade aos poucos se tornaria a “capital da pecuária” do estado da Bahia. Esse anseio, e em até certo grau, delírio coletivo, era alimentado, sobretudo, pelas autoridades políticas e pela elite produtora, porém, mobilizava até mesmo aqueles que estavam excluídos da cadeia produtiva: a sociedade em geral.

Ainda segundo Oliveira (2003), entre os anos de 1960 e 1969, ocorreu a crise na pecuária de corte o que acentuou ainda mais os problemas sociais que eram vivenciados pela maior parcela da população, desassistida e excluída de serviços essenciais como o fornecimento de água e esgoto. Para a pesquisadora, foi precisamente durante este mesmo período que houve a instalação da pecuária mista, destinada a produção de gado de corte e a produção leiteira, o que proporcionou a abertura de novos postos de trabalhos trazidos pelos pequenos laticínios instalados nas fazendas e no entorno da cidade. Era a implantação do embrião da atividade industrial na cidade (figura 3).

Da década de 1970 em diante, tem-se início a construção da “cidade ideal”, ou o “urbano concebido”, do qual lembra Lefebvre (2006). Dentre as ações empreendidas pode-se pontuar a ampliação da rede de fornecimento de água e esgoto, projetada para atender até 120 mil famílias. Houve também a instalação da estação repetidora do sinal de televisão, uma novidade na vida cultural da cidade, cujo acesso as informações se davam primordialmente por meio das estações de rádio. Além disso, foi instalado a rede telefônica que integrava o centro urbano às regiões circunvizinhas.

Durante a década de 1980, Oliveira (2003) destaca que Itapetinga possuía o maior rebanho bovino de todo o Nordeste brasileiro, período no qual ficou conhecida como a “Capital da Pecuária”, título que é sustentado até hoje no imaginário popular.

Mesmo carregando um título que demonstrava que era no campo da pecuária que se dava o processo de acumulação de capital, com relação a população, via-se um campo esvaziado, com redução constante e progressiva da população rural

(tabela 1), com forte mobilidade do trabalho em direção as áreas urbanas e a formação de uma massa de desempregados. Um prato cheio para o sistema capitalista e para que a cidade se tornasse “interessante” ao modo de produção e pudesse ser “vendida” pelas elites políticas para o capital industrial.

Figura 3 - Painel com fotos antigas de Itapetinga-BA.



1- Praça Augusto de Carvalho (1957)



2- Vista panorâmica (1957)



3- Parque de exposições, vista aérea (1957)



4- Entrada do Parque de Exposições (1962)



5- Praça Dairy Walley (1962)



6- Vista aérea de Itapetinga-BA (19--)

Fonte: Site Clima online, autor desconhecido.

Na tabela 1, verifica-se que já no início da década de 1960, a população residente na zona urbana ultrapassou a rural. Fato este que pode ser explicado pois a atividade pecuária, diferente da agricultura, caracteriza-se pela pouca empregabilidade de força de trabalho. Além disso, a extração da mais-valia acontecia em níveis elevadíssimos, visto que a riqueza apropriada pelos latifundiários era imensamente superior a baixa remuneração oferecida aos “vaqueiros”. Situação que conduzia os trabalhadores a uma mobilidade em direção a cidade a fim de vender sua mercadoria (força de trabalho) em troca de rendimentos que garantisse a reprodução minimamente básica.

Tabela 1 - População urbana e rural e taxa de urbanização no município de Itapetinga-BA, de 1940 a 2010.

Ano	População			Taxa de urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural	
1940	15.083	1.188	13.895	7,9
1950	26.725	7.887	18.838	29,5
1960	39.091	19.671	19.420	50,3
1970	46.112	32.629	13.483	70,8
1980	47.417	39.784	7.633	83,9
1991	53.485	49.341	4.144	92,2
2000	57.931	55.182	2.749	95,2
2010	68.142	66.156	1.986	97,1

Fonte: IBGE 1940/2010. Elaborado pelo autor, 2022.

Outra característica peculiar da atividade pecuária na região é o seu caráter extensivista, em que o uso de técnicas obsoletas, a exploração indiscriminada dos recursos naturais e a grande concentração de terras, se constituíram como intensificadoras da mobilidade campo-cidade.

Analisando a Tabela 2, com dados de urbanização de municípios vizinhos que também tiveram a pecuária como base econômica no processo de acumulação do capital, percebe-se que as altas taxas de urbanização são comuns a todos eles, porém não com o patamar de Itapetinga (97,1%), 6º município com maior taxa de urbanização da Bahia.

Tabela 2 - População, área e taxa de urbanização dos municípios do território de identidade Médio Sudoeste da Bahia – 2010.

Municípios	População			Área (km ²)	Taxa de Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural		
Caatiba	11.401	5.396	6.005	512,43	47,3
Firmino Alves	5.360	4.319	1.041	172,35	80,6
Ibicuí	15.663	11.860	3.803	1.139,38	75,7
Iguaí	25.612	14.538	11.074	860,22	56,8
Itambé	22.964	19.651	3.313	1.631,40	85,6
Itapetinga	68.142	66.156	1.986	1.615,40	97,1
Itarantim	18.517	15.281	3.236	1.789,80	82,5
Itororó	19.880	18.067	1.813	331,90	90,9
Macarani	17.038	13.622	3.416	1.376,50	80,0
Maiquinique	8.767	6.905	1.862	415,30	78,8
Nova Canaã	16.629	6.850	9.779	804,62	41,2
Potiraguá	9.778	6.580	3.198	966,30	67,3
St. Cruz da Vitória	6.670	5.073	1.597	284,08	76,1

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor, 2022.

Dessa maneira, apenas a presença da pecuária como característica econômica predominante, não pode ser considerada como único e determinante fator para a alta taxa de urbanização.

A Tabela 3 apresenta a estrutura fundiária dos três maiores municípios do território Médio Sudoeste da Bahia, em área, cuja principal atividade econômica do campo é a pecuária. Verifica-se que o município de Itapetinga é o que apresenta a maior porcentagem do território ocupado por grandes latifúndios, e a menor porcentagem de ocupação por pequenas propriedades. Os dados mostram que 43,73% da área do município de Itapetinga-BA pertence a grandes estabelecimentos e apenas 1,81% da área é ocupada por pequenas propriedades rurais.

Os latifúndios na Bahia são grandes propriedades rurais que apresentam área superior a 600 vezes o módulo rural (propriedade que possui dimensões mínimas para atender às necessidades de uma família). Essas propriedades são utilizadas abaixo

do seu potencial, com reduzido aproveitamento econômico e social e concentram-se nas mãos de poucos proprietários (OLIVEIRA, 2007).

Tabela 3 - Estrutura fundiária do município de Itapetinga-BA, em 2017.

Municípios	Área (km ²)	Latifúndios		Minifúndios	
		% de estabelecimentos	Área (%)	% de estabelecimentos	Área (%)
Itapetinga	1615,40	5,65	43,73	54,02	1,81
Itambé	1631,40	1,32	29,51	71,66	7,72
Itarantim	1789,80	2,05	21,46	53,56	6,83

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor, 2022.

Bagolin e Stulp (2012) afirmam que uma maior quantidade de pequenas propriedades rurais, minifúndios, tendem a fixar uma maior quantidade de trabalhadores no campo. Em contradição, os latifúndios são responsáveis por absorver pouca mão-de-obra e concentrar riqueza nas mãos de poucos. Os dados de concentração fundiária em Itapetinga exemplificam esta situação, e comparados com outros municípios, insere a estrutura fundiária como mais um fator para as altas taxas de urbanização.

De acordo com as reflexões propostas até aqui, o município de Itapetinga-BA passou por um intenso processo de mobilidade do trabalho que resultou em sua alta taxa de urbanização. Influenciado pela predominância de uma pecuária extensiva com momentos de crescimento e crise na produção, a grande concentração fundiária presente até hoje, e seu fortalecimento como “polo” de atração de investimentos no setor industrial, que instalaram uma nova fase de acumulação.

A alta taxa de urbanização do município de Itapetinga-BA é apresentada neste estudo como resultante de uma combinação de fatores peculiares e que estão atrelados as formas como o capital se introduz e busca sua reprodução no município.

2.4 Gênese da produção industrial em Itapetinga: da pecuária, da indústria periférica à industrialização centralizadora

Viu-se que o município de Itapetinga-BA teve todo processo de produção espacial atrelado a acumulação capitalista proporcionados pela atividade pecuária. A pecuária de corte foi a grande responsável pela geração e concentração de riquezas

na primeira metade do século XIX. Sendo assim, o próprio processo de industrialização tem sua história ligada a esta atividade econômica.

A noção de industrialização é um conceito extremamente problemático e que precisa ser devidamente matizado, pois parte da premissa de que uma sociedade desenvolvida é sempre aquela que está na vanguarda do desenvolvimento industrial, deixando sempre de lado as dinâmicas locais e as especificidades culturais. De antemão, deve-se afirmar que o grau de desenvolvimento não se mede somente com base no nível de industrialização, pois, diversas sociedades se estruturam à margem do sistema industrial, considerado por muitos teóricos o principal causador da precarização das condições sociais de vida.

Na metade da década de 1960, o alto volume de produção, as limitações de escoamento devido à infraestrutura deficiente da época, as limitações internacionais aliadas aos surtos de febre aftosa foram alguns dos fatores que desencadearam uma crise no setor da pecuária de corte, que fez cair o preço da arroba do boi (OLIVEIRA, 2003).

Isso se refletiu em queda na acumulação e nos lucros dos produtores. Para manter o ciclo de reprodução do capital, foi implantada na região a pecuária leiteira, que possibilitava aos produtores uma renda mais estável. Itapetinga se firmava então com uma pecuária mista, em que a produção do gado de corte se associava à produção leiteira.

As primeiras instalações industriais de Itapetinga-BA eram pequenos laticínios que abasteciam os moradores locais. Enxergando o potencial dessa atividade e as possibilidades de lucro, logo a elite política e econômica do município se organizou para atrair investimentos maiores.

O Estado capitalista desempenhou papel central para que a industrialização avançasse de pequenos laticínios à grande indústria. Sabe-se que direta ou indiretamente o Estado se faz presente por meio de políticas que visam dar apoio ao modo capitalista de produção (HARVEY, 2005). As políticas em nível nacional de incentivo por meio da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mostraram como o Estado atuou em conformidade aos interesses do capital.

“Uma das metas da SUDENE era o desenvolvimento industrial, esperando-se que a indústria possibilitasse a criação de novos empregos a fim de reter na região a mão de obra que vinha migrando de forma muito intensa para o Sudeste e o Sul do

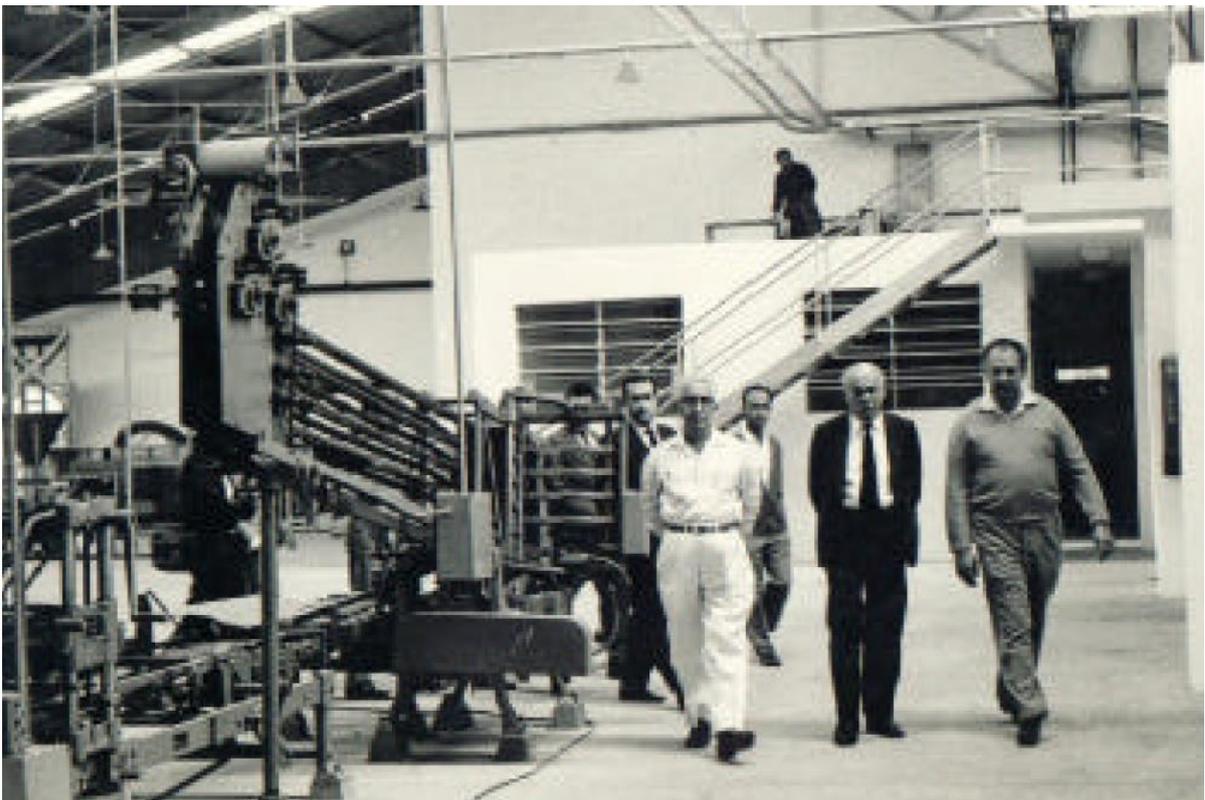
País” (CORREIA DE ANDRADE, 1988 *apud* CARDOZO, 2011). A ação deste órgão incentivou a criação do Comitê de Desenvolvimento Industrial de Itapetinga (CODITA), que montou um estudo socioeconômico a fim de “vender” o município de Itapetinga ao grande capital.

Essas ações resultaram na implantação, em 1969, da indústria Leite Glória do Nordeste S.A. (figura 4), uma filiação da multinacional Fleishman Royal, pertencente a holding Nabisco Corp., sediada nos Estados Unidos (NERY, 2003).

Representante do capital internacional, a Leite Glória implantou uma forte política de estímulo à produção leiteira junto aos fazendeiros, para que estes a abastecessem de matéria-prima necessária para a alta capacidade de produção da fábrica instalada. Assim a indústria poderia extrair maior lucro possível.

Com uma capacidade de produção bastante superior a matéria-prima que era fornecida, a Leite Glória estabeleceu uma estratégia agressiva de compra da produção nas mãos dos fazendeiros. Ao atrair a maior parte do fornecimento de leite *in natura*, muitos pequenos laticínios da época entraram em falência por não conseguirem matéria-prima suficiente para sua produção (OLIVEIRA, 2003).

Figura 4 - Instalações da Leite Glória do Nordeste S.A. em Itapetinga-BA, em 1969.



Fonte: Oliveira, 2003.

Outras indústrias ligadas ao beneficiamento do leite foram instaladas na década de 1970, como destacado por Oliveira (2003): um posto de recepção e pasteurização da Alimentos da Bahia S.A. (ALIMBA), em Itapetinga; um posto de coleta da Nestlé no município de Itarantim e a Cooperativa de Produtores de Leite, atual Cooleite, também em Itapetinga.

Ligado a pecuária de corte, em 1985, instala-se o Matadouro Frigorífico do Médio Rio Pardo (MAFRIP), que se integrava a produção local e tinha como objetivo abastecer o mercado local e regional de carne bovina. Futuramente, o frigorífico veio a ser vendido para o grupo JBS S.A., estando ainda em atividade no município.

O grande ato da industrialização do município veio com a instalação do distrito industrial, em que a indústria calçadista Azaleia foi a principal a fazer parte.

No Nordeste brasileiro o primeiro município a receber as instalações da Azaleia foi a cidade de Itapetinga, no ano de 1997, com a inauguração do primeiro polo calçadista do interior baiano. A região que sediou a instalação do polo calçadista foi adquirida em 1996, e além dos incentivos fiscais, o Estado financiou a construção de uma infraestrutura, a fim de alocar a empresa, instalada no ano seguinte. Desde então, essa região passa por diversas transformações, como a expansão das habitações no entorno do polo calçadista, a abertura de espaços públicos, como escolas, creches e postos de saúde (OLIVEIRA, 2003).

Apesar da cidade de Itapetinga-BA já possuir uma relativa tradição industrial antes da chegada da Azaleia, as unidades fabris até então existentes estavam fortemente ligadas a produção pecuarista. Sendo assim, instala-se no município e na região uma nova dinâmica industrial, inclusive no que se refere ao modelo do processo de produção (flexível), do qual se discute mais à frente.

Em um contexto de crise e busca por reestruturação, o capital remodela as condições para instalação das empresas que passam a ser influenciadas por fatores que agreguem atributos atrativos, uma coerência regional estruturada. Segundo Harvey (2005) o espaço possui uma diversidade cultural, econômica, política e social, que interfere na forma do capital agir e buscar espaços para ocupar e desenvolver determinada produção devendo ela se tornar a própria referência regional. A coerência estrutural proposta por Harvey, e que tem explicado as movimentações realizadas pelo capital para superar as crises, passam por uma combinação entre setor privado, sociedade e Estado, que criam as condições necessárias e atrativas.

A instalação do distrito industrial em Itapetinga-BA imergiu em uma coerência estruturada ligada à pecuária e à indústria leiteira associada, superando-as para que, por fim, fosse constituída a sua em específico: a calçadista. Infraestrutura e ligação com importantes rodovias, proximidade de porto, incentivos fiscais e isenção de impostos e jogo de interesses políticos foram alguns fatores que estiveram presentes nas negociações. As condições de suspensão de conflitos trabalhistas e a existência de um exército industrial de reserva que possibilitasse uma reprodução da classe trabalhadora e a sua fácil substituição em rotatividade promovida pela própria empresa, de modo a garantir o processo de acumulação do capital, foram fatores determinantes.

Para as indústrias instaladas anteriormente, a presença da matéria-prima oriunda da pecuária era um fator de grande relevância para a localização industrial, dentro de um modelo de produção fordista. Com a Azaleia e o seu modelo flexível, a espoliação da mais-valia vem à frente como um motivador da “busca locacional”.

Rapidamente as atividades produtivas da Azaleia se estenderam para cidades e distritos circunvizinhos, levando a empresa a ter além de sua matriz e três filiais em Itapetinga, 15 outras filiais nos municípios de: Itororó (3), Caatiba, Potiraguá, Itarantim, Maiquinique, Iguai, Firmino Alves (2), Itambé (2), Macarani (2) e Ibicuí (figura 5).

Segundo Nery (2003, p. 175), mesmo considerado os fatores locais como favoráveis, “[...] às vantagens adquiridas com a política do governo do estado da Bahia através da isenção fiscal, creditícia, concessão de terrenos a preços simbólicos, infraestrutura como água, eletrificação, pavimentação e telefonia etc.” foram decisivas na escolha dessa região como polo produtor, pois os incentivos giravam em torno de 98% a 99% de isenção no ICMS da empresa.

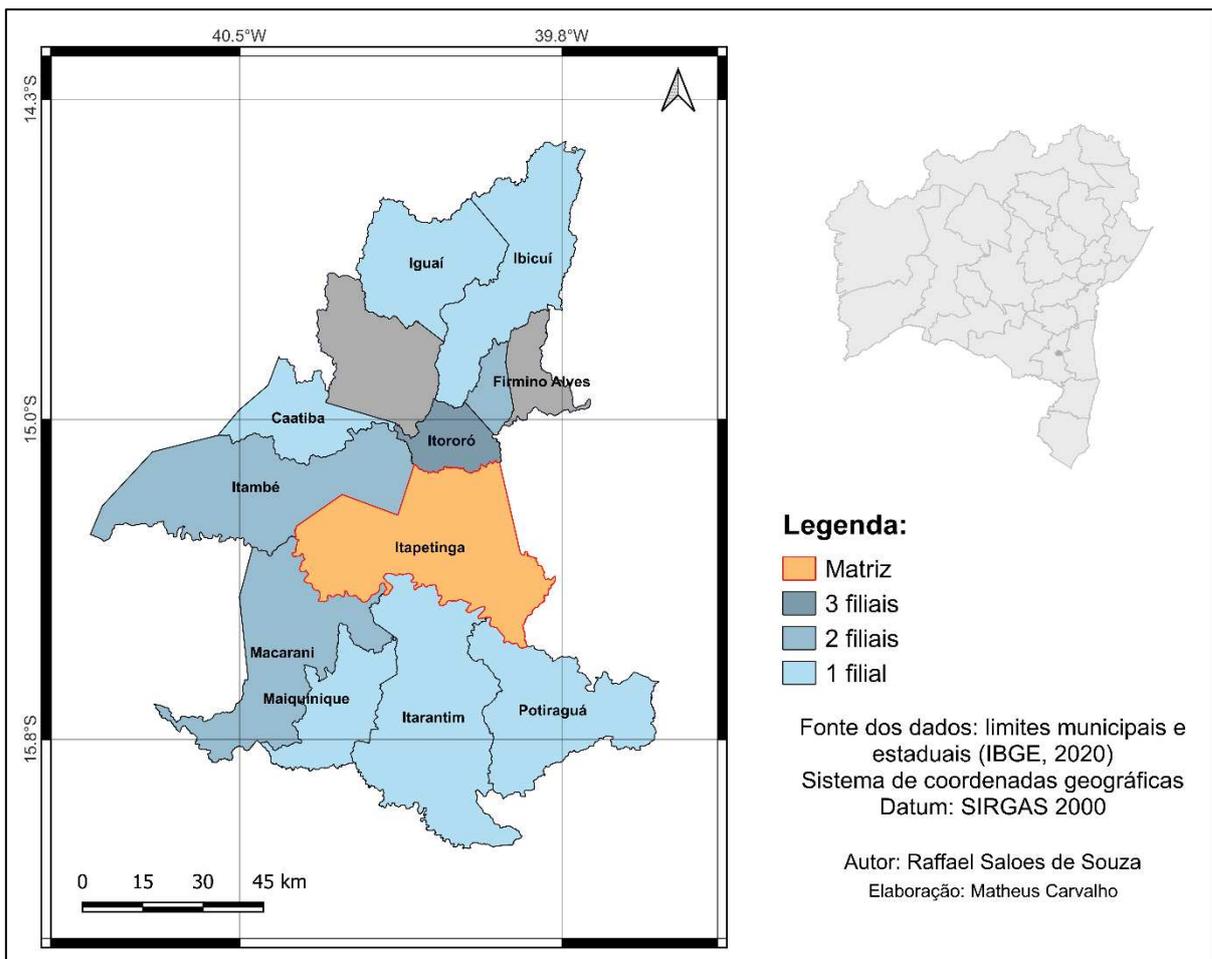
Dentre os fatores que impulsionaram a indústria calçadista a se deslocar de suas regiões de origem e procurarem outras localidades para instalarem suas produções, Nery (2003) os classifica como sendo de três naturezas: a busca por vantagens e incentivos fiscais como as isenções de impostos estaduais; a disponibilidade de mão-de-obra barata e desqualificada; e a inexistência de uma tradição sindical e organização classista, o que permitia uma maior exploração dos trabalhadores. Essas condições são ratificadas pela autora como base no processo de produção do espaço urbano de Itapetinga.

Além da Azaleia, outras indústrias que desenvolvem atividades secundárias a calçadista, se instalaram na área do distrito industrial, a exemplo da Colorgraf do

Nordeste, produtora de embalagens e etiquetas, a RECICLA atuando na fabricação de sacolas através de resíduos descartados também pela Azaleia, a B2W fabricando calçados e equipamentos de proteção e a Itairó cooperativa de catadores.

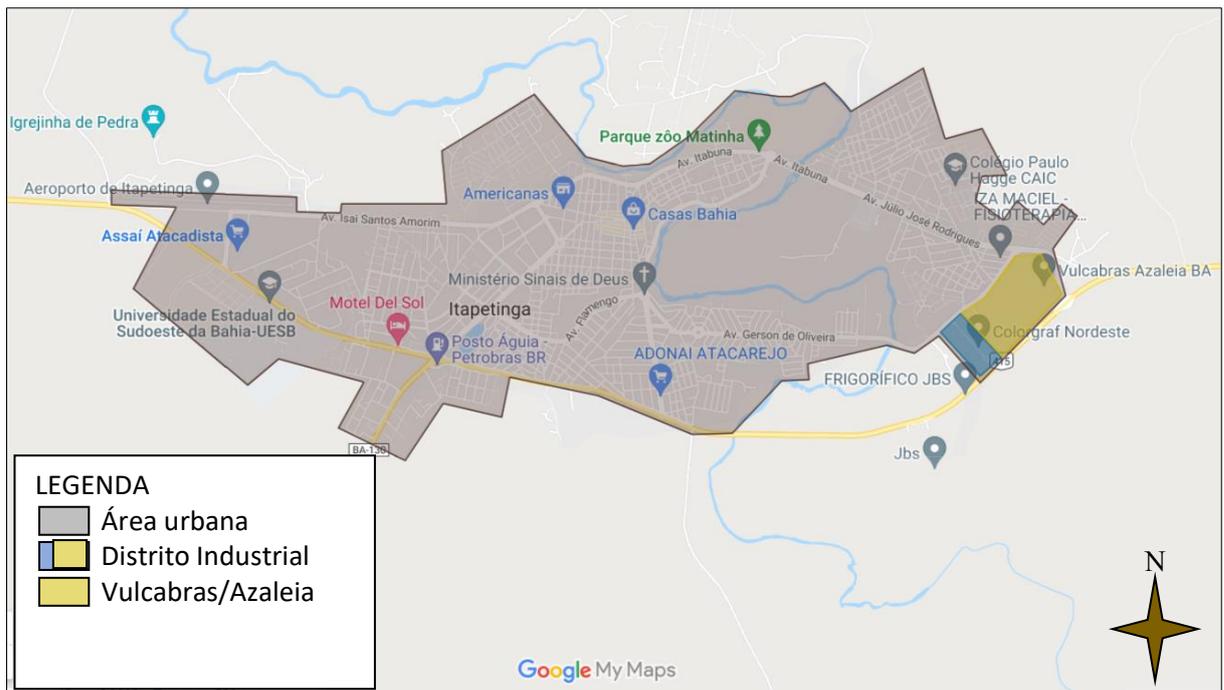
Nas figuras 6, 7 e 8, pode-se ver a delimitação urbana da cidade de Itapetinga-BA destacando a localização do distrito industrial, do qual mais de 70% são ocupados pelas instalações da Vulcabras/Azaleia. Tem-se uma dimensão da área ocupada pela empresa e que se trata do maior polo de produção de calçados da Bahia.

Figura 5 - Distribuição das unidades produtivas da Azaleia no território médio Sudoeste da Bahia (2003).



Fonte: Souza, 2022.

Figura 6 - Área urbana de Itapetinga-BA, com destaque para o distrito industrial (2022).



Fonte: Google Maps, adaptação do autor, 2022.

Figura 7 - Imagem aérea do distrito industrial de Itapetinga-BA (2021).



Fonte: Vulcabras/Azaleia, 2021.

Figura 8 - Imagem de satélite do distrito industrial de Itapetinga-BA, com delimitação da área ocupada pela Vulcabras/Azaleia (2022).



Fonte: Google Earth (2021), adaptação do autor, 2022.

A instalação de indústrias não só na cidade de Itapetinga-BA, como resultado de um processo geral de desconcentração das regiões tradicionais, não aconteceu por mero acaso, ou fornecimento de incentivos. Estão ligados ao processo de crise estrutural do capital e um processo de “desindustrialização” mundial, em que novas formas de acumulação e manutenção de sua reprodução propiciou a exploração do trabalho de forma transitória, com baixa aderência e coerência espacial (inclusive como estratégia de barganha por mais benefícios pela ameaça do desemprego geral).

Antunes (1999, p. 38) apresenta:

[...] embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta capitalista a essa crise procurou enfrentá-la tão somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista.

O desemprego dentro da crise toma contornos globais, num contexto em que o sistema acumulativo não consegue dirimir o problema estrutural e traçar alternativas que, ao invés de resolvê-lo, acaba aprofundando-o ainda mais. O exemplo de uma solução encontrada está na intensificação da exploração dos trabalhadores, que acaba gerando um aumento na precarização do trabalho, redução dos salários, subjugamento de direitos sociais do trabalhador e ampliação do trabalho temporário e informal.

A produção do espaço tem acontecido a partir do contexto de crise, gerando consequências no rebatimento do mundo do trabalho. Nos capítulos seguintes discute-se a crise do capital e sua relação com a instalação da Azaleia em Itapetinga-BA e a produção da pobreza por meio de uma urbanização crítica.

3 CRISE DO CAPITAL E URBANIZAÇÃO CRÍTICA

Para Marx, “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 2013, p. 149). O trabalho é parte integrante da vida humana e está presente nos grupos sociais. É condição fundante do homem enquanto ser social, que se apropria dos recursos naturais a fim de produzir material útil a sua sobrevivência. Marx evidencia o trabalho como atividade essencialmente humana.

O trabalho empregado pelo homem difere de outros animais. Os animais também se utilizam da natureza, mas produzem apenas para atender as suas necessidades físicas, produzir para si mesmo. Já o homem, busca atender as suas necessidades físicas de sobrevivência, como também as suas vontades que estão engendradas na produção e reprodução da sua vida social e que são responsáveis pela manutenção de um modo humano de existência.

O processo sociometabólico do capital interfere na vida do homem e é capaz de controlar o trabalho e as demais esferas da sociedade a fim de atender as suas necessidades de (re)produção. Porém, esse processo não acontece de maneira equilibrada, sendo a crise uma característica presente na dialética que envolve a reprodução do capital.

Desde o processo de emancipação política da cidade, houve alterações na vida cotidiana do cidadão à medida que o capital buscava meios de reproduzir. A produção e reprodução do capital em Itapetinga-BA alternou entre atividades diversas que tiveram seus ciclos de crescimento e crise. Os momentos de crise propiciavam uma mudança de atividade em que a sociedade teve que se adaptar a essas mudanças disponibilizando a sua força de trabalho para ser explorada onde quer que haja oferta de emprego.

O capital sempre teve uma relação oposta entre a produção e as necessidades locais. As atividades desenvolvidas geravam acumulação orientada por uma forma determinada de produção de excedentes que, assim, sobrepõe os limites locais devendo se destinar a atender as necessidades externas, seja na produção de leite e carne, como de sobremaneira na produção de sapatos da indústria calçadista.

Este capítulo traz um levantamento teórico sobre a crise estrutural do capital e sobre o processo de urbanização crítica. Vislumbra-se demonstrar como a crise estrutural do sistema capitalista foi responsável pelo processo de industrialização da cidade.

A dinâmica do capital é refletida na dinâmica urbana e na vida social do itapetinguense. No capítulo anterior, foi apresentado como se deu o processo de industrialização da cidade de Itapetinga-BA, evidenciando a ligação entre as primeiras indústrias com o setor primário da economia. A primeira grande indústria a se instalar na cidade, consolidava a presença do capital transnacional na economia da região em que, talvez, podemos fazer uma analogia a um processo imperialista do capital em busca de matéria-prima.

O aumento da produção e consumo do pós-guerra, reflexo das políticas econômicas mundiais, foi sentido em Itapetinga na década de 1960 com a instalação da multinacional Leite Glória/Fleischmann Royal. Esta indústria, trazia consigo o modelo de produção fordista/taylorista “atraída” pela produção da bacia leiteira na região.

A cidade vivenciou um período de queda do desemprego e aumento do bem-estar provocado pelo padrão de salário mais elevado, característico do modelo fordista. Trabalhar na Leite Glória, significava ter melhores salários e uma maior assistência comparado a outros setores.

Já a chegada da fábrica da Azaleia em Itapetinga-BA é fruto da crise estrutural do capital, afinal, o deslocamento da unidade fabril da região Sul para o Nordeste, aconteceu devido a pressão dos padrões de concorrência internacional e a consequente tendência de queda das taxas de lucro. Vale destacar que fatores locais mencionados no capítulo anterior foram de grande importância para o deslocamento das estruturas produtivas da indústria calçadista, e a guerra fiscal travada pelos estados, definiu o local das instalações.

Porém, nada disso seria importante se já não houvesse o “desejo de mudar” por parte da empresa. O interesse por migrar para outras regiões, em especial a região nordeste, faz parte da estratégia adotada pelo capital para garantir sua reprodução e acumulação em meio a sua crise estrutural. Segundo aponta Mészáros (2006), o capital precisa se manter ativo e constante em acumulação. As crises, ou períodos de estagnação, devem ser vencidos com estratégias que impõe uma racionalização produtiva ainda mais perversa contra o trabalho.

Mas são estes os fundamentos do sistema capitalista, baseado na ascensão máxima que, por fim, tendem a desencadear sua própria desintegração. Uma crise estrutural.

Os processos de reestruturação produtiva são utilizados pela maioria das empresas que se propõem a sobreviver as crises e recuperar/elevar a reprodução e acumulação do capital.

Em Itapetinga-BA, essa estratégia foi visível e promovida pela indústria calçadista em dois momentos significativos. O primeiro deles está ligado ao fato de que a saída de Azaleia do sul do país no final da década de 1990, é resultado da crise estrutural do capital. Isso porque, a crise fez com que a empresa buscasse se reestruturar através da mudança locacional para regiões mais atrativas e que resultassem em melhores resultados financeiros. Tal fato, seria possível principalmente com a existência de uma força de trabalho desvalorizada e desarticulada.

A Azaleia se instalou em Itapetinga-BA, com filiais em mais 10 municípios vizinhos, chegando a gerar cerca de 21 mil empregos diretos e criando aparente ideia de desenvolvimento regional.

Sendo a crise estrutural, anos mais tarde, a partir da crise de 2008 e alegando as dificuldades com a concorrência dos calçados chineses, a então Vulcabras/Azaleia, passaria por nova reestruturação produtiva, no chão da fábrica, que resultou na diminuição acentuada no número de funcionários e grande desemprego em Itapetinga e municípios vizinhos.

A partir de 2011 iniciou, por parte da empresa, o fechamento de unidades produtivas instaladas nos municípios da microrregião. Foram 6 unidades que tiveram a produção encerrada. De acordo com o portal de notícias G1, a empresa emitiu um comunicado de que o baixo volume de produção nas unidades, os elevados custos logísticos e a concorrência de calçados importados foram os motivadores da ação. Em 2012, outras 12 fábricas da microrregião encerraram as atividades, como mostra a reportagem da Revista Veja de 2012, permanecendo apenas a matriz localizada no município de Itapetinga-BA. O quadro de funcionários foi reduzido para cerca de 5 mil.

Figura 9 - Repercussão do fechamento das fábricas da Vulcabras/Azaleia na microrregião de Itapetinga-BA, 2011 a 2012.



Fonte: G1, 2011. Revista Veja, 2012.

Além da precariedade e dos riscos de trabalho, o processo de industrialização em Itapetinga contribuiu ainda mais para precarização das condições de vida da população na cidade. Mesmo que sejam reconhecidos os investimentos que foram feitos, em mobilidade urbana, no sistema de transporte e na geração de emprego e renda, o que certamente contribuiu para que muitas famílias tivessem o mínimo necessário para sobreviver, o escoamento da riqueza gerada, garantida a partir dos incentivos fiscais, acentuou ainda mais a desigualdade da população. Atualmente Itapetinga conta com diversos bairros não pavimentados e a especulação imobiliária de algumas regiões acentua ainda mais a desigualdade social, contrastando com as diversas ocupações irregulares, de habitações precárias e insalubres que crescem diuturnamente.

3.1 A crise estrutural do capital

Segundo Mészáros (2011), o economista Phelps comparava o sistema capitalista como um compositor musical. No processo de composição, o compositor possui dias bons e ruins, contudo não é a observância de um desses momentos que o define como brilhante, mas a análise do conjunto de toda sua obra. Para Mészáros

(2011) as crises no capital não podem ser tratadas apenas como ‘dias bons e ruins’, mas como algo que é estruturado pelo seu metabolismo. Como retrata o autor, a crise é estrutural, “[...] se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana” (2009, p.130). A acumulação de riquezas sem precedentes em um mundo de recursos finitos gera graves problemas para as condições de reprodução da vida humana e de produção em geral da riqueza metabolicamente relacionada a natureza.

Para Mészáros (2006) o capital possui dois momentos históricos de realização que se articulam entre si. O primeiro sendo a “fase de ascendência histórica do sistema”, e um segundo que seria decorrente dos desdobramentos do primeiro, que seria a “fase histórica de desintegração”. Isso porque, para o autor, essa realização histórica do sistema é marcada por contradições que impulsionam o seu desenvolvimento, mas ao mesmo tempo o conduzem para a sua decomposição. Com essa compreensão é possível notar que o sistema possui uma trajetória em espiral autodestrutiva, podendo mesmo levar a própria humanidade inclusa.

Essa tendência seria o momento dialético predominante, onde o próprio sistema demanda, de forma contraditória, a saída assertiva para o seu impulso incontrolável de expansão a todo custo, do seu modo destrutivo e mesmo da sua máxima ampliação. O que constitui como contradição, pois essa máxima ampliação acaba gerando a necessidade de existir limites e controle, condições em que a própria produção do capital é incompatível. Por esse modo, no momento da primeira fase, em que o capital se expande e possui forte ascendência, posteriormente, como resultado dela, se apresenta a fase de desintegração, que também é descrita por Mészáros como crise estrutural do capital.

Um dos elementos que demonstram essa estrutura de crise do capital é o seu próprio sociometabolismo. O sociometabolismo do capital está longe de ser algo natural e do ser social, sua raiz está no processo histórico. Como apresenta Antunes (2009, p.21):

O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Não sendo consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é [...] o resultado de um processo historicamente constituído, em que prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital.

Algumas das funções vitais de primeira ordem, como descrito pelo autor, são a regulação da atividade de reprodução de forma conjugada com os recursos existentes; a regulação do trabalho a partir do intercâmbio comunitário com a natureza para produzir os bens, os instrumentos de trabalho e o conhecimento que satisfaçam as necessidades humanas; um sistema de trocas que seja compatível com as necessidades demandadas a vista de otimizar os recursos produtivos e naturais existentes; a organização da multiplicidade de atividades materiais e humanas para atender o sistema de reprodução social que se coloca de forma cada vez mais complexa; a destinação dos recursos materiais e humanos, que estão disponíveis, de forma racional, a fim de lutar contra a escassez a partir da economia dos meios de produção dentro dos limites socioeconômicos existentes; e a organização de regulamentos para todo os seres sociais, que esteja determinada pelas funções de mediação primária.

Ao abordar a mediação primária, Antunes (2009) enfatiza a importância da relação entre trabalho, produção e valor. Ele argumenta que, na medida em que o capital se torna mais central na sociedade, a mediação primária do trabalho tem se tornado cada vez mais importante. Ele também argumenta que o trabalho, a produção e o valor são, de fato, inseparáveis, pois não há valor sem trabalho e produção.

Partindo dessas determinações ontológicas fundamentais, os indivíduos devem reproduzir sua existência por meio de funções primárias de mediações, estabelecidas entre eles e no intercâmbio e interação com a natureza, dadas pela ontologia singularmente humana do trabalho, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem (ANTUNES, 2009, p. 22).

Nenhum desses imperativos de primeira ordem necessitam de hierarquia estrutural de ordenação e subordinação para seu funcionamento, mas, é justamente os imperativos de segunda ordem que vão necessitar dessa ordenação, e esses que por sua vez fazem parte e descrevem o sociometabolismo do capital.

O capital se tornou dependente do seu metabolismo social, pois sua seguridade advém dessa nova forma de medir o viver e o relacionar. Essa medição dos imperativos afetou de forma profunda as mediações da primeira ordem, pois, como retrata Antunes (2009) introduziu elementos fetichizadores e alienantes do controle metabólico social. Os imperativos de segunda ordem subordinaram de forma completa a necessidade humana pela reprodução do valor de troca, isso para a própria

autorrealização da expansão do sistema. Em outras palavras, o valor de uso perdeu preponderância, mesmo sendo ontológico e de primeira ordem, ao valor de troca, para a continuidade da acumulação e expansão do capital.

Tendo se constituído como o mais poderoso e abrangente sistema de metabolismo social, o seu sistema de mediação de segunda ordem tem um núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, sendo que essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente inter-relacionadas, tornando-se impossível superá-las sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema (ANTUNES, 2009, p. 23).

O que é importante nessa lógica é a continuidade expansionista do capital. Como aborda Silva (2011, p.71) “[...] tanto melhor será para o capital, sob as circunstâncias de uma demanda de mercado reproduzida com sucesso, se a taxa de uso de uma mercadoria for a menor possível, que a utilidade de uma peça de mercadoria seja cada vez mais abreviada [...]”. A centralidade está na redução da “taxa de utilidade” (Mészáros, 2011) dos produtos para que, diminuída sua vida útil, novas mercadorias encontre lastro no aumento induzido do consumo.

Segundo Antunes (2009, p.23) “[...] Essa característica constituiu-se num dos principais segredos do êxito dinâmico do capital, uma vez que as limitações das necessidades não podiam se constituir em obstáculos para a expansão reprodutiva do capital”. Decorre daí o elemento fetichizador, pois consumir algo apenas pela necessidade de uso limitaria a expansão do capital, ou seja, reprodução ampliada. Por isso a demanda de se criar necessidades que não estejam ligadas diretamente ao valor de uso se faz necessário. Nesse contexto, Mészáros (2011) retrata o a tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, em que a vida útil dessas é encurtada para que o ciclo reprodutivo se torne ainda mais intensificado, sendo esse um dos principais mecanismos do desenvolvimento expansivo, sem escalas, do capital ao longo da história.

Esses elementos expõem o distanciamento na produção de mercadorias sobre aquilo que nos é útil, a priori, para a sobrevivência, em detrimento dos lucros e da expansão do sistema. Como retrata Antunes (2009, p.28):

O capital operou [...] o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais

nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias.

O capital rege o padrão de produção e o padrão de consumo para que esses estejam sempre a legitimar sua hegemonia e sua permanência expansionista e acumulativa, como retrata Mészáros (2011) o capital não é capaz de se reproduzir em uma base estagnada. Fazendo uma analogia, é como uma bicicleta em movimento, se o movimento se anula ou inexistente, ela cai. Para o capital, se um novo pico de produção é atingido, esse novo cume se torna agora a referência para o aumento produtivo e acumulativo posterior, qualquer queda nesse novo padrão significa a estagnação do sistema. Nesse sentido, ele sempre acaba buscando a lucratividade acima de qualquer obstáculo ou limites, desconsiderando o quão perigoso e insustentável isso possa ser.

Esse padrão, como descreve Mészáros (2011, p.615):

[...] é um retrocesso real se considerado em relação ao seu impacto na dialética de necessidade e produtividade, porque rompe radicalmente a relação prévia que prevaleceu [...] por milhares de anos. Remove – como deveria – não apenas as determinações limitantes da produção orientada-para-a-necessidade, mas simultaneamente também a possibilidade de controlar as tendências destrutivas que emergem da dominação total da qualidade pelos imperativos da expansão qualitativa ilimitada do capital.

Nos caminhos que o capital constrói para superar as crises, percebe-se a necessidade de crescimento sem estagnação, mesmo que essa expansão provoque impactos na sociabilidade e na relação do homem com o meio. Segundo Antunes (2009), as respostas a elas são observadas nas chamadas reestruturações produtivas. À medida que a acumulação perde força, o objetivo seria manter o metabolismo social do capital em funcionamento, seguindo plenamente seus pilares de acumulação em espiral expansiva, ou seja, visando a recuperação do seu ciclo produtivo, o que acaba afetando fortemente o mundo do trabalho. Sobre esse fenômeno, duas reestruturações são marcantes dentro do processo cíclico do capital, a primeira, no período chamado de Fordismo/Taylorismo, e uma segunda, no chamado Toyotismo, a fase atual da acumulação flexível.

Na acumulação Fordista/Taylorista, algumas características se fizeram centrais para a continuação do processo produtivo movido pelo metabolismo social do capital. Observa-se nessa fase a produção em massa de mercadorias, com grandes estoques de produtos, sendo o principal fator de manutenção, com um processo produtivo mais homogêneo e fortemente verticalizado. No campo do trabalho, a lei era racionalizar as operações para evitar desperdícios, baseando o trabalho na fragmentação e parcelamento. Essa característica, segundo Antunes (2009), “[...] reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo [...] (p.39)”.

Foi também nesse processo de reestruturação que interferiu na dinâmica da jornada de trabalho, pelo aumento de sua dimensão relativa com o uso cada vez mais intensificado de maquinários no processo de fabricação, que intensificava a extração da mais-valia geral, o que consolidou a submissão total do trabalho ao capital. Efectivava aqui uma supressão da dimensão intelectual do trabalhador, deixando sua responsabilidade sobre o domínio da gerência científica. Desse modo, o trabalho estava sujeito a uma ação mecânica e repetitiva, produzida por uma massa de operários, na maioria das vezes semiqualeificados, gerando um operário massa, ou como chama Antunes (2009), “*Mass Worker*”, sendo o trabalhador coletivo das empresas fortemente hierarquizadas e verticalizadas.

É no Fordismo/taylorismo que surge a ideia de compromisso com regularidade e seguridade do trabalho, que levantou a noção de que o metabolismo social do capital era definitivo e duradouro, o que se mostrou uma ilusão. Os compromissos firmados em prol de melhorias para a classe trabalhadora estavam de acordo com os interesses do capital e com a anuência do Estado. Como afirma Antunes (2009):

[...] esse compromisso era dotado de um sentido [...] ilusório, visto que se por um lado sancionava uma fase da relação de forças entre capital e trabalho, por outro ele não foi a consequência de discussões em torno de uma pauta claramente estabelecida. [...] E tinham como elementos firmadores ou de intermediação os sindicatos e partidos políticos, como mediadores organizacionais e institucionais que se colocavam como representantes oficiais dos trabalhadores e do patronato, sendo o Estado elemento aparentemente “arbitral”, mas que de fato zelava pelos interesses gerais do capital, cuidando da sua implementação e aceitação pelas entidades representantes do capital e do trabalho. (p. 40)

Uma verdadeira correlação de forças entre o trabalhador e o capital, que demonstra, em certo ponto, um nível de confiança da existência de uma regulação ou mesmo um acordo, mas que baseava no intermédio de sindicatos e do próprio Estado, não sendo autorregulador como se esperava ou acreditava, mas sim, estratégico para o capital. O que agrava ainda mais esse “compromisso” entre o capital e o trabalho, é que a lógica do denominado Estado do Bem-Estar Social não atingiu os países do dito terceiro mundo, que eram excluídos de maneira total de todos os ganhos ao trabalho nessa reestruturação. Tais compromissos sociais dessa aliança entre Estado e capital, quase que exclusivamente existente nos poucos países centrais do capitalismo mundial, só foi possível a partir da enorme extração de sobretrabalho ocorrido em escala global.

Com esses compromissos selados de melhoria salarial, de melhores condições de trabalho, o movimento operário se tornou uma espécie de estrutura reguladora do domínio do capital sobre o proletariado. O poder que o Estado demonstrava também fortaleceu a ideia de uma saída das opressões capitalistas por meio do poder estatista propagado pelo modelo social-democrata do movimento operário, ajudando na construção de um fetichismo sobre o Estado e das suas intenções democráticas, que seria dotado de um poder coletivo, que regula e é exterior a relação capital x trabalho.

Contudo, como afirma Antunes (2009, p.43):

Se o operário-massa foi a base social para a expansão do ‘compromisso’ social-democrático anterior, ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção ocorridos no final dos anos 60.

Com a alienação do trabalho, a intensa expropriação do operário-massa, a atividade repetitiva e privada de sentidos, fez eclodir movimentos contrários ao modo de trabalho fordista/taylorista, que atuou em várias frentes de manifestação, indo de absenteísmo individualizados, que seria um padrão de ausências ao trabalho, e pouco dever ou obrigação nas atividades e horários; até formas mais coletivas de organização, com objetivo de conquistar o domínio no processo de trabalho, por meio de greves, operações de zelo e outras ações.

Nesse cenário de lutas trabalhistas, se soma a interação com a crise estrutural, que dava sinais de aprofundamento e esgotamento no então modelo de padrão produtivo e seu ciclo de acumulação que abalavam o domínio do capital e surgia uma

possibilidade de um poder advindo do mundo do trabalho, o que exigiu uma nova reestruturação que desse “fôlego” a acumulação do capital.

Como retrata Antunes (2009, p.49):

O quadro crítico, a partir dos anos 70, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação [...].

Abalado pelo enfrentamento das relações de trabalho do fordismo que questionavam também os pilares da sociabilidade do capital, essa reestruturação traça mecanismos para contrapor as intensas lutas sociais que vinham emergindo na antiga organização. A nova organização buscou então atuar não apenas no âmbito da produção, mas influenciou as mais variadas esferas das relações sociais.

É nessa nova reorganização, por exemplo, o chamado Toyotismo e a era da acumulação flexível, que se fortalece a individualidade tão presente na atual sociabilidade do capital. Elemento esse que se deu principalmente no campo ideológico a partir da ritualização do subjetivismo e individualismo enraizado se colocando como supressor da solidariedade e trabalhos coletivos e sociais.

O Toyotismo surgiu no Japão em meados da década de 70 baseada na “[...] racionalização do processo produtivo, dotada de forte disciplinamento da força de trabalho e impulsionada pela necessidade de implantar formas de capital e de trabalho intensivo [...]” (Antunes, 2009, p.57). É nesse processo que se observa elementos importantes para a manutenção do metabolismo social nessa fase, como a liofilização organizacional do trabalho e a falácia da qualidade total.

Essa estruturação ainda divide opiniões dos estudiosos. Para alguns ela instaurou uma nova forma de organização industrial e mesmo uma nova relação entre o capital e o trabalho, sendo mais positiva quando comparada com a anterior, pois se observa o advento da qualificação do trabalho, da polivalência, de uma multifuncionalidade, ganhos que obtiveram maior realização no trabalho. Para outros, as mudanças ocorridas só estariam intensificando tendências já existentes, não configurando uma nova organização do trabalho.

Uma das principais características dessa reestruturação é a chamada acumulação flexível, característica quem vem endossar ainda mais a presença do

metabolismo social do capital na sociabilidade humana. Segundo Antunes (2009) alguns teóricos afirmam existir três conjuntos de problemas que permeiam essa característica, como afirma o autor:

[...] primeiro, a utilidade da dicotomia entre produção de massa e especialização flexível; segundo, a incapacidade de dar conta dos resultados do processo de reestruturação e tratar das implicações políticas disso; finalmente, o fato de que, mesmo onde exemplos de especialização flexível podem ser identificados, isso não necessariamente tem trazido benefícios para o trabalho, como eles supõem (ANTUNES, 2009, p.51).

Mesmo sendo algo muito importante dentro dessa reestruturação, a acumulação flexível ainda apresenta problemas que expõe as limitações do próprio sistema de produção e seus ciclos de reestruturação. O mais problemático deles, talvez seja observado na condição do trabalho, que se apresenta como positivo para o trabalhador, mas que são benefícios limitados e com traços de maior exploração da figura do trabalhador. Mesmo com o emprego de tecnologia mais computadorizada, ainda se observa a consolidação da produção em grande escala, e uma acumulação ainda mais intensiva. Dessa forma, as mudanças no mundo do trabalho não se demonstraram tão profundas, e muitas vezes ainda vem levando a uma frequente intensificação do trabalho, revelando esses elementos de continuidade em relação ao padrão fordista.

Antunes (2009) ainda apresenta algumas características dessa fase da acumulação flexível, que são bastante problemáticas. Observa-se uma “[...] nova “divisão de mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica” (ANTUNES, 2009, p.52) Elementos esses que, como já visto, sendo o fordismo e o Estado do Bem-Estar predominante nos países centrais, não incluindo os países ditos subdesenvolvidos, intensificou-se a desigualdade internacional e a precarização do trabalho, desregulamentando, flexibilizando e precarizando os vínculos empregatícios entre o trabalhador e as empresas, ao passo que também diminui os custos de produção, aumentando o lucro das empresas em um processo chamado de liofilização do trabalho, que atinge também a organização, a distribuição espacial das empresas e o enxugamento de suas unidades produtivas. Tal fato, é claramente observado na cidade de Itapetinga-BA, onde a indústria calçadista implementou as medidas citadas,

enxugou a produção com o fechamento das filiais presentes nas cidades vizinhas, reduziu o quadro de funcionários acentuadamente e conseguiu aumentar os seus lucros, de acordo com os relatórios emitidos pela própria empresa, como observado mais adiante.

Aqui adentramos nos elementos, anteriormente citados, que são importantes para a estruturação dessa nova fase capitalista, sendo a primeira delas, a liofilização do trabalho. Como o significado do termo nos apresenta, é o “enxugamento” das empresas, centralizado em uma maior flexibilidade, o que resulta na desconcentração produtiva e na terceirização das empresas e de suas atividades, elemento muito característico dessa atual fase. Os seus reflexos no mundo trabalho são ainda mais presentes.

No processo de liofilização do trabalho se ressalta a racionalização do trabalho com intenso disciplinamento, impondo formas de trabalho intensivo. Com essas características, as fábricas japonesas da Toyota conseguiram intensificar ainda mais o trabalho, dentro da mesma carga horária, pois aqui os trabalhadores atuavam simultaneamente com diversas máquinas (por isso a divergência do rompimento, ou não, do processo fordista de produção, pois o que se apresenta é a mesma organização e intensificação do trabalho, mais utilizado um prontuário diferente).

Mesmo diante das discussões, se é efetivado ou não o rompimento com o padrão fordista na nova reestruturação do capital, é possível observar alguns traços que a priori se distinguem entre os dois processos, e esses estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Diferentes traços entre as duas reestruturações capitalistas

Fordismo/Taylorismo	Acumulação Flexível/Toyotismo
- Produção em série e em massa.	- Produção vinculada à demanda, atendendo exigências mais individualizadas do consumidor.
- Caráter parcelar típico, alienação do trabalho.	- Fundamenta-se no trabalho operário em equipe.
- Relação dual entre homem/máquina.	- Produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas.
- Grande estoque de mercadorias.	- Funciona num sistema Kanban, tendo um estoque mínimo.
- Estrutura mais verticalizada, a fábrica chega a ser responsável por 75% da produção.	-Estrutura mais horizontalizada, a fábrica toyotista é responsável por apenas 25% da produção.
Savoir-faire intelectual e cognitivo do trabalho é desvalorizado.	- Organizada nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), savoir-faire intelectual e cognitivo do trabalho é fortemente valorizado.

Fonte: Antunes (2009). Elaborado pelo autor, 2022.

Antunes (2009, p.54) afirma que “[...] não se está questionando o efetivo avanço tecno-científico, quando pautado pelos reais imperativos humano-sociais, mas sim a lógica de um sistema de metabolismo do capital que converte em descartável, supérfluo e desperdiçado aquilo que deveria ser preservado [...]” Esse metabolismo que não atende as necessidades de primeira ordem e que faz os recursos serem cada vez mais descartáveis corroem os valores sociais, a força humana de trabalho e amplia de maneira nunca antes vista a degradação do “meio ambiente”.

Em suma, essas reestruturações, entretanto, não resolvem a estrutura da crise do sistema no seu cerne, são respostas que apenas camuflam ou adiam os reflexos da crise estrutural no processo produtivo.

Uma peça importante na compreensão da crise e de seus reflexos na humanidade é a crescente degradação das formas de metabolismo com a natureza. Se, por um lado, há um aumento incomensurável da produtividade, no outro temos também o crescimento, em mesma escala, da pobreza, da fome, do desemprego e mesmo da destruição do chamado meio ambiente, isso por que, como retrata Antunes (2009, p.28): “[...] as práticas obviamente devastadoras envolvidas no processo são plenamente justificadas, desde que sintonizadas com os critérios de ‘eficiência’, ‘racionalidade’ e ‘economia’ capitalistas, em virtude da lucratividade comprovada da mercadoria em questão”. Se os critérios de alta eficiência, de manutenção da sua

racionalidade e economia forem preservados, a destruição do “meio ambiente”, a pobreza e o desemprego estão dessa forma justificados e são plenamente aceitos.

A crise é estrutural por não se isolar apenas na questão econômica, mas atinge toda a esfera social e suas interpelações. Como nos mostra Mézáros (2006, p. 797):

[...] em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global.

Mézáros (2006) afirma que a amplitude que o capital tomou, impondo sua hegemonia em escala global, fez com que seus limites se tornassem ainda mais aparentes, pois não existe mais espaço para que sua influência seja presente e assim sua expansão continue, pois a “[...] ‘maquinaria’ para administrar a crise encontra-se com perda progressiva de eficácia, circunscrita aos limites de uma produção que não encontra mais regiões do planeta para dar vazão ao seu mecanismo expansivo” (MÉSZÁROS, 2006, p.116). Com sua hegemonia atingindo a totalidade da esfera social do globo, seu complexo, suas partes e mesmo os sub complexos, as crises do sistema passam a não ser cíclicas, mas estruturais.

Algumas das características descritas por Mézáros (2006) que demonstrariam que a crise é estrutural são seu caráter universal, como descrito acima, pois não se restringe a uma esfera particular, como a financeira por exemplo, ou de produção ou mesmo um trabalho específico; o seu alcance, como também rapidamente descrito acima, ela não se limitando a um conjunto característico de países mas atinge todo o globo; a sua escala de tempo, que não é cíclica, como foram outras crises, mas extensas e permanentes; e os desdobramentos mais “rastejantes” ou menos espetaculares e dramáticos como outras anteriormente observadas.

Em contrapartida, os limites absolutos do capital:

[...] inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Consequentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital em si. Portanto, não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar a qualquer custo seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e consequências de seu modo

de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias (MÉSZÁROS, 2006, p. 175).

Como retrata o autor, são elementos que definem a própria estrutura causal do sistema. Dessa maneira, os mecanismos para ultrapassá-los estariam dentro de estratégias reprodutivas que não tão tarde enfraqueceriam e tornaria o sistema inviável. Por esse modo, o esforço para remediar e modificar o seu funcionamento é confinado e determinado sem qualquer questionamento à sua base.

São quadros que expõem esses limites definidos como absolutos. Um deles seria a contradição entre estados nacionais e o capital transnacional, que é, em resumo, um conflito entre o capital hegemônico e os estados nacionais, que estão opostos entre si. Essa disputa acaba gerando, como retrata Mézáros (2006), monopólio e competição, crescente socialização de produção e a apropriação dos produtos de forma discriminada, além da intensificação da divisão internacional do trabalho, em que as maiores potências nacionais competem para maior dominância e pela hegemonia global.

O desemprego dentro da crise estrutural toma contornos globais, em um contexto em que o sistema não consegue resolver o problema e traçar alternativas que, ao inverso de resolvê-lo, acaba o aprofundando ainda mais. O exemplo de uma solução encontrada está na intensificação da exploração do trabalho, que acaba gerando um aumento na precarização do trabalho, redução dos salários, subjugamento de direitos sociais do trabalhador e ampliação do emprego temporário e informal, como vivenciamos no recente processo de “uberização” do trabalho.

As tentativas de solucionar essas contradições estão dentro da atual reestruturação produtiva do capital. Antunes (2009, p.36) ao descrever algumas das características dessa reestruturação expõe que o “[...] desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase [...]”. As tentativas de superar essa crise estrutural intensificam as contradições inerentes ao sistema e ao seu metabolismo, entre elas a precarização do trabalho.

Corsi (2011, p. 12) retrata ainda que “a crise parece também reafirmar a tendência de desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista.” Segundo o autor, a crise se demonstra como elemento que aprofunda a reconfiguração espacial, tendo seu início na fase de mundialização, alterando o polo

dinâmico de acumulação para o leste asiático que vem colocando em questionamento a supremacia dos países desenvolvidos. Para além, Silva (2011) acrescenta que a capacidade de expansão dos mercados, em que esses não podem se desenvolver na mesma proporção e ritmo, são precisamente o que torna o caráter da crise como inevitável.

É nesse cenário que os capitais produtivos disputam pela hegemonia global, em uma lógica de desenvolvimento desigual em que os maiores capitais subtraem os menores. Segundo Corsi (2011) esses capitais vêm ampliando seus investimentos na periferia do sistema, em que os salários são mais baixos e a legislação ambiental mais branda.

Dentro desse contexto, as cidades também assumiram características do sociometabolismo do capital em crise, e representou outra forma significativa de aumento da exploração do trabalho, do trabalhador e da expansão do sistema. Como conceitua Mézáros (2006), o capital, no anseio da necessidade de novos caminhos para dar continuidade a sua sobrevivência, encontra válvulas de escape para fugir desses limites estruturais, sendo uma delas o mundo metropolitano onde o crescimento do consumo – a serviço da autorreprodução ampliada do capital – adquiriu um significado cada vez maior (MÉSZÁROS, 2006, p. 538).

Dessa forma, observa-se que esse mundo metropolitano exposto pelo desenvolvimento das cidades nos moldes capitalistas, exhibe uma extensão e intensificação da dupla forma de exploração de trabalhadores, todos realizados em um mesmo espaço urbano, a primeira forma sendo a exploração da força de trabalho, aqui como produtores alienados, e o segundo como consumidores. Nesse parâmetro, não se difere que a própria crise estrutural também atinge de maneira significativa as cidades e o mundo metropolitano do capital. Essa sociedade do consumo autodestrutivo e do trabalho desempregado e precarizados, se encontra na espacialidade das cidades modernas.

3.2 Urbanização Crítica

O espaço urbano é constituído da concreticidade material, sociocultural e ideopolítico produzidas historicamente. A partir dessa construção, os aspectos que diferenciam a realidade determinada do espaço urbano, se encontram profundamente

divididos pelos conflitos inerentes a tal concreticidade histórica. O papel da ideologia é fundamental: é por meio dela que a coerência territorial se desenvolve, de forma legitimada, no espaço. Dito de outra forma, a urbanização encontra respaldo na realidade antagônica da ideologia dominante que determina a construção do espaço como sua imagem e semelhança (BRENNER, 2018).

Não obstante, a urbanização crítica tem como resultado um espaço hierarquizado pela existência de tais estruturas ideológicas, que demarcam a realidade existente e impedem o acesso substancialmente democrático aos espaços, restringindo a condição de uso e poder à condição de classe. O espaço hierarquizado delimita a existência de cada lugar à determinados grupos. O lugar do pobre é a periferia, do rico, os centros e demais áreas restritas (CARLOS, 2015).

Mais do que isso, a urbanização crítica é um sintoma que se acentua à medida que já não há mais emprego para a força de trabalho na cidade para todos. O reflexo da escassez está contido no avanço da produtividade pelo incremento tecnológico que desloca à inutilidade grande parte da força de trabalho. Faz parte “globalização” que terceiriza as funções em prol de mão-de-obra mais barata e repercute na falta de políticas públicas adequadas a mitigar tal problemática (DAMIANI, 2000).

Santos (2006) afirma que as políticas públicas correspondem à forma com que o Estado busca atender as necessidades coletivas. Neste sentido, pode-se dizer que as políticas públicas são criadas a partir das demandas sociais e de seus respectivos contextos, mas também nas contradições de classes. Estando o Estado funcionando em favor do capital, vemos que as mesmas não dão conta de resolver as demandas sociais. Logo, conforme observa Stucky (1997), tais políticas são manifestações de um jogo de força e de conflito de interesses.

Ferreira e Araújo (2020) analisaram o processo de urbanização da capital alagoana, Maceió. Para os autores, é evidente que as populações de baixa renda foram sendo “empurradas” as regiões de menor infraestrutura. As condições socioeconômicas dessa população se atrelaram as condições estruturais do espaço geográfico na qual se instalaram. Assim sendo, a população foi se assentando em locais onde a infraestrutura precária se aliava a dificuldade de acesso aos mais básicos serviços públicos, como saneamento básico e postos de saúde.

Neste contexto, a população que migra do interior para as capitais dos estados, ou de regiões onde as condições de vida são ainda piores do que a

periferia da cidade grande, apresentam ainda mais dificuldade de se inserir na lógica urbana. Buscam justamente na cidade melhores condições de reprodução da vida, que passam necessariamente pela oferta de trabalho. Assim, com o intuito de diminuir os custos de vida na grande cidade, essas populações buscam moradias onde o custo é baixo; o custo baixo conforme destacado, tem como consequência a oferta de infraestrutura precária (CARLOS, 2015).

A história do Brasil é marcada pelas diferenças sociais e as inúmeras lutas por espaço. Além disso, o longo período no qual a escravidão perdurou no país deixou marcas profundas que nem mesmo sua abolição no século XIX foram capazes de redimir todas as consequências causadas no processo (DAMIANI, 2009).

Ferreira e Araújo (2020) destacam o processo de urbanização brasileira como a mudança lenta e gradual que viria a modificar essa realidade. Em relação a Maceió, objeto de estudo dos autores, e que exemplifica a urbanização crítica das capitais brasileiras, eles destacam que apesar da capital alagoana estar associada ao período das maiores metrópoles brasileiras no processo de desenvolvimento, sua urbanização foi ainda mais lenta e conseqüentemente levou um maior período de tempo.

Ainda assim, a partir da década de 80 a população urbana alagoana, ainda segundo texto referenciado, já ultrapassava a população rural do estado. Os problemas no estado então se acentuavam, sendo que a maioria dessas populações que migrava das regiões rurais, se assentava em locais de encosta, de vales e de cursos d'água. Os autores mostram que mesmo a iniciativa governamental de construir conjuntos habitacionais a essas populações, não resolveu o problema já que o contingente migratório era muito maior do que a quantidade de moradias oferecidas pelo governo (FERREIRA; ARAÚJO. *ibid.*).

As classes altas e médias se isolaram nos condomínios em busca principalmente de “segurança”, diante do apartheid social que se montava: uma consequência do crescimento desenfreado da cidade urbana, foi o crescimento da violência na capital. O isolamento das classes mais vulneráveis acentuou a diferença cultural entre as populações e estigmatizou as populações localizadas nas encostas e vales, regiões que viriam a se transformar no que hoje comumente se chama de grotas (FERREIRA; ARAÚJO. *ibid.*).

As grotas acabaram por se tornar sinônimos de violência, de pobreza e o berço da criminalidade na capital alagoana. Obviamente a construção histórica da cidade, bem como, as ações governamentais que não abarcaram todas as populações residentes na cidade, ainda na metade final do século XX, aprofundou a relação de exclusão efetuada pelas classes mais altas à população residente nas regiões mais fragilizadas estruturalmente (FERREIRA; ARAÚJO. *ibid.*).

Nesse sentido, a estigmatização é fruto da própria construção da cidade, que manteve sempre à margem essas populações, e aprofundou a relação de exclusão com o negligenciamento dessas locais ao longo dos anos. Consequentemente, essas populações se encontram em estado de invisibilidade social, mitigadas pelas forças estatais até chegar ao ponto da subexistência (DAMIANI, 2009).

Nas periferias do capitalismo, as cidades se tornam um símbolo das consequências da urbanização crítica que fustiga as classes mais vulneráveis e a “empurra” para os locais mais precários da cidade. Esquecidos em meio à precariedade estrutural das periferias, a criminalidade se torna um aspecto de combate à falta de estrutura, de emprego e de condições próprias para a existência e desenvolvimento (DAMIANI, 2009). A violência e a criminalidade se apropriam dos espaços onde o Estado não chega em forma de direitos sociais.

Pires (2016) destaca a “favelização” como um processo que originalmente se atrela a descontinuidade de políticas públicas em regiões onde a desigualdade social impera. Ele ainda aponta para o fato de que essas localidades demonstram a grande disparidade social existente dentro de uma mesma localidade urbana. As comunidades negligenciadas pelo poder público têm essa dinâmica em sua gênese de constituição, ou seja, ao dependerem de si para sobreviver e de alguma forma se desenvolver, crescem e ampliam seu território de forma desorganizada e contraproducente às formas de produção social formais, isto é, a ação do Estado, e que direcione a estrutura fundamental da comunidade. Essa expansão desorganizada influi em diversos problemas, os quais evidentemente não são inicialmente conscientes a seus moradores, tais como o saneamento básico.

A questão tende a se voltar para as políticas públicas que tentam corrigir os erros que levaram as condições de vida dos sujeitos que residem nas comunidades marginalizadas. Mas se o próprio Estado é um dos responsáveis pela condição de existência de tais realidade, há de se questionar os motivos que o levariam a corrigir tais erros. É nesse sentido que Pires (2006) analisou as políticas públicas do estado

de Minas Gerais para as áreas de vulnerabilidade social. O autor aponta para questões pertinentes as tomadas de decisão em políticas públicas, que muitas vezes estão vinculadas a interesses eleitorais e não necessariamente objetivam resolver problemas da população carente, tão somente agem com a intenção de “tapar buracos” e servir provisoriamente ao propósito de conseguir mais votos.

A incessante necessidade de reprodução capitalista exige que mesmo aqueles que detêm o monopólio da produção, constantemente se mantenham em atenção às necessidades da economia de mercado. Nisso consiste a inovação dos meios de produção, através do avanço tecnológico da produção. Além disso, depende da disposição para potencializar o lucro em conformidade com as circunstâncias econômicas apresentadas pela economia capitalista (CARLOS, 2015).

Se a circunstância é a estagnação da reprodução do capital, em meio à crise estrutural do capitalismo, compete às indústrias encontrar as formas de ampliar a produção da mais-valia (CARLOS, *ibid.*). Nesse contexto, a migração das grandes empresas para regiões onde a mão de obra é mais barata, e as condições econômicas são inferiores à origem de seu estabelecimento, torna-se uma possibilidade de reprodução do capital.

Mas a migração das empresas, em busca de maiores excedentes na produção, deixa no caminho grandes contingentes de desempregados que migraram para os grandes centros em busca destes empregos. O capitalismo, como ideologia hegemônica, exerce o direito de buscar seu objetivo principal independente das consequências (CARLOS, *ibid.*). O lucro é o objetivo central dos donos do capital. Milton Santos discorre sobre essas questões contraditórias do meio urbano:

Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização cria, no território como um todo, em particular nas cidades, os equipamentos, mas também as normas indispensáveis à operação racional vitoriosa das grandes firmas, em detrimento das empresas menores e da população como um todo. Daí, em pouco tempo, resultados concomitantes: a extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas, não é contraditória com a enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, enquanto surgem novas classes médias. Estas são indispensáveis à operação do sistema, na cidade e no campo, onde se instalam como nervo e instrumento da circulação e como alavanca de uma produção e de um consumo hegemônicos, isto é, comandados pelas corporações (SANTOS; 1993, p.104).

De forma bastante esclarecedora, Santos (1993) destaca os vínculos pelos quais uma cidade se estabelece, cresce e difunde sua riqueza. Ao mesmo tempo, ela expande características que exploram o seu lado negativo. A pobreza se torna central nessa discussão, e aliada a ela outros fatores acabam por se desenvolver na cidade. A violência toma a sua forma diante da miséria que se estabelece nas áreas menos privilegiadas. Essas mesmas áreas são aquelas as quais o Estado, que formalmente deveria promover as condições básicas para o estabelecimento de uma prática social sustentável, se abstém. O abandono das indústrias, que causa a ausência de emprego a todos, não é algo com o que o Estado tenha condições de lidar. Na ideologia capitalista, as grandes empresas tomam suas decisões de forma independente, o Estado capitalista, comprometido com os interesses do capital, não pode impor responsabilidade sobre os que detêm o monopólio da produção.

Não obstante, a anuência do Estado perante esse crescimento desordenado, crescimento que o conjunto social da cidade não pode em sua estrutura primária suportar, não permite o correto cumprimento das necessidades básicas dessa população que migra das regiões interioranas e busca nas cidades mais desenvolvidas refúgios para uma reprodução social menos precarizada.

A crítica à atuação estatal ressoa no estudo conduzido por Rodrigues (2012), o qual averiguou o sentido dúbio de determinadas políticas públicas que visavam o desenvolvimento de populações mais carentes. O autor considera que na grande maioria das vezes, programas que têm como foco as condições de pessoas mais vulneráveis, e que buscam promover o desenvolvimento da qualidade de vida de tais comunidades, escodem por trás um véu que imprime sobre estas mesmas comunidades a reprodução das relações sociais existentes. Isto quer dizer que o Estado faz prevalecer sua posição de superioridade para agir em prol dos mais necessitados como se a ação de beneficiamento fosse o objetivo principal, ou mesmo de caridade a essas regiões. Porém, Rodrigues destaca que mais do que isso, o Estado tem como objetivo capitalizar com essas ações uma opinião pública benéfica a si. Dessa forma, o Estado mantém sua posição hegemônica, sem, no entanto, modificar a realidade na qual se empenha. O empenho é tão somente publicitário.

O que o texto de Rodrigues (2012) mostra, é que apesar dos órgãos governamentais agirem em prol de melhorias sistemáticas da condição estrutural de vida dos habitantes de regiões onde a vulnerabilidade social é profunda, e originada

pela urbanização crítica que parte da constituição de uma ideologia capitalista, em última análise, as ações têm como objetivo obscurecer a realidade existente, moldando com cores mais amenas, e não transformando no final das contas, a vida dos que ali vivem. O Estado, por meio de ações governamentais, ganha na opinião pública que legitima suas ações perante a população que vive nas comunidades onde ele focaliza sua atenção, arrefecendo sua capacidade de revolta.

Para Albuquerque Júnior (2012), não só o Estado e as grandes corporações têm parte na construção dessa urbanização crítica. O autor trata ainda de estabelecer nexos entre o preconceito e as demarcações territoriais realizadas pelas próprias instituições governamentais, e amplificadas pelos vieses midiáticos, que ajudam a potencializar a imagem pejorativa que o sujeito que vive a parte de determinada realidade tenha. As divisas territoriais estabelecidas pela própria administração pública, que muitas vezes tem o discurso de organizar a cidade, mas acabam legitimando o desenvolvimento desigual da cidade.

Essa necessidade, ou fator social de diferenciação, se exprime por diversas questões, uma delas é a valorização de determinadas áreas em prol de outras. Questões políticas também entram na pauta, e determinados territórios são traçados com exclusividade pela administração pública para que apoiadores, ou mesmo políticos, se beneficiem dessa divisão. As implicações negativas, obviamente estão associadas ao lado dessa disputa que sai perdendo. A população que dali se origina, ao se relacionar com o mundo exterior, acaba por sofrer preconceitos com relação a sua origem geográfica. Um preconceito muitas vezes amplificado pela representação midiática de tais comunidades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012.).

Esses preconceitos se expandem e afetam a vida dos sujeitos em diferentes níveis e áreas, como a busca por emprego que se torna prejudicada, já que grande maioria dos locais de trabalho realizam profundas investigações a respeito da vida dos candidatos, e conseqüentemente associam os preconceitos geográficos as figuras particulares que buscam trabalho. A vida nas localidades que são expostas negativamente, e assim conhecidas por todas as pessoas exteriores a ela, influi em uma constante de complexidades que a torna ainda mais fragilizada, e que muito facilmente pode acabar por determinar o destino das pessoas que ali vivem. A sociedade exclui as comunidades mais vulneráveis. Em resposta, a necessidade de sobrevivência de tais comunidades cria os mais variados meios para a reprodução, do qual mecanismos de solidariedade se destacam. Mas a violência como algo

estruturado socialmente é exacerbada por sintomas muito mais difusos do que aparentemente se verificam. E a tendência é a crescente exponencial, que na falta de ações políticas que revertam o quadro configurado, não tem o porquê serem de outra forma (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012.).

Nascimento (2019) elucida esse contexto de invisibilidade social ao discorrer sobre as violências físicas e simbólicas que atuam na vida daqueles que vivem nas periferias urbanas e nas áreas marginalizadas. Os conflitos nesse sentido são operados pelas forças de segurança pública, que na ânsia de responder a pressões dominantes pelo adestramento da classe trabalhadora, direcionam a atuação para as regiões mais pobres, justificando que essas são as regiões onde a criminalidade impera com maior frequência. Mas essa simbologia das áreas periféricas e pobres como “berço” de criminalidade é imperativo às questões históricas de construção desses mesmos modelos, ou seja, a sociedade é a responsável por imprimir a esses lugares as nuances que as levam a essa condição.

Para Nascimento (2019), as forças opressivas nas quais o Estado energicamente direciona às comunidades marginalizadas, produzem nelas um caráter de incivilidade próprio das ações sociais preconceituosas para com esses espaços de pobreza. O autor destaca ainda que a luta que se trava nesses lugares, é necessariamente a da consciência de que nos espaços privilegiados o indivíduo que vive na comunidade não pode chegar, pois justamente a ele é vedado esse privilégio.

É a luta de quem quer se fazer ouvir, ou mesmo a não luta daquele que sabe que não será ouvido. O direito a cidade é sumariamente negado ao indivíduo que dali sai. Ele não tem voz ativa nos lugares onde a ação política, que determina a ação de reordenamento do espaço, é devidamente promulgada. Para Nascimento (2019) a democracia não se efetiva a todos os cidadãos brasileiros, aqueles que se encontram nas comunidades vulneráveis socialmente, estes não têm voz democrática, e sua invisibilidade vai além da simples negligência da sociedade para com eles.

Bandeira e Batista (2002) discutem aspectos que podem estar associados aos motivos que levam as lideranças, tanto políticas quanto comunitárias, a ignorar a opinião daqueles que devem ser os mais interessados em mudanças na realidade estrutural de suas comunidades, os moradores. De acordo com os autores, a sociedade historicamente se organiza de forma que determinados grupos de sua

estruturas sofrem com a desqualificação, o que pode ser traduzido como certa ignorância a determinadas classes sociais, que geralmente se encontram abaixo daqueles por quais são ignorados. Para Bandeira e Batista (2002., 166):

Do ponto de vista jurídico, uma sociedade que prega a construção diferenciada e não-plural de seus membros, como signo do preconceito, que admite o acesso particularizado de alguns, seja aos bens materiais, seja aos bens culturais, que dá valoração positiva à desigualdade substantiva de seus membros está fadada à instauração da violência nas suas variantes materiais e simbólicas.

A negação ou dissimulação das diferenças, ou ainda, das comunidades periféricas como um todo, por conta de suas estruturas precárias, administradas em contextos de vulnerabilidade social, onde a violência e aspectos da criminalidade são recorrentes, induz sobre estes próprios locais a construção de uma discriminação social decorrente dos aspectos que ali se estabeleceram.

Hoje ainda se divide a população brasileira em negros e brancos, ricos e pobres, mulheres e homens, etc., não como signo do direito às diferenças, mas como signo de suspeição. Tais divisões remetem a uma violência moral exercida nem sempre de maneira explícita ou visível na relação com o outro, muitas vezes recoberta por boas intenções (BANDEIRA; BATISTA. 2002., p.122).

A sociedade é marcada pela suspeição às diferenças. É a distinção que faz do outro, ou de determinado grupo, que tende a diferenciar e estigmatizar as pessoas de forma pejorativa, e que culmina na exclusão deste outro da relação social subsequente. A participação do sujeito fica restrita a uma realidade vinculada a sua própria esfera comunitária, sem direito a escolhas que se acentuem fora de seu espaço de vivência.

Na forma social capitalista essas distinções tendem a acentuar-se tendo em vista a organização da sociedade. No modo capitalista da sociedade, a educação tem como propósito a formação da classe trabalhadora com o objetivo de formar uma força de trabalho capacitada para exercer a função para a qual se destina a condição estratificada de classe subalterna. Assim, a sociedade é categorizada, estratificada e hierarquizada, e a capacidade de ascender socialmente nessa organização é minimamente possível, tendo em vista as condições limitadoras para as quais a sociedade se organiza.

Em sociedades capitalistas, há a crença no desenvolvimento econômico pautado em investimentos recorrentes em ciência e tecnologia. A ciência posta a serviço da economia se torna seu subproduto e é reduzida a instrumento do capital. Da mesma forma, o desenvolvimento tecnológico é observado sob a lógica de mercado e tem sua projeção voltada ao retorno de lucro. Dessa forma, todos os investimentos em ciência e tecnologia se destinam, em último caso, a reprodução do capital. Em decorrência, o desenvolvimento do conhecimento, pautado sob as ciências e a tecnologia, se submete aos ditames da sociedade capitalista. A relação entre os meios de produção, o trabalho, a ciência e a tecnologia se impregnam da lógica capitalista e subvertem seu sentido emancipador e inovador.

Não obstante, o capital subjuga até mesmo as elites que se veem reféns de seu desenvolvimento pela competitividade e exigência exacerbada que se verifica nas sociedades capitalistas. A economia capitalista alcança níveis de desenvolvimento tão complexos que sua estrutura ganha como que vida própria e submete até mesmo as elites ao seu imperialismo. Podemos verificar esse movimento ao constatar a impossibilidade de eximir-se do capital em uma sociedade capitalista, mesmo que se faça parte da elite dominante. A competitividade e a necessidade de lucro subjugam até mesmo os dominantes ao campo dos dominados. Por mais que as diferenças econômicas e de poder sejam evidentes, questões socioculturais e atreladas a própria psicologia dos sujeitos, evidenciam como as artimanhas do capital afetam em mesmo nível os sujeitos localizados no alto da pirâmide capitalista.

Em uma outra perspectiva, dessa vez relacionada a técnica como fator preponderante na produção espacial, Santos (2002) discute a relação entre tempo e espaço e as diferentes configurações do tempo em determinados espaços. Nessa discussão, Milton Santos estabelece uma possível saída ou escapatória para a humanidade desta condição de existência estratificada e hierarquizada pelas estruturas da ideologia capitalista. Para o geógrafo brasileiro o tempo social é diferente para cada classe em particular, e em cada espaço em particular.

Nos muros de qualquer cidade está impresso a passagem do tempo histórico, determinado por relações sociais que ali existiram em diferentes contextos de tempo e espaço. Ainda que guarde as memórias do passado, o espaço é modificado em meio a isso pelas reconfigurações impostas pelo presente, em uma dinâmica que pensa em um futuro (SANTOS, 2002.).

No texto de Milton Santos há a referência a Heidegger, importante filósofo alemão do século XX, cuja obra de maior destaque chama-se “Ser e Tempo”. Em seu trabalho, Heidegger (2012) aborda justamente o que determina a existência do “ser” em determinado lugar ou espaço. Afinal, para que algo exista deve ser dotado de certa corporalidade, ou materialidade. Como exemplo, um objeto qualquer como uma cadeira ocupa determinado lugar no espaço/tempo, portanto existe. Mas que lugar ocupa um pensamento afinal? Se não é dotado de materialidade, talvez não exista?

Heidegger (ibid.) na busca por explicar a existência de objetos não materiais, que não ocupam um espaço físico vai forjar o conceito do “Dasein” ou “Ser-ai”. O “Ser-ai” de Heidegger coloca a questão da existência de objetos não materiais sob a responsabilidade do homem enquanto ser que pensa. Quer dizer, a existência é determinada pela capacidade do homem de pensar no objeto em questão, quer ele tenha materialidade ou não. O espaço deixa de ser unicamente ocupado por entes físicos, a abstração passa a fazer parte da existência.

Daí que o pensamento de Heidegger esclarece que o “Ser-ai” ou este homem que pensa e determina a existência de objetos não materiais que não ocupam no mundo físico um espaço, é um ser em constante pré-ocupação. O “Ser-ai” ocupa-se do futuro, toda ação é mediada por uma compreensão estabelecida a partir da relação que se faz entre o presente o passado e o futuro. Quer dizer, o homem utiliza o conhecimento adquirido no passado para agir de determinada forma no presente, com um objetivo futuro que almeja algo. A própria linguagem está impressa nessa forma de compreender o tempo do ser no mundo. Isto é, ao falar o homem está buscando palavras aprendidas em um passado, com um objetivo futuro de dizer algo em algum presente.

Se Heidegger determina o “Ser-ai” como um constante pré-ocupar-se com o futuro, no tempo das grandes cidades essa pré-ocupação é distinta para os distintos sujeitos que a ocupam. Assim, se ocupação é distinta, a pré-ocupação também o é, e igualmente o tempo para a ação é diferente.

O tempo está impresso no espaço, e não há espaço para aqueles que não detêm muito tempo. Nas grandes metrópoles é essencial para as grandes corporações, e os sujeitos que ocupam o comando da cidade, deter maiores fatias de tempo em relação àqueles que vivem em meio às classes mais desfavorecidas, inclusive de tempo.

A cidade é o palco de atores os mais diversos: homens, firmas, instituições, que nela trabalham conjuntamente. Alguns movimentam-se segundo tempos rápidos, outros, segundo tempos lentos, de tal maneira que a materialidade que possa parecer como tendo uma única indicação, na realidade não a tem, porque essa materialidade é atravessada por esses atores, por essa gente, segundo os tempos, que são lentos ou rápidos. Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonzados. A economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas. Quem necessita de velocidades rápidas é a economia hegemônica, são as firmas hegemônicas. É para esta classe que tem significação uma avenida como a dos Bandeirantes, ou estradas como a dos Bandeirantes e a Anhanguera, que são estradas que sobretudo interessam aos agentes hegemônicos e às pessoas ricas que usam melhor, do seu ponto de vista, essas estradas. Do aeroporto ao centro da cidade vai-se muito depressa, criam-se condições materiais para que o tempo gasto na viagem seja curto. Já entre os bairros vai-se mais devagar, no sentido de que não há uma materialidade que favoreça o tempo rápido (SANTOS, *ibid.*, p.22).

Se o tempo é critério que determina as relações sociais, a rapidez do tempo só pode se sujeitar aqueles que ocupam a posição hegemônica na sociedade, aos homogeneizados resta adequar-se ao caráter lento desse tempo que imprime sobre a cidade uma hierarquização social.

Dessa forma, Santos (1994) define que os agentes homogeneizados devem se contentar a viver em tempos lentos, tempos determinados por sua condição social. A aceleração do tempo é a marca da competitividade encontrada nos meios capitalistas de desenvolvimento.

O tempo rápido está impresso nas formas como as instituições hegemônicas determinam à passagem de um tempo em concordância a aceleração do mundo globalizado. Não há margem para se deixar que o tempo passe e a concorrência ultrapasse a posição estabelecida, e nessa corrida ganha quem dispor de mais tempo (SANTOS, *ibid.*).

É nesse sentido que a globalização não busca estabelecer uma cooperação entre os povos para a ampliação de um ganho colaborativo mundial, mas sim competir entre aqueles que dispõem de maiores parcelas de tempo pela fragmentação do mundo em determinadas classes antagônicas.

4. O MUNDO (DES)REALIZADO DO TRABALHO: A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM ITAPETINGA-BA

A produção do espaço urbano de Itapetinga-BA é resultado de uma mescla de condicionantes que o desenharam conforme os interesses dos grupos dominantes e dos detentores do capital em cada época. A classe trabalhadora esteve subsumida a este processo e tão pouco as ações implementadas foram pensadas em trazer algum benefício direto.

Tendo como base a concepção lefebvriana de urbanização, a cidade é um espaço de contradições e nela se dá a reprodução da força de trabalho atendendo as necessidades de acumulação do capital. Em Itapetinga-BA não seria diferente, a dinâmica de acumulação e a relação capital x trabalho foi moldando a estrutura urbana tendo como propulsor as atividades econômicas responsáveis pela reprodução do capital. Desde a pecuária no início da emancipação até a industrialização no modelo flexível de produção, o capital e o trabalho aparecem como categorias centrais na determinação do espaço urbano de Itapetinga-BA.

Diversas frações e sujeitos das classes dominantes se sucederam no exercício da hegemonia política e econômica ao longo da história do município. É resultado da “coerência estruturada” no território, que configura e estabiliza a região por um tempo relativo (HARVEY, 2005; p. 88)⁴, conforme se dá o alinhamento entre produção econômica dominante e assessórias, acordos de classes dominantes e dominadas e envolvimento coercitivo, ideológico, cultural (e até subjetivo), que visam a legitimação da dominância local. A pecuária, principal atividade até os anos de 1980, exerceu essa coerência territorial e produziu uma classe social dona de terras rurais e urbanas (com propósitos especulativos) que detinha o controle político municipal. Quase todos os prefeitos do município eram também pecuaristas. A chegada da grande indústria, configurando uma nova coerência territorial, antes de superar, incorporou esses agentes tradicionais aos conjuntos de ações dessas classes dominantes.

⁴ “Mas as tensões e contradições que identifiquei também podem dar origem a configurações geográficas que atingem estabilidade, ao menos por algum tempo. Referir-me-ei a essas configurações relativamente estáveis com o termo “regiões”, que defino como economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo — ao menos por algum tempo.” (HARVEY, 2005, p. 88).

A coerência territorial/regional estruturada na pecuária estabilizou uma classe de proprietários fundiários e uma classe trabalhadora bastante subsumida pelas condições próprias da atividade extensiva, baseada na superexploração (“peão de roça”) e na baixa ocupação relativa (poucos empregos). Tal configuração indica um processo histórico marcado por uma intensa expropriação do campesinato a ponto de, já nos anos de 1960, a população urbana já ser superior a rural: um fenômeno notoriamente diferenciado em relação aos demais municípios interioranos do Nordeste brasileiro. Assim, a cidade se configurava como um local de concentração da classe trabalhadora, desempregada, que se reproduzia de forma precária. Essa concentração da força de trabalho na cidade de Itapetinga-BA, numerosa e subvalorizada, favoreceu a instalação de unidades comerciais e de serviços, além de indústrias ligadas a pecuária (como abordado no capítulo 2.4). Desta forma é que a força de trabalho foi constituída e inserida no processo de exploração econômica no município e assim subsidiou o desenvolvimento relacional, desigual e combinado do campo e da cidade.

O Estado e o capital, principais sujeitos produtores do espaço, tem suas atuações confundidas com suas personificações (proprietários fundiários e pequena e média burguesia urbana), visto que suas ações atendem mais aos seus interesses, restando a classe trabalhadora a mera condição reprodutiva. A aliança entre Estado e capital complementam, junto com o trabalho, o tripé que funda não apenas a forma sociometabólica da produção social (MÉSZÁROS, 2011), mas também a produção do espaço que, dialeticamente, sustenta e intervém na reprodução das destas relações de produção (LEFEBVRE, 2016)

A configuração da cidade de Itapetinga-BA como um polo que atrai a instalação de atividades dos diversos setores ligados direta e indiretamente a pecuária, pode ser explicada pela efetiva concentração populacional na área urbana. Observa-se, como nos termos de Gaudemar (1977), como o capital estrutura seu desenvolvimento pela dinâmica populacional diretamente atrelada a oferta de trabalho mais-que-suficiente para satisfazer as suas necessidades, exercendo pelo seu excedente controle perante a classe trabalhadora localmente constituída.

Estruturalmente, a cidade ganha loteamentos que passam a abrigar esta força de trabalho que se acumulava, desenhando um espaço segregado onde era notória a diferença na configuração dos bairros destinados ao emergente proletariado urbano,

comparados aos bairros que abrigavam as classes sociais médias. A segregação socioespacial

Os agentes imobiliários, ao lado do Estado, construíram a cidade demarcando quais seriam as áreas mais valorizadas e quais seriam menos valorizadas. As pesquisas apresentadas por Oliveira (2003) mostram que, quando conivente, os bairros ocupados pela população de relativa alta renda, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), assim como idealizado, era respeitado. Porém, nos bairros periféricos e destinados a classe trabalhadora, o não cumprimento normativo do PDDU sinalizava ou descortinava a produção de uma outra cidade, a “cidade real”, um espaço vivido que desafia cotidianamente os sujeitos reais de sua produção.

[...] pode-se constatar que essas normas não passaram de simples discurso retórico, sendo transgredidas impunemente, na maioria dos casos, de acordo com interesses específicos dos agentes detentores do poder. Desta forma, a expansão da cidade se realizou, quase sempre, à margem da normativa legal, que só era aplicada em situações onde era vantajoso a esses agentes. Como consequência, o que se encontra impresso no espaço construído de Itapetinga é uma grande discrepância entre a cidade planejada, idealizada, e a cidade real (OLIVEIRA, 2003, p. 133).

Na figura 10, visualiza-se dois bairros ocupados no mesmo período, anos de 1970, o Morumbi e a Nova Itapetinga, e onde podemos notar a diferença nos equipamentos urbanos, traçado das ruas, arborização, tamanho dos lotes, destinação de áreas verdes, entre outras características que demonstram a qual população eram destinadas.

Figura 10 – Diferentes formas de uso e ocupação do solo dos bairros Morumbi e Nova Itapetinga, em Itapetinga-BA (2022).



Fonte: Google Earth, 2022.

Conforme fundamentado com Carlos (2015), as figuras 11 e 12 demonstram a presença do espaço hierarquizado, em Itapetinga-BA. Na primeira imagem, um muro que separa o espaço destinado ao pobre do que se destina ao rico. Um dos bairros mais periféricos da cidade, resultado de uma ocupação ilegal, contrastando com o Coroas Country Clube, equipamento destinado ao lazer da classe mais abastada. Já na figura 12, a avenida Cinquentenário (identificada com uma linha vermelha) separa o lado mais valorizado do bairro Morumbi, de ocupação

privilegiada. Do lado esquerdo temos o bairro Primavera, com uma ocupação mais antiga, mas destinado a concentração da classe trabalhadora mais pobre. E ao fundo as novas periferias que surgiram estimuladas pelos efeitos da crise do capital sobre a expansão urbana da cidade.

Figura 11 - Contrastes urbanos no uso do solo urbano de Itapetinga-BA (2022)



Fonte: Google Earth, 2022.

Figura 12 - Vista aérea parcial da cidade de Itapetinga-BA, 2022.



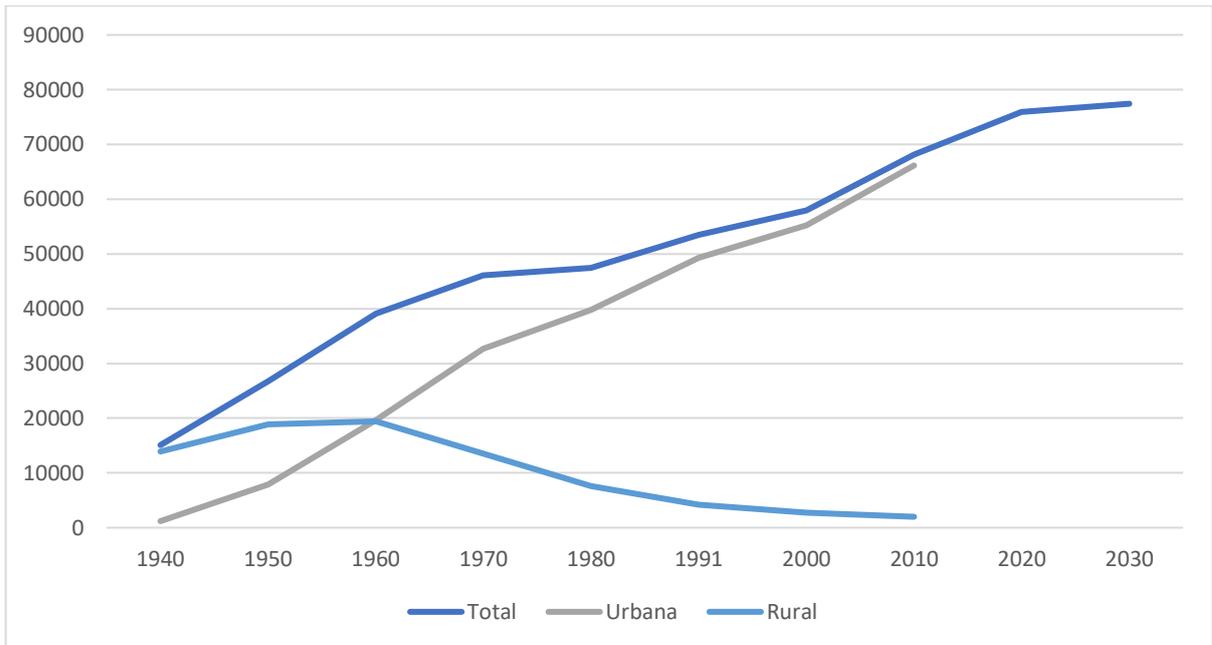
Fonte: Pesquisa de campo, 2022.
Foto: Esdras Ferraz.

Obviamente, embora esta “cidade real”, como espaço vivido dos sujeitos reais de sua produção, seja também resultado de políticas mal orientadas, não é propriamente a ausência dela, do PDDU por exemplo, que determina exclusivamente a forma específica como ela se constitui. Mais do que ausente, observa-se nestes espaços vividos pela classe trabalhadora a presença real do Estado e do capital em sua forma específica de se expressar contraditoriamente no espaço.

4.1 Cidade Real, Mundo do Trabalho

Como observado, a gênese da classe trabalhadora em Itapetinga-BA teve sua formação relacionada a intensa mobilidade campo-cidade, dada a especificidade da expansão da pecuária e a conseqüente massa regional de imigrantes atraída por alguma oportunidade de trabalho. A peculiar taxa de urbanização relativamente elevada (como já demonstrado no capítulo 2.4), num município com forte tradição e referência econômica pautada na produção agrária, indica uma contradição que se fundamenta no intenso processo de subordinação do trabalho atrelado a expropriação camponesa e proletarização na cidade. Tal relação entre espaço e trabalho se dá historicamente e se evidencia atualmente na massa reserva de trabalho que se reproduz no espaço urbano de forma crítica, e tanto mais quanto a crise do capital se intensifica.

O gráfico 1 mostra a forte mobilidade nos anos de 1950 a 1960 em Itapetinga, acelerando a urbanização do município e confirmando o caráter expropriador exercido pela pecuária extensiva que pouco gerava emprego nem fixava força de trabalho no campo. O espaço urbano passa a abrigar a maior parte da população do município, sobretudo na periferia, que se desenvolve com base na força de trabalho nela concentrada.

Gráfico 1 - População por Domicílio Itapetinga – BA, 1940 a 2030

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor, 2022.

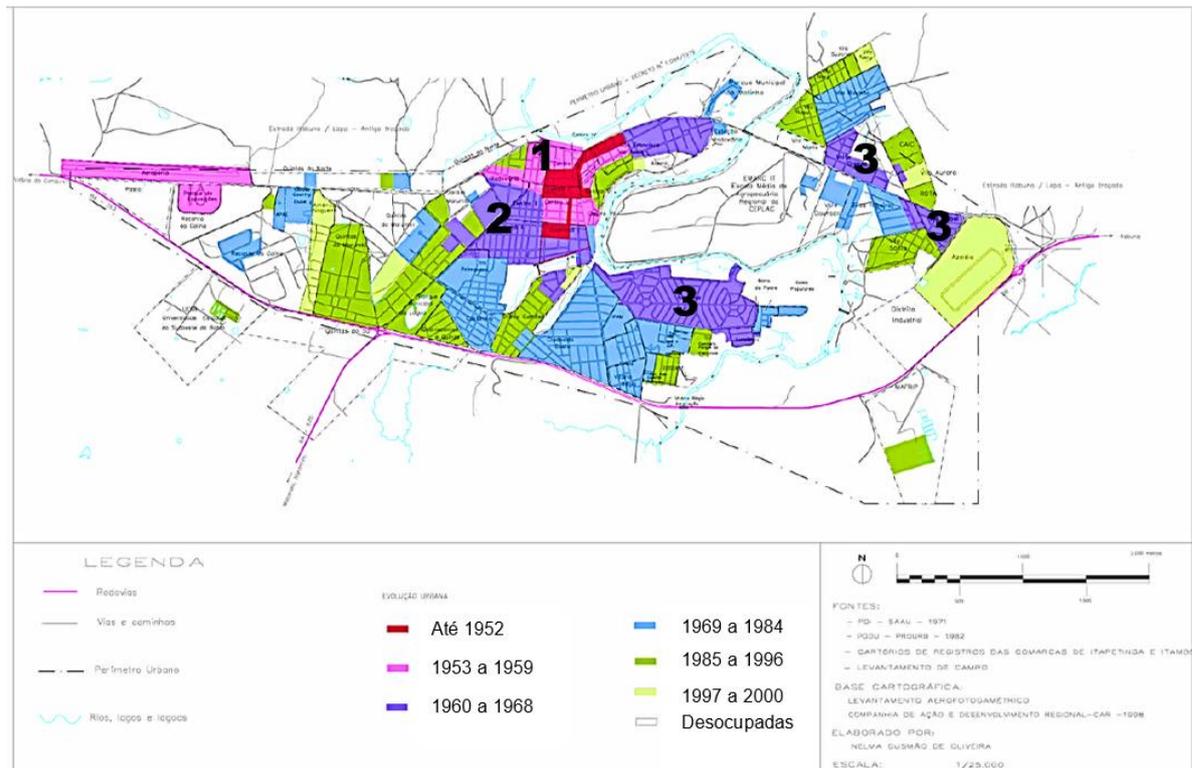
Os ciclos de crise do capital representado pelas atividades econômicas impactaram na reprodução dessa classe trabalhadora. Pode-se perceber isso observando os dados de crescimento populacional (gráfico 2) que mostram como a crise na pecuária de corte dos anos de 1960, impactaram num baixo crescimento da população total na década seguinte. Porém, quando verificamos esse índice por local de domicílio, fica evidente que a crise influenciou uma intensa mobilidade da força de trabalho do campo para a cidade, como visualizamos no gráfico (1) um alto crescimento da população urbana. Outro momento de estagnação é observado na década de 1990, reflexo da crise na pecuária leiteira nos anos anteriores. Por fim, as projeções do IBGE apontam para uma forte estagnação na década atual como reflexo da crise no setor calçadista provocado pela sua reestruturação produtiva-industrial que tem intensificado emigrações.

A periferia é o lugar de reprodução da classe trabalhadora. Os contingentes populacionais que se formaram criaram a necessidade de expansão da cidade e os locais mais afastados e com pouca infraestrutura foram destinados a população mais pobre pelo controle da terra urbana pelo mercado e os proprietários de terras.

Na Figura 13, conforme demonstra Oliveira (2003), observa-se o desenvolvimento da estrutura urbana ao longo do tempo. As áreas identificadas pelos

números 1 e 2 eram ocupadas pela população mais abastada e por uma força de trabalho assalariada em condições mais privilegiadas.

Figura 13 - Espaço urbano de Itapetinga-BA, Evolução Urbana.



Fonte: Oliveira, 2003.
Adaptação do autor, 2022.

As áreas identificadas pelo número 3, mostram os bairros que surgiram nos anos de 1960 foram os locais onde a força de trabalho se desenvolvia formando as primeiras zonas periféricas da cidade, com áreas de infraestrutura precárias quando comparadas aos outros bairros da cidade e para onde se direcionavam a população mais pobre, dado o valor do solo urbano inferior.

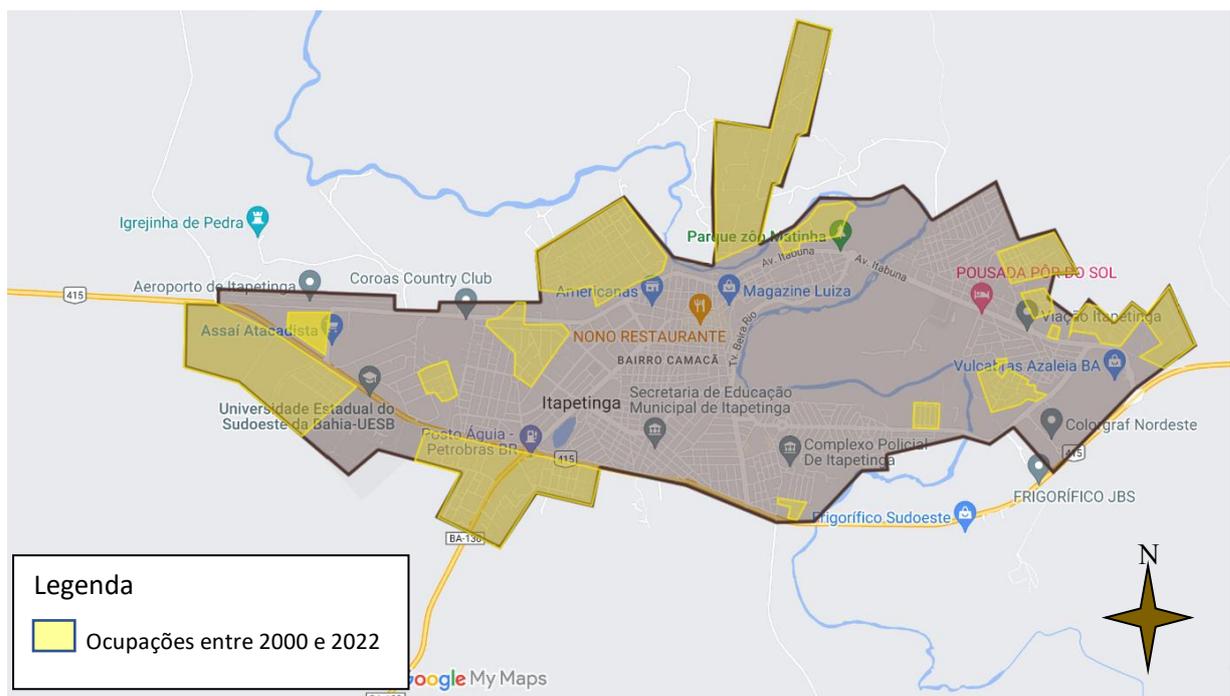
Aos poucos, os bairros periféricos iam sendo dotados de infraestrutura e equipamentos urbanos que corroborava com a visão que o Estado tem da periferia. Podemos citar como exemplo a construção do Colégio Polivalente de Itapetinga, localizado no bairro Nova Itapetinga, que possuía uma metodologia tecnicista e que tinha como propósito formar a mão-de-obra para atuar no mercado de trabalho sem grande qualificação. Na matriz curricular estava presente disciplinas como Educação Para o Lar, Artes Industriais e Técnicas Agrícolas.

Não se observa nesses bairros a implantação de uma infraestrutura que desse uma referência de cidade para além do mundo do trabalho. É a cidade na sua pura condição real capitalista. Lazer e cultura, por exemplo, aparecem como antinomias desses espaços. As praças, além não integrar com os seus habitantes, se constituem como lugares hostis, abandonados, como terrenos baldios.

A figura 13 mostra os bairros e ocupações ocorridas até o ano de 2000. A implantação do distrito industrial calçadista no ano de 1998 provocou uma intensa mobilidade populacional resultando em um incremento cerca de 18 mil moradores na cidade de Itapetinga-BA, nas últimas duas décadas.

Na figura 14, produzida com base na análise de imagens de satélite e dos mapas existentes referentes ao período anterior aos anos 2000, é possível identificar os bairros e loteamentos surgidos no período de 2000 a 2022. Observa-se a expansão da periferia nos limites urbanos, e as vezes além do estabelecido pelo PDDU. Essas novas ocupações são reflexo direto do aumento populacional provocado pela instalação da indústria calçadista Vulcabras/Azaleia.

Figura 14 - Bairros e loteamentos de Itapetinga-BA originados no período de 2000 a 2022.



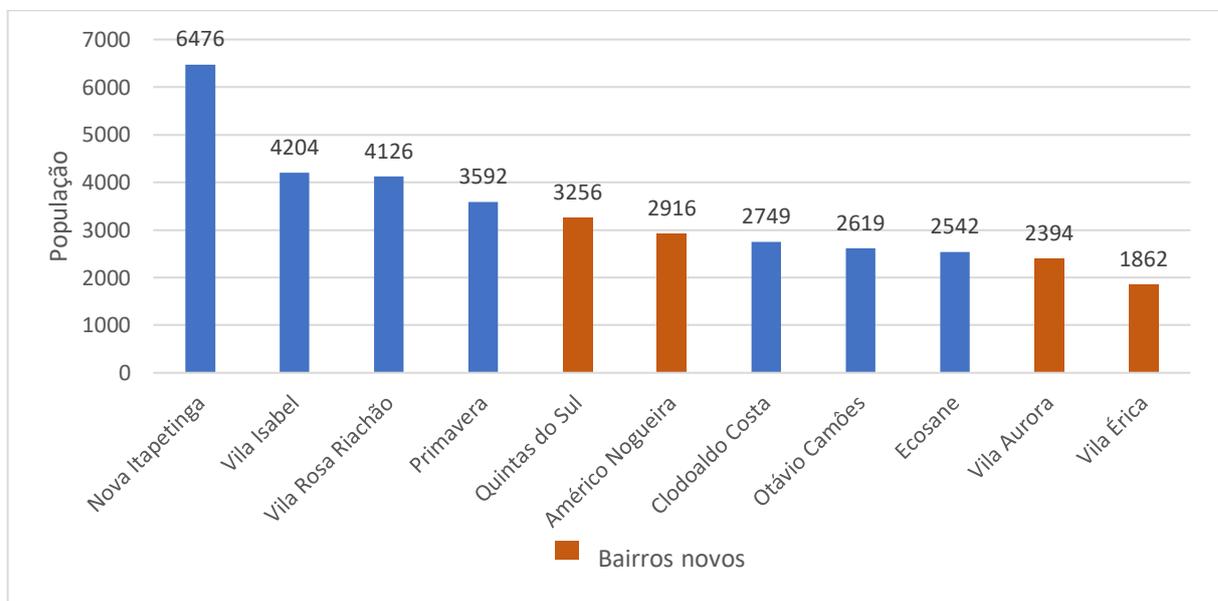
Fonte: Google Maps, adaptação do autor, 2022.

É notório como a população de baixa renda foi empurrada para as periferias e áreas de infraestrutura precarizadas. Das novas ocupações surgidas no período

(2000-2022), com base nas imagens de satélite, fotografia e visitas *in loco*, fica evidenciado que a maior parte se trata de residências destinadas a população mais pobre, reforçando a ideia da cidade como o espaço de produção da força produtiva do capital, o trabalho. Ou, empiricamente, como *lócus* da reprodução da classe trabalhadora desempregada e disponível para ser explorada pelo capital como “exército industrial de reserva” (MARX, 2013).

Nos dados coletados com a Secretaria de Saúde do município de Itapetinga-BA, que mostram a distribuição da população por bairros (gráfico 2), evidencia-se que os bairros mais populosos são pobres. O crescimento da cidade se dá pelo crescimento delas.

Gráfico 2 - População dos maiores bairros inseridos na periferia urbana de Itapetinga-BA (2022)



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Itapetinga-BA.
Organização do autor, 2022.

Os dados coletados com a Secretária de Saúde têm como base os cadastros realizados pelas unidades de saúde dos bairros e não apresentam uma precisão elevada. Porém, servem de parâmetro para analisarmos a distribuição da força de trabalho pelas periferias da cidade. Os bairros listados passaram por um intenso adensamento nos últimos 20 anos, e outros bairros que surgiram neste período já figuram entre os mais populosos por serem abrigo da massa trabalhadora.

A omissão do Estado, ou sua ação possível, provocou o surgimento de grandes periferias precarizadas. Em outras situações, sua ação incisiva é responsável por empurrar a população mais pobre para as extremidades da cidade sem uma infraestrutura adequada. Essa ação pode ser vista em Itapetinga-BA na implantação dos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida.

Foram construídas mais de 2.600 unidades habitacionais do programa no município de Itapetinga-BA, identificadas na figura 15. A localização preferencial é a periferia mais distante dos serviços que possam garantir dignidade aos seus moradores.

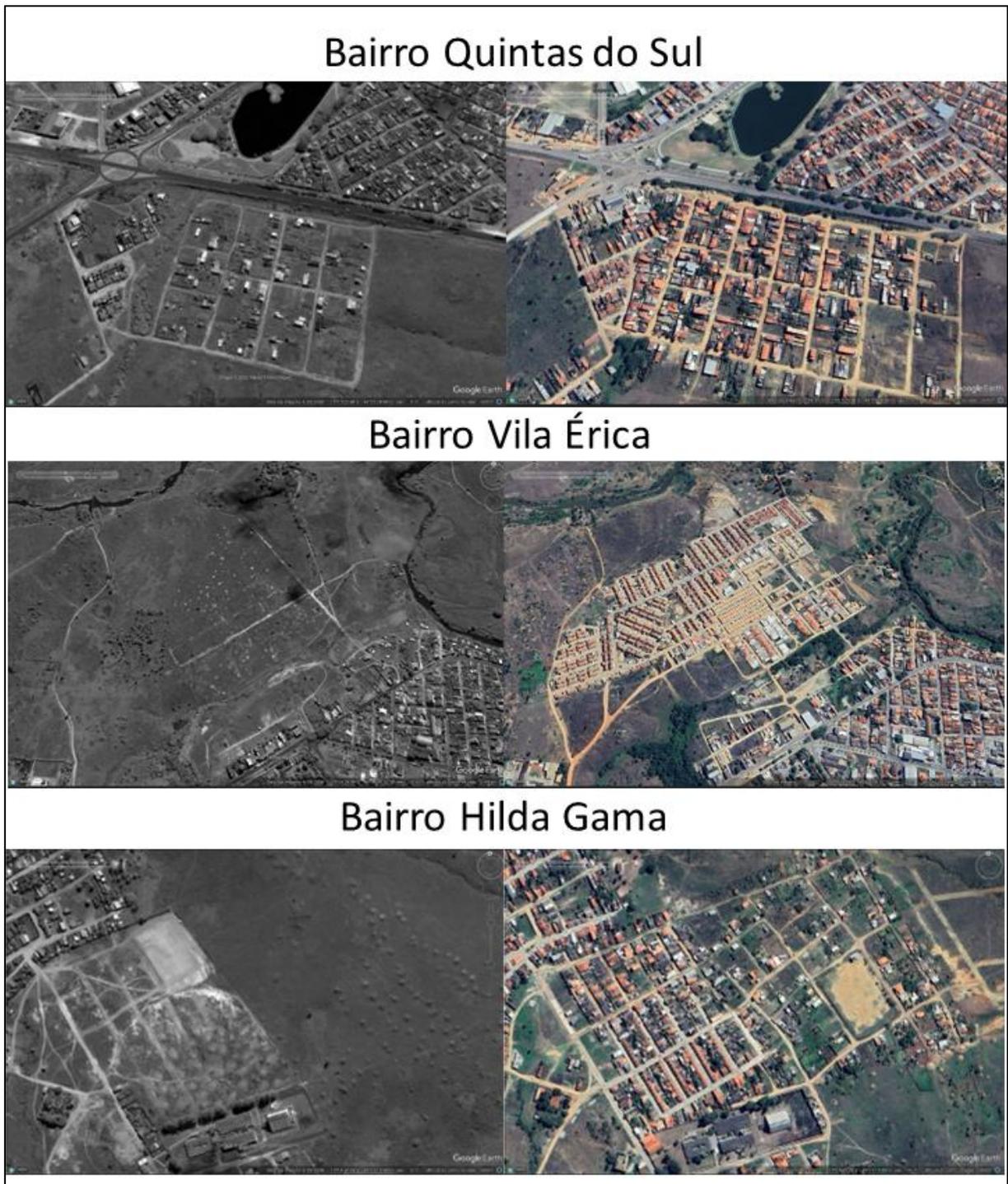
Figura 15 - Localização dos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, em Itapetinga-BA.



Fonte: Google Earth, adaptação do autor, 2022.

Nos últimos 20 anos, a periferia urbana de Itapetinga-BA expandiu com grande intensidade decorrente da oferta de emprego industrial. As imagens de satélite presentes na figura 16, mostram um comparativo de bairros em dois períodos distintos, o ano de 2008 e o de 2022.

Figura 16 - Evolução urbana dos bairros Quintas do Sul, Vila Érica e Hilda Gama nos anos de 2008 e 2022, Itapetinga-BA.



Fonte: Google Earth, adaptação do autor, 2008 e 2022.

A urbanização crítica tem se expressado na expansão das periferias de maneira desordenada e com carência em serviços essenciais que possam trazer uma condição digna de sobrevivência. Seja nos momentos de retomada do emprego, com

a absorção de parte da força de trabalho, seja nos momentos de demissão em massa e aumento do desemprego, a urbanização se desenvolve de maneira caótica.

Afinal, é a crise estrutural a responsável tanto pela oferta de trabalho morto, com o uso cada vez mais intenso de máquinas, quanto pelo aumento do desemprego resultado das reestruturações para retomada da acumulação.

4.2 A Condição Crítica da Re-Produção do Trabalho

As reflexões trazidas pelos autores utilizados nesta pesquisa, permitem analisar o papel do trabalho na produção do espaço urbano. Nas atuais condições da crise estrutural do capital e as específicas condições de re-produção do trabalho, o processo de produção do espaço deve se dar também de forma historicamente específica. Isso não ocorre apenas pela dinâmica da oferta de emprego e da emergência do desemprego estrutural crônico que afeta a renda e as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, mas como o espaço e especificamente a cidade reverbera, representa e infere em tal condição, “acomodando” essa força social produtiva deslocada dos postos de produção. Afinal, considerando a crise estrutural, tal condição deve se espacializar também de forma crítica tornando a cidade e especificamente a periferia um gigantesco depositário de tempo de trabalho excedente ou supérfluo.

A produção do espaço urbano de Itapetinga-BA no século XXI teve forte influência da crise estrutural do capital e dos processos de reestruturação produtiva-industrial dela decorrente. O que se apresentou como “crescimento” da cidade foi, contraditoriamente, resultado direto desta crise: dos forçados deslocamentos espaciais de capital (industrial) e trabalho (subvalorizado) em busca de condições minimamente viáveis de reprodução. No caso de Itapetinga-BA, a implantação da indústria calçadista Vulcabras/Azaleia movimentou a dinâmica urbana e desenhou um espaço urbano propício à acumulação crítica do capital.

A reestruturação produtiva imposta pela indústria tem ampliado o desemprego estrutural, onde uma massa de trabalhadores dispensados tem se tornado supérfluos para a produção direta da mais-valia. Aos poucos, o setor de serviços tem ganhado destaque na absorção dessa mão-de-obra precarizada que desempenha trabalho improdutivo e se reproduz no espaço urbano, notadamente nas periferias.

Segundo Menezes (2017, p. 05):

A relação entre periferia urbana e trabalho é ontológica por duas condições. Primeiro, o trabalho (materializado pelas condições de emprego, desemprego e renda) dá a periferia seu conteúdo essencialmente social. Segundo, a periferia, em relação ao trabalho, se expressa como território resultante da contradição entre o ordenamento, regulação e controle da atividade humana produtiva do espaço urbano e a evidenciação do espaço vivido, real e concreto, da qual a cidade não pode ocultar, nem sequer em sua paisagem.

Na periferia tem se notado uma urbanização crítica, onde o direito a cidade é plenamente negado. Os bairros são marcados pela falta de infraestrutura, condições de moradia inferiores no que tange as características das residências e formas de ocupação do solo urbano, serviços e equipamentos públicos de baixa qualidade. Trata-se de um lugar controlado pelo capital, com a função de reprodução do proletariado.

Portanto, analisar o espaço urbano de Itapetinga-BA por meio da periferia urbana como palco privilegiado deste processo, significa avançar no entendimento de como o atual processo de industrialização (e “desindustrialização”) é resultado direto da crise estrutural do capital. Neste tópico, em especial, será abordado a reprodução dessa periferia nos últimos 20 anos, apresentando a sua relação com a crise estrutural do capital e a implantação da indústria calçadista no município.

O espaço urbano de Itapetinga-BA está organizado de maneira contraditória e seguindo a divisão social do trabalho imposta pelo capital. Os bairros Jardim Morumbi e Bela Vista, localizados próximo ao centro ou interligado por vias principais, e o bairro Recanto da Colina, localizado na extremidade oeste da cidade, possuem uma ocupação privilegiada. Seus moradores fazem parte da classe mais abastada da cidade: proprietários fundiários, empresários e comerciantes e profissionais liberais com rendimentos relativamente altos. O valor do solo urbano elevado e a especulação imobiliária contribuem para que não ocorra a fixação da camada assalariada mais pobres da classe trabalhadora.

Ao que sobra da cidade, e que é a sua maior parte, estão os bairros ocupados pelo proletariado e que são destinados a reprodução da força de trabalho. A especulação imobiliária atua mais uma vez, fracionando o espaço urbano em subcategorias, faz com que lugares onde há a presença de melhores equipamentos urbanos, como praças, vias principais de acesso e outros empreendimentos, seja ocupado por setores da classe trabalhadora com ganhos médios mais estáveis. Isso concede a estes uma posição privilegiada dentro da periferia. Conforme as condições

de reprodução se precarizam, correspondendo também as condições mais precárias de moradia e infraestrutura, apresentam-se frações do espaço urbano periférico mais degradadas.

Nestes bairros periféricos se reproduzem diferentes subcategorias trabalhadores. Há aqueles formados por trabalhadores e trabalhadoras que atuam no mercado formal e conseguem atingir níveis básicos de consumo, além de promover melhorias na sua condição de moradia. Há também um outro composto por trabalhadores e trabalhadoras informais que atuam no setor de serviços, comércio informal e construção civil com rendimento médio em relação aos seus pares. E por fim, a população marginalizada, desempregada e que sobrevive em condições de extrema pobreza ou miserabilidade; o lumpemproletariado.

Analisando a grande massa de trabalhadores formais, da qual se tem dados estatísticos disponíveis do ano de 2017, ela encontra-se distribuída pelos setores econômicos de maneira que 46,8% estão concentrados no setor industrial, sendo a Vulcabras/Azaleia a responsável pela maior parte deles (tabela 5).

Tabela 5 - Mercado de Trabalho Formal em Itapetinga-BA, 2017.

Setor	Estabelecimentos	Estoque de emprego	Renda média (R\$)	Estoque de emprego (%)
Indústria de transformação	80	6.160	1.291,87	46,80%
Administração pública	5	2.797	1.899,99	21,26%
Comércio	521	1.836	1.248,51	13,90%
Serviços	359	1.651	1.585,16	12,50%
Agropecuária	254	563	1.105,11	4,28%
Construção civil	39	89	1.166,10	0,67%
Extrativa Mineral	4	40	1.633,81	0,30%
Serviços industriais de utilidade pública	3	15	2.919,82	0,11%
Total	1.245	13.151	1.448,15	100%

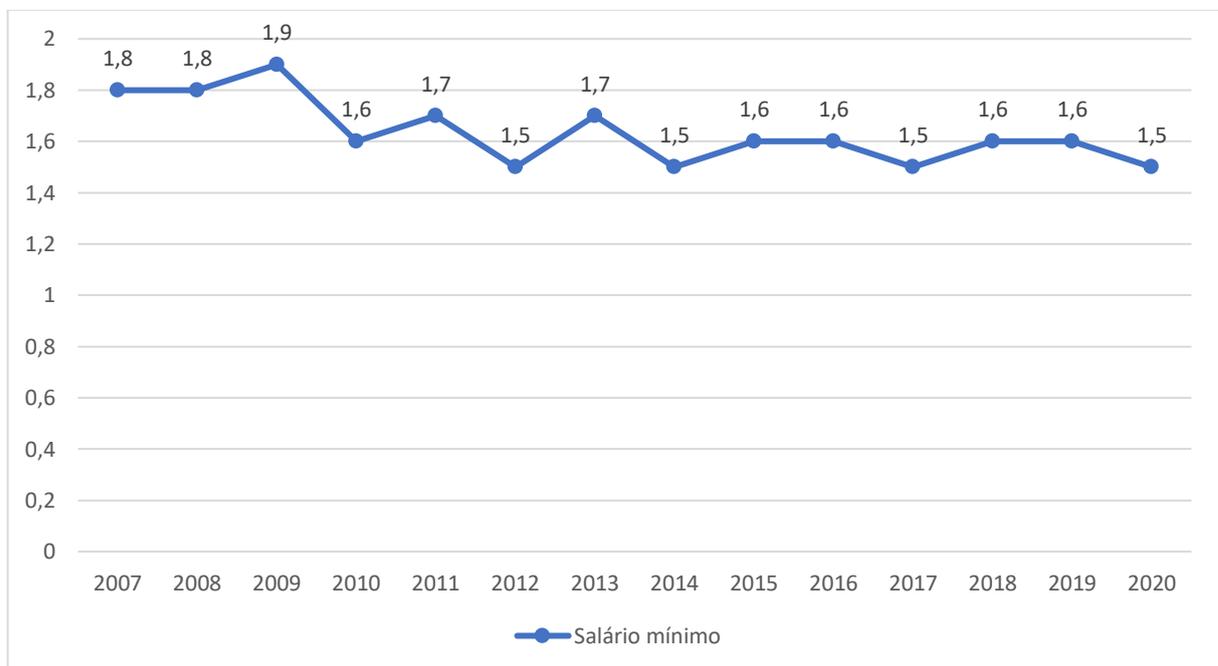
Fonte: SEI/BA – Caged, 2018. Elaborado pelo autor, 2022.

A indústria calçadista tem a característica de utilizar grande quantidade de mão-de-obra no processo de produção. Soma-se a isso, a dificuldade de automação das etapas de produção, como corte, costura, montagem, o que exige a presença do operador de maneira ativa. Segundo relatório da SEPLANTEC (*apud* OLIVEIRA,

2003, p. 175), umas das consequências desse recrutamento de grande quantidade de força de trabalho são os “baixos níveis salariais, alto índice de rotatividade, parcelização e simplificação do trabalho e a utilização de trabalhadores não qualificados”. Este conjunto de características tornam o ambiente favorável a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, como as que são registradas na Vulcabras em Itapetinga-BA.

A renda média do trabalhador tem se deteriorado ao longo do tempo. Era de se esperar que a chegada de uma indústria por meio de um processo de reestruturação em busca da retomada da reprodução do capital, traria uma valorização do trabalho expressa em melhores salários. No entanto, como demonstra o gráfico 3, a queda no salário médio mensal tem sido uma tendência desde 2009, evidenciando um rebaixamento no preço da força de trabalho que exerce cada vez menos trabalho vivo.

Gráfico 3 - Salário médio mensal em Itapetinga – BA, 2007 a 2020



Fonte: IBGE, acesso em 10 de novembro de 2022.

Elaborado pelo autor, 2022

Dentro do sistema capitalista, o capital nasce da exploração da força de trabalho e da extração da mais-valia. Sem a presença desse *modus operandi*, não haveria a obtenção do lucro. Desde a sua instalação, até os dias atuais, a Vulcabras/Azaleia é reconhecida pela sociedade itapetinguense como uma remuneradora de baixos salários, sempre atrelado ao mínimo por lei. Como aponta

Santos (2008) em sua pesquisa por meio de depoimentos, funcionários citam a remuneração como maior motivo de insatisfação dentro da empresa, seguido pelas condições de trabalho que envolvem controle do tempo e pressão para com a produção.

Ao baixo salário recebido se somam queixas de excesso de trabalho, sem a correspondente remuneração: “nós realizamos mais de uma função e ganhamos como se fosse uma; e esse ganho não é o suficiente; no caso, é salário-hora, mas essa hora é sempre abaixo do salário mínimo (Operário)”. Observa-se a intensificação do trabalho de que trata a sociologia marxista atual. O trabalho polivalente na Azaléia Nordeste, por exemplo, não vem acompanhada de melhores salários para os operários; e a melhoria da qualidade dos produtos não alterou a remuneração do trabalho executado na produção: “a qualidade que sai dali depende da gente, de todas as revisoras, e a gente ganha como outro qualquer (Operária)” (SANTOS, 2008, p. 242)

Enquanto isso, o poder público municipal tenta propagar a ideia de que Itapetinga-BA é uma “terra de desenvolvimento” (figura 17), dado a chegada de grandes varejistas e redes. Podemos citar algumas delas que se instalaram no final dos anos 2010: Americanas, Casas Bahia, Lojas Guaibim, Real Calçados, Lojas MIB, Lojas Zema, Magazine Luiza, Assai Atacadista, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Sicred. Mesmo sendo a cidade com o 34º maior PIB do Estado, a classe trabalhadora conta com a renda média na 339ª posição dentre os 417 municípios da Bahia (IBGE, 2020).

De acordo com o IBGE (2020), o PIB de Itapetinga-BA foi de R\$ 1.278.849.270,00, o PIB per capita ficou em R\$ 16.652,77, porém o salário médio mensal ficou na faixa de 1,5 salários mínimos. Setores geradores de riqueza como a indústria tiveram remuneração média de R\$ 1.291,87 em 2017. Há uma discrepância entre os valores que revelam a luta de classes na produção do espaço. A espoliação da classe trabalhadora é cada vez mais intensa em prol de maiores acumulações e concentração de capital na mão de poucos.

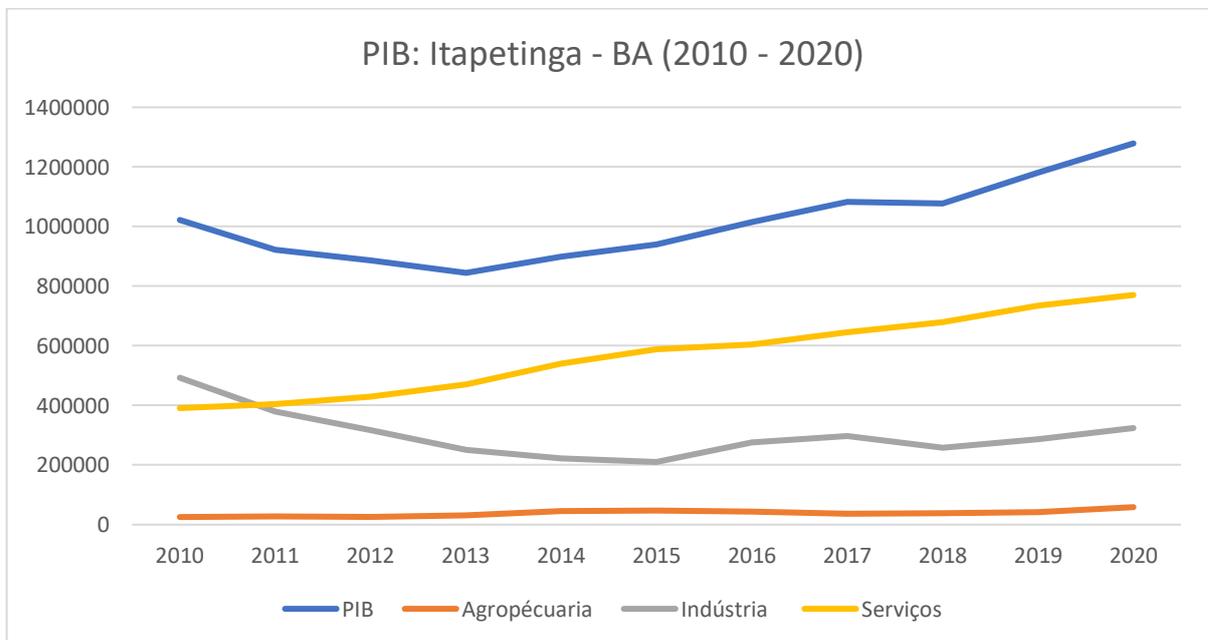
Figura 17 - Letreiro na entrada da cidade de Itapetinga-BA (2022).



Fonte: Google street view, 2022.

A expansão do setor terciário pode ser comprovada pela composição do PIB municipal expressa no gráfico 4, e que mostra uma retração do valor adicionado pela indústria e um crescimento do setor de serviços. Observa-se que este setor se torna o mais importante desde 2011, aumentando sua predominância relativa desde então.

Gráfico 4 - PIB a preços correntes de Itapetinga-BA, 2010 a 2020 / (Unidade: R\$ x1000)



Fonte: IBGE, 2020
Elaborado pelo autor, 2022

A inversão da natureza da riqueza, ostentada antes por setores diretamente produtivos (pecuária e indústria), agora por setores improdutivos⁵ (serviços e comércio), evidencia um padrão geral do qual a crise do capital se revela pela incapacidade de apropriação de mais trabalho vivo. A queda na participação industrial está atrelada a reestruturação produtiva da indústria Vulcabras/Azaleia, e o crescimento do setor terciário pode ser explicado pela introdução de empresas atraídas pela existência de uma grande massa de trabalho que é também consumidora. Corroborando com as ideias de Menezes (2017, p. 12):

A urbanização crítica não está decisivamente ligada às crises periódicas de emprego e renda. Trata-se sim de uma condição relativamente estável em que a produção do espaço urbano encontra padrões de produtividade da acumulação capitalista em colapso. Significa considerar a mudança na determinação produtiva do trabalho concreto (principalmente realizada na produção industrial da economia urbana) cada vez mais atrelada ao crescimento relativo de setores produtivos não diretamente vinculados à produção direta da mercadoria.

A orientação para um padrão econômico efetivamente urbano, mas crítico, coaduna com a relativa diminuição dos rendimentos médios do trabalho. Tal como antes, a tendência se fortalece pela crescente capacidade de produção de mais trabalho em sua periferia. Mas agora, pela natureza própria do setor de serviços (terceirização, informalização) nos tempos atuais, a condição de reprodução do trabalho urbano também tende a se degradar diante da iminente precarização dessa economia que emerge da crise estrutural. Constitui-se uma produção cada vez mais desvinculada da extração da mais-valia e o conseqüente direcionamento de suas forças produtivas à atividades basicamente reprodutivas. O que antes apresentava-se como “capital da pecuária”, torna-se mais uma cidade pautada na mera reprodução das relações de produção em colapso.

Apesar da economia de Itapetinga-BA estar fundamentada no setor terciário, a força de trabalho formal ainda está mais ocupada na indústria calçadista, que promove

⁵ “Setores improdutivos podem ser considerados aqueles não diretamente vinculadas a produção de mercadorias, mas a sua circulação. Embora não produzam diretamente a mais-valia, é fundamental para sua realização. Embora improdutivos, no circuito geral da valorização do capital, estes setores abrigam trabalho produtivo, pois ele continua sendo o fundamento do lucro para esses capitais individuais investidos” (MENEZES, S. Notas de Orientação, novembro de 2022).

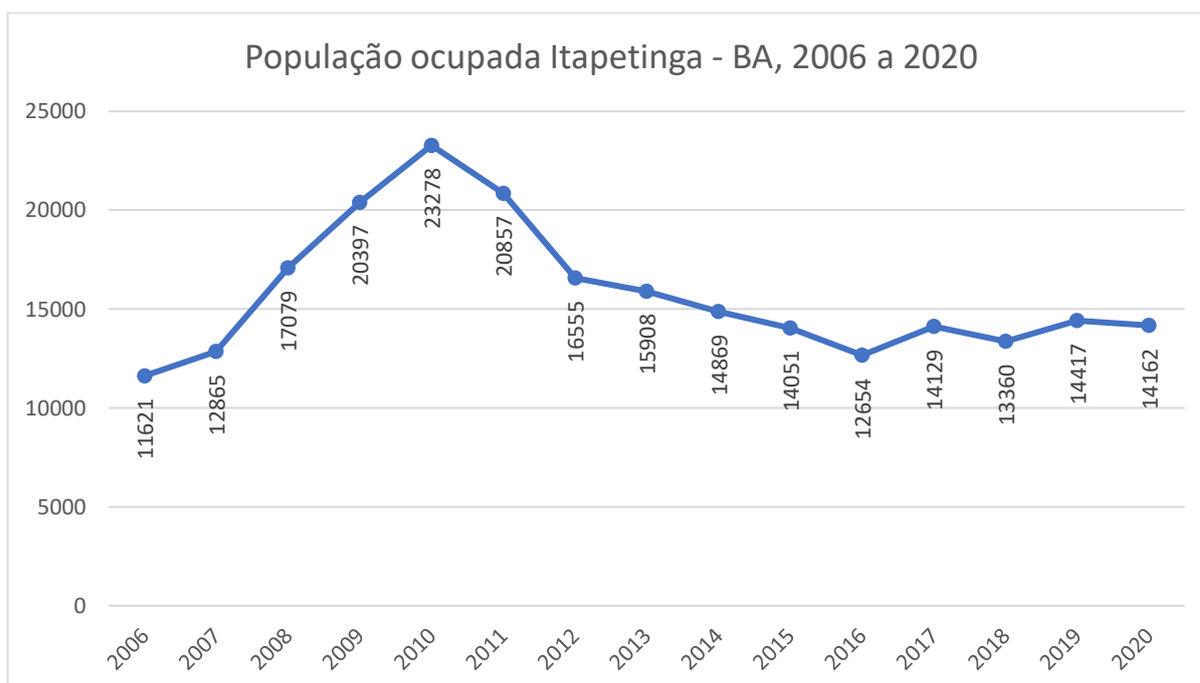
uma precarização tal qual a proporcionada pelos outros setores. Porém esse cenário vem se transformando com o aumento das demissões pelo setor industrial e o crescimento do desemprego.

4.3 Reestruturação produtiva e o aumento do desemprego em Itapetinga-BA

Como demonstrado, a crise estrutural do capital tem se estabelecido como o fator determinante na dinâmica econômica de Itapetinga-BA. Expressa-se desde a crise da pecuária, a chegada das novas indústrias e a atual situação da classe trabalhadora em seus espaços de reprodução. Mas ela também se expressa no desemprego, na informalidade do trabalho e na periferação da cidade, consolidando a urbanização crítica.

Como já mencionado anteriormente, as indústrias calçadistas são grandes geradoras de emprego, e a Vulcabras/Azaleia propagou em toda a região a ideia de ser sinônimo de empregos, dada o grande recrutamento de mão-de-obra realizado nos primeiros 10 anos após a instalação na cidade. Em 2007, Santos (2008) já relatava uma preocupação por parte dos operários da empresa com modernizações que vinham sendo adotadas e que reduziam a quantidade de funcionários que realizavam as atividades.

Impulsionado por apenas uma grande indústria, a Vulcabras/Azaleia, Itapetinga-BA obteve um grande salto no número de pessoas ocupadas entre os anos de 2006 e 2010, como mostra o Gráfico 5. O quantitativo da população ocupada saiu de 11.621 em 2006, e atingiu um pico de 23.278 pessoas em 2010. Tal fato despertou interesse regional e tornou a cidade de Itapetinga-BA um polo de geração de emprego, ainda que precarizado.

Gráfico 5 - População ocupada em Itapetinga – BA, 2006 a 2020

Fonte: IBGE, acesso em 10 de novembro de 2022.

Elaborado pelo autor, 2022

A partir de 2011 observa-se no gráfico uma queda no número da população ocupada, onde a principal causa foi a reestruturação produtiva implantada pela principal empregadora do município, a Vulcabras/Azaleia. Segundo Souza et al. (2021), “com a finalidade de ampliar as margens de lucros e o posicionamento da empresa no mercado, foram realizadas uma série de investimentos financiados pelo BNDES, que garantiria o enxugamento do processo produtivo e retorno dos lucros”. Cabe salientar a participação do Estado como agente de precarização.

Os relatórios de balanço do final do ano emitidos pela empresa e disponíveis no site dela, apresentam mensagens da presidência que descreve o processo de reestruturação produtiva na visão do capital:

Os anos de 2011 a 2014 foram pautados por profundas reestruturações. Os projetos de reestruturação visaram à redução dos custos, eficiência de nossa mão-de-obra, manutenção do posicionamento de nossos produtos no mercado brasileiro e no exterior, no sistema de distribuição e cadeia de suprimento e logística e reposicionamento de nossos gestores para o cumprimento de nossas estratégias (VULCABRAS).

Um processo de modernização técnica foi implantado, onde novas máquinas realizavam a mesma função com um número bem menor de operários gerando como principal consequência o fechamento das filiais instaladas nas cidades vizinhas e o enxugamento no quadro de funcionários da unidade de Itapetinga-BA. Souza et al. (2021, p. 6) destaca que:

No campo da força de trabalho, houve uma grande redução no quadro de funcionários. No balanço da empresa de 2001, disponibilizado no site da mesma, consta que foram reduzidas 8.824 vagas com o processo de reestruturação produtiva naquele ano. Entretanto, segundo a empresa, essa redução do quadro de funcionários não se reflete em perda de capacidade de produção, permanecendo o mesmo nível de produção com uma nova configuração.

A variação no pessoal ocupado no município foi fortemente impulsionada pelo setor industrial, em especial a Vulcabras/Azaleia, que em seu modo flexível de produção oscila entre momento de grande contratação com momentos de grande demissão de funcionários.

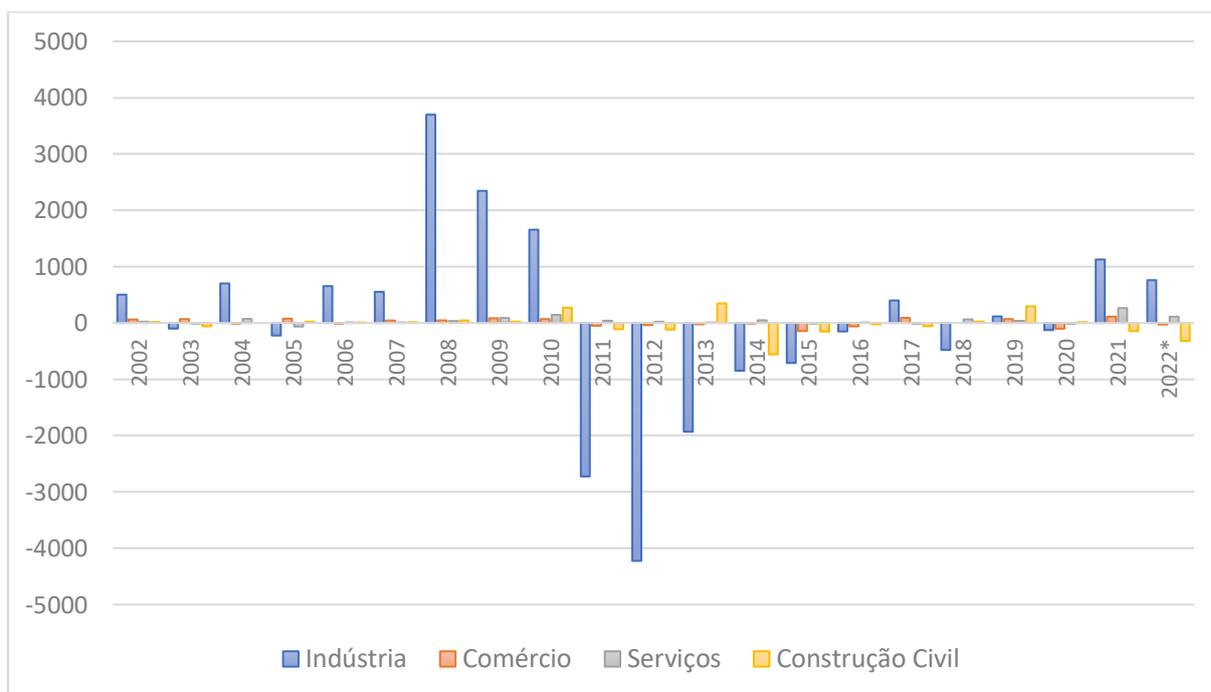
As necessidades de reprodução do capital são atendidas com o processo de reestruturação, retomando a lucratividade por parte da Vulcabras/Azaleia, por outro lado, o desemprego em massa deixa grande parte da classe trabalhadora de Itapetinga-BA marginalizada. Houve uma redução em 40% do pessoal ocupado entre os anos de 2011 e 2020, gerando um exército de quase 10 mil desempregados que não conseguiram se recolocar no mercado de trabalho, mesmo com a inserção de novas empresas do setor de serviços na cidade.

A grande rotatividade de mão-de-obra exercida pela Vulcabras/Azaleia ajudava a atrair imigrantes, visto a renovação constante de parte dos funcionários. Corroborando com as ideias de Marx (2013), isso é possível pois o capital, como parte de sua estratégia, localiza-se onde consiga obter uma reprodução da força de trabalho em volume bastante superior à sua capacidade de absorção, formando um exército industrial de reserva disponível para a exploração da mais-valia.

Os dados presentes no gráfico 6, mostram o saldo de emprego celetista em Itapetinga-BA, onde podemos notar a grandeza que o setor industrial representa na absorção da força de trabalho em comparação com outros setores. De 2011 a 2020 o setor industrial apresentou um acumulado de -10.679 postos de trabalho, minimizado por novas contratações em 2021 e 2022, que podem estar relacionando a retomada

do consumo após a diminuição de medidas de restrição da pandemia da covid-19. Além da rotatividade já mencionada, a empresa Vulcabras/Azaleia adota uma política de não contratação de ex-funcionários, informação explícita em panfletos e anúncios locais de contratação. É o descarte do trabalhador que teve sua força de trabalho utilizada para obtenção de lucros.

Gráfico 6 - Saldo de emprego celetista segundo setor de atividade econômica em Itapetinga – BA, 2002 a 2022



*Janeiro a outubro de 2022.

Fonte: SEI - Caged, acesso em 05 de dezembro de 2022.

Elaborado pelo autor, 2022

A imensa quantidade de trabalhadores que deixaram o emprego formal, demonstrado nos dados acima, concentram-se nas periferias, como já é notório, onde tem se expandido a informalidade e o subemprego. Observa-se por todos os bairros periféricos a expansão de pequenos estabelecimentos comerciais e oferta de serviços de baixa qualidade que precarizam ainda mais as relações de trabalho. Observando esse cenário, reflete-se que a periferia cumpre um papel de depósito de força de trabalho, ou de tempo de trabalho disponível para ser utilizado pelos setores formais e informais da economia, descartados conforme sua mínima precisão temporária, seguindo a dinâmica estrutural da crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa sobre o processo de urbanização crítica, tendo como referência a dinâmica industrial, buscou compreender como que a espacialização ou a estruturação atual da cidade de Itapetinga-BA não pode ser compreendido sem a contextualização da crise estrutural e da condição do trabalho implicado nela.

Para tanto, a leitura dialética foi fundamental para estabelecer o entendimento de que a chegada das novas indústrias “flexíveis”, o desenvolvimento urbano observado a partir de então e a dinâmica do trabalho neste município já se estabeleceram como reflexo da crise estrutural. Isso tende a requalificar e desvelar os discursos de “desenvolvimento” apregoado pelo Estado e pelas personificações do capital, mostrando as contradições deste processo, apresentando a cidade real por onde os sujeitos reais se reproduzem em seus espaços vividos.

Também foi importante a leitura dialética para entender como a “capital da pecuária”, que tinha uma coerência territorial estruturada na aliança de classes tradicionais ligadas ao latifúndio, foi sustentada por um particular processo de urbanização caracterizado pela proletarianização da massa imigrante e do campesinato expropriado. Por sua vez, tal “herança espacial”, marcada por uma periferia urbana relativamente antiga e desenvolvida, constituiu-se como um dos “fatores” para acomodação lucrativa da moderna “indústria flexível”, ao lado de outros estímulos concedidos pelo Estado. A conjugação de tais condicionantes espaciais, políticos e econômicos, determinantes da coerência territorial, permitiu a indústria calçadista encontrar possibilidades de espacialização provisória, enquanto outros lugares mais viáveis não são descobertos. Portanto, trata-se de entender este processo, não como “localização industrial”, mas como fenomenologia da racionalidade produtiva pressionada pela crise estrutural por meio da odisseia dos capitais individuais por espaços mais lucrativamente exploráveis.

Do ponto de vista do mundo do trabalho, o espaço urbano itapetinguense é assim demarcado pela forma com que a classe trabalhadora é ordenada e racionalizada, por meio de um processo de subsunção pautado na precariedade de suas condições de reprodução, à mercê dos interesses do capital e necessitando de intervenções que possam garantir melhorias significativas na reprodução da vida. Por

isso que, as formas com que o capital exerce sua coerência territorialmente estruturada (HARVEY) no território em sucessivos “ciclos produtivos” em Itapetinga (pecuária, indústria de laticínio e indústria calçadista) só é possível pela específica condição do trabalho especializado na periferia. Ou seja, é a condição espacial da periferia, como “estoque” de tempo de trabalho disponível e subsumido à lógica do capital que, em última instância, determina a forma de como a produção se realiza e se distribui desigualmente, configurando assim seu espaço urbano

O espaço urbano apresentado, é aquele que tem a sua existência relacionada a lógica do capital que, desde a Revolução Industrial, é determinado e determinante da lógica da produção de mercadorias. Por isso é importante compreender a presença da dimensão do trabalho (abstrato) como elemento que dá corporeidade ao espaço urbano. A cidade é o espaço de reprodução do capital por meio da reprodução das relações sociais de produção do qual o trabalho é central.

A cidade de Itapetinga-BA teve a sua constituição urbana atrelada a forma como o capital se reproduzia nas diferentes atividades econômicas que permearam sua história.

Sendo reconhecida como cidade da pecuária no passado, nos anos de 1950 Itapetinga-BA já era reconhecida por ter um dos maiores rebanhos bovinos da região, tal característica foi relevante para mobilizar a força de trabalho que vivia no campo em direção a área urbana, visto que o campo não absorvia uma mão de obra expressiva, tampouco oferecia condições dignas de trabalho.

Mesmo tendo a pecuária como carro chefe da economia, Itapetinga-BA despontou adentrou o século XXI como uma das cidades com maior taxa de urbanização na Bahia, de acordo com o IBGE. Foram apresentados nessa pesquisa, elementos que justificam essa alta taxa de urbanização: a predominância da pecuária extensiva, a grande concentração fundiária, e a sua consolidação como polo de atração de investimentos no setor industrial. Tais elementos impulsionaram a mobilidade da força de trabalho em direção a Itapetinga-BA.

O processo de industrialização em Itapetinga-BA pode ser analisado em duas fases distintas. Uma primeira fase, onde as indústrias ligadas a um modelo de produção mais tradicional, associadas ao fordismo/taylorismo, se instalaram devido a forte presença de matéria-prima como a carne e o leite. Foi a chegada de frigoríficos e laticínios como a multinacional Leite Glória que marcaram a presença do capital industrial como agente da produção do espaço urbano.

Mais tarde, sob efeito das crises estruturais pela qual o sistema metabólico do capital vem passando, e fruto de uma coerência regional estruturada adequada a atender as exigências para uma maior acumulação, um novo modelo de industrialização se instala na cidade. Através da chegada da indústria calçadista Azaleia e o seu modo de produção flexível, pela isenção de novos padrões de extração da mais-valia trouxeram reflexos na produção do espaço urbano.

A organização do espaço urbano a partir da crise do capital tem provocado um rebatimento no mundo do trabalho e na precarização da vida por meio de uma urbanização crítica. A cidade tem se tornado um espaço cada vez menos para todos e com uma população cada vez mais sobrevivendo a serviço do capital. O sociometabolismo do capital interfere na vida e no trabalho a fim de atender as suas necessidades.

A instalação Azaleia no ano de 1998, e que posteriormente se fundiria com a Vulcabras, trouxe grandes impactos para o espaço urbano e seus moradores visto que se trata da maior indústria da região e que abriga a maior parte do pessoal ocupado do município.

A população de Itapetinga-BA cresceu intensamente nos últimos 20 anos, visto que a indústria calçadista tem por característica o emprego de grandes massas de força de trabalho que se reproduzem no adensamento e surgimento de novos bairros periféricos.

A periferia é o lugar preferencial de reprodução da classe trabalhadora, determinado pelo capital. Em Itapetinga-BA, o Estado atua ao lado do capital na medida que contribui com a criação de conjuntos habitacionais em espaços específicos para a reprodução do exército de reserva e com ausência de infraestrutura que proporcionem qualidade de vida aos moradores.

Por sua vez, o processo de reestruturação produtiva é apresentado nessa pesquisa como uma ação marcante e de consequências intensas para a classe trabalhadora.

A Vulcabras/Azaleia, para atenuar os efeitos da crise estrutural e retomar os níveis de acumulação impostos pelo capital, realizou uma reestruturação em seu processo de produção, que incluiu a modernização de etapas da produção e o enxugamento do quadro de funcionários, sem prejuízo para a produção.

A consequência da reestruturação produtiva foi uma intensificação das condições de subsunção do trabalho pela produção crescente de força de trabalho

disponível, dado o aumento do desemprego decorrente deste processo, intensificando ainda mais a pressão social na produção contraditória e crítica do espaço urbano e Itapetinga.. Esse movimento foi responsável pela redução de 40% do pessoal ocupado no setor formal. Intensifica-se a existência de uma força de trabalho desempregada, vivendo em bairros marcados pela falta de infraestrutura, com moradias precárias e dificuldade no acesso a serviços públicos e com equipamento de baixa qualidade.

A urbanização crítica também é revelada pela baixa remuneração da classe trabalhadora de Itapetinga-BA, que recebe um dos piores salários do estado, mesmo gerando tanta riqueza em sua economia.

Outra expressão da urbanização crítica está no crescimento da informalidade, do subemprego e da precarização do trabalho nas periferias da cidade que contam com pequenos comércios e oferta de serviços de baixa qualidade a fim de atender essa numerosa população.

O modelo flexível adotado por grande parte das indústrias tem contribuído para a urbanização crítica da cidade de Itapetinga-BA, pois reproduz uma massa de trabalhadores não qualificados, superexplorados, com baixos salários e uma rotatividade precarizante, por sua vez, garantida por um exército industrial de reserva consolidado.

A condição crítica com que a força de trabalho passa a se reproduzir, especialmente na periferia urbana., instaurada pela reestruturação na indústria calçadista, nos anos de 2010, intensificou a mobilidade da força de trabalho. Muitos moradores têm sido direcionados para outras regiões calçadistas, como Nova Serrana-MG. Os dados coletados não foram suficientes para especificar o direcionamento dos fluxos migratórios, porém, as projeções de crescimento populacional feitas pelo IGBE apontam que Itapetinga-BA vive uma estagnação em números populacionais que pode ser um reflexo da ausência de empregos.

O crescimento do setor terciário, como um setor não diretamente produtor de mais-valia, mas, essencial para sua realização, tem se expandido em Itapetinga-BA com a instalação de grandes redes de lojas que buscam o consumo da numerosa classe trabalhadora da periferia.

A caracterização de uma urbanização crítica por Damiani (2000, p. 30), define bem a realidade da cidade de Itapetinga-BA:

[...] a negatividade do trabalho, o processo do que se define como acumulação primitiva, fundante do capitalismo, mas presente hoje, agora e aqui: as pessoas estão perdendo tudo – o emprego, especialmente o industrial; o espaço da moradia, são itinerantes dentro da cidade; a vida, com a violência – e estão inseridas perversamente no mundo do espetáculo, que lhes retira a identidade. Com o que ficam? Com a negatividade absoluta do processo moderno do sistema produtor de mercadorias: com a miséria absoluta e a violência.

A situação vivida por Itapetinga-BA hoje, era previsível, dado o funcionamento do modelo flexível e das estratégias de sobrevivência do capital. Pesquisas realizadas nos primeiros anos de implantação da fábrica de calçados, já apontavam os riscos e impactos, com o possível fechamento findado o prazo de isenções fiscais concedidas pelo governo.

Passados 24 anos, a empresa continua em atividade no município, mas, os efeitos de reestruturações impactaram severamente na força de trabalho. Neste sentido, a pesquisa apresenta um ponto de partida para outras análises que partam da escuta dos indivíduos envolvidos, moradores da periferia, a fim de estabelecer novas considerações.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES; R.L.C **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo, SP, Boitempo, 2009.

BAGOLIN, I. P.; STULP, V. J. Evolução da mão de obra ocupada no setor agropecuário do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Agronegócio**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 1, p. 51-70, set. 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10622/2/Evolucao_da_mao_de_o_bra_ocupada_no_setor_agropecuario_do_Rio_Grande_do_Sul.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

BANDEIRA, L. BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2002, v. 10, n. 1.

BRENNER, N. **Espaço de Urbanização**: o Urbano a partir da Teoria Crítica, Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2018.

CANO, W. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 139-135, 2014.

CARDOZO, A. 1960. Sudene – resistência e desconfiança. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 8, p. 35-43, maio. 2011.

CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. **Crise urbana**. Tradução. São Paulo: Contexto, 2015. Acesso em: 16 ago. 2022.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. Editora Contexto, 1988.

CARLOS, A. F. A. **Em nome da cidade (e da propriedade)**. Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 27, 2016.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. A ideologia urbana, p. 127-153, 2000.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2013.

CORSI, F.L A Crise Estrutural do Capitalismo. **Aurora**, Vol. 5, n.7, p. 12-19. Marília – SP, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2010.v4n1.1241>> acesso em: 02 de fev. 2022.

DAMIANI, A. et al. **Espaço fim de século: a nova raridade**. Editora Contexto São Paulo, 1999.

DAMIANI, A. L. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. São Paulo, **Terra Livre**, n. 15, p. 21-37, 2000.

DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e produção do espaço. **Cidades**, v.6 n.10 2009.

FERREIRA, D. M. ARAÚJO, F. de S. Além da linha do horizonte: delineando a urbanização da grota poço azul em Maceió (AL). **Revista Territorialidades**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 36-57, jan./jun. 2020.

G1. **Vulcabras/Azaleia fecha 6 fábricas na Bahia**. 16 dez. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/12/vulcabrasazaleia-fecha-seis-fabricas-na-bahia.html>. Acesso em 07 fev. 2023.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Campinas/Petrópolis, Editora da Unicamp/ Vozes, 2012.

IBGE, **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itapetinga/panorama>. Acesso em: 16 dez. 2022.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 2006.

LEFEBVRE, H. **Produção e Re-produção**. Revista Espaço e Economia. Ano IV, n. 08, 2016

MAGALHÃES, T. L. Industrialização e subdesenvolvimento: o caso brasileiro na perspectiva de Celso Furtado. **7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**, p.31, 2018.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, S. Relatório de Pesquisa (2017): **Heranças da Sociedade do Trabalho: Jovens Desempregados na Luta pela Re-Produção na Periferia Urbana de Vitória da Conquista, BA**. UESB, 2017

MÉSZÁROS, I **A crise estrutural do capital**. Trad. de Francisco Raul Cornejo *et al.* 2. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, I **Para além do capital** – rumo a uma teoria da transição. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

NASCIMENTO, F. L. “Da invisibilidade ao reconhecimento: a (im)posição das periferias nas lutas pela cidadania urbana”. **Sociologias Plurais**, vol. 5, no 1, 2019.

NERY, M. G. e S. **O pólo calçadista de Itapetinga (BA)**: um estudo das relações produtivas e dos aspectos políticos do espaço industrial. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

OLIVEIRA, N. G. de. **De “Capital da Pecuária” ao “Sonho de polo Calçadista”**: a construção da estrutura urbana de Itapetinga, Ba. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFBA. Salvador: UFBA, 2003.

OLIVEIRA, M. Estudo de áreas homogêneas na região oeste da Bahia utilizando o Índice de Gini para a terra. **Revista Brasileira de Estudos Agrários**, 8(3), 162-170. 2007.

PIRES, C. A. O Fênomeno Da Favelização No Interior De Minas Gerais: O desafio das políticas públicas no direito à moradia. **Perspectivas Em Políticas Públicas**, 9(1), 146–167. 2016. Recuperado de <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/1009>

REVISTA VEJA. **Vulcabras/Azaleia fecha 12 fábricas na Bahia**. 03 dez. 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/vulcabrasazaleia-fecha-doze-fabricas-na-bahia/>. Acesso em 07 fev. 2023.

RODRIGUES, A. M. **Políticas públicas: FGTS e planos diretores - conteúdos e significados**. v. 9 n. 16: A produção do espaço urbano: o sentido das políticas públicas. São Paulo, 2012.

SAMPAIO, A. V. L. **Mobilidade do Trabalho e Produção do Espaço Regional de Vitória da Conquista – Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p.241. 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. O tempo nas cidades. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 54, n. 2, p. 21-22, Oct. 2002. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200020&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 17 ago. 2022.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. S. **O processo de trabalho e a organização operária na Azaleia Nordeste à época da acumulação flexível do capital**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFAL. Maceió, 2008.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Panorama Socioeconômico dos Municípios. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 05 de out. de 2022.

SILVA, E. T. Homem, Natureza e Crise Ambiental no Contexto da Crise Estrutural do Capital: Uma leitura a partir da ontologia marxista e lukacsiana. 2011.123 f **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7303>> acesso em: 02 de fev. de 2022.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas - a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, R. S. de et al. **Expressões territoriais das contradições do capital: a dinâmica industrial no município de Itapetinga-Ba e os impactos no trabalho**. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78185>>. Acesso em: 15/12/2022.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo, Ed. Contexto. 2002

STUCKY, R. M. M. As Políticas Públicas e a Exclusão na Conquista do Direito Universal à Saúde. In: BONETI, L. W. (coord.). **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí, Editora Injuí, 1997, p. 52.

VULCABRAS. **Central de resultados**. Disponível em:
<http://www.vulcabrasri.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em 10 de fev. 2021.

WIRTH, L. (1938) O urbanismo como modo de vida in: **O fenômeno urbano**. Org. VELHO, O. G. – Rio de Janeiro: Zahar, 1979.